

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE OUTUBRO DE 2007

NÚMERO 5.807

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joões Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joões Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joões Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1821
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 090ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 25/10/2007.....2
Ata da 030ª Sessão Solene da
16ª realizada em 25/10/2007 às
19h.....16

Publicações Diversas

Audiências Públicas.....21
Resolução.....44

PLENÁRIO

ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra os oito anos da TVAL.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Anuncia resultados de reunião em Brasília relativa à implantação da universidade pública da mesorregião do Mercosul; comenta os desdobramentos da questão da tarifa da telefonia rural.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Fala da definição da implantação de três *campi* da UFSC no interior do estado; comenta a idéia de instalar curso de Medicina em Curitiba e transformar o hospital da cidade em HU.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comenta projetos de lei de sua autoria na área de bio-combustíveis, de energias renováveis e de alternativas energéticas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra o falecimento de Milton Monguilhott, a quem presta homenagem; aborda a Lei 254 e o seu não-cumprimento pelo governo estadual.

Partidos Políticos

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reafirma importância do Suasa e elogia atuação da Epagri e da Cidasc.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Registra a presença de autoridades de Campos Novos; enaltece eventos e obras de Capinzal.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Destaca presença do secretário da Fazenda na reunião da comissão de Finanças.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Elogia a competência da administração e do quadro funcional da secretaria estadual da Fazenda.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Ressalta a importância da votação no Congresso Nacional da regulamentação da PEC 29.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Propugna para que estados e municípios também cumpram o que preceitua a Emenda 29.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta inclusão da Venezuela no Mercosul, manifestando-se contrário.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Defende a política de Hugo Chávez e a inclusão da Venezuela no Mercosul.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Posiciona-se a favor da entrada da Venezuela no Mercosul.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Afirma que países não democráticos não deveriam ter acesso ao Mercosul.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Critica governo federal por não regulamentar a Emenda 29, relativa à Saúde.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Registra a presença do presidente da Câmara Municipal de Mafra, vereador Valdemar Goffi; além de Ivan Dutra e de Luciano Silveira.

Ordem do Dia

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Solicita subscrever requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem de cumprimentos aos novos desembargadores.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Parabeniza a TVAL pelos oito anos de atividade e os cirurgiões-dentistas pelo seu dia pelo seu dia; cobra do governo estadual o cumprimento da Lei Complementar 254 e ações nas áreas da Saúde, da Educação e da Segurança Pública com o aumento da receita do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Agradece à deputada Ana Paula Lima apoio à causa dos praças civis e militares e bombeiros.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Comenta resposta da Anatel à Carta de Santa Catarina elaborada na audiência pública de 28/06/2007.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Opina que o Ministério Público deveria intervir junto às operadoras para devolução de créditos cobrados indevidamente dos usuários de telefonia móvel.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Presta homenagem à classe dos cirurgiões-dentistas; comemora resultados do projeto Brusque Sorrindo.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Lembra os oito anos de atividades da TVAL; lamenta o abandono das escolas públicas estaduais.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Apresenta sua agenda de trabalho do final de semana; fala dos problemas que assolaram os municípios do Alto Vale em decorrência de fatores climáticos; registra o falecimento do ex-prefeito de Agrolândia.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Reporta-se aos trabalhos de recuperação dos danos causados pelos ventos e chuvas em municípios do Alto Vale do Itajaí.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discorre sobre a saúde financeira do estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Analisa os gastos públicos do governo federal; anuncia Santa Catarina e Florianópolis como ganhadores do prêmio de melhores destinos turísticos do país.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Afirma haver presenciado a escolha de Santa Catarina como melhor destino turístico do país.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Afirma que a atual administração de Balneário Camboriú está esgotada; parabeniza o empresário Carlos Haacke pela posse como presidente do Sinduscon e o empresário Jaimes de Almeida Júnior por ter dado à cidade o Balneário Camboriú Shopping; festeja concretização de projeto seu, com a implementação de serviço de salva-vidas nas praias de Balneário Camboriú durante o ano todo.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Parabeniza Balneário Camboriú pela inauguração do novo *shopping center* e critica o deputado José Natal por não reconhecer a contribuição de Leonel Pavan àquela cidade.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Reporta-se à convenção do PMDB de Balneário Camboriú.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Cumprimenta os estudantes e professores de Capinzal e registra que os estudantes de Imbuia visitarão a Alesc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra, com satisfação, a visita dos alunos da Escola Professor Pedro da Ré, do município de Criciúma.

Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje a TVAL está fazendo oito anos, ela que faz a cobertura extraordinária dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

Queremos cumprimentar v.exa. por ter dado continuidade a esse projeto sugerido na administração de Pedro Bittencourt, Gilmar Knaesel e outros, e dizer da importância da TVAL.

Parabéns a v.exa., a esta Casa Legislativa e a todos os funcionários da TVAL, que levam as notícias ao povo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Pedro Baldissera por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, duas questões trago à tribuna na manhã de hoje. A primeira delas diz respeito à reunião que aconteceu nesta semana, em Brasília, reunindo uma comissão de vários segmentos sociais e de lideranças políticas de diferentes partidos com o ministério da Educação.

Na oportunidade, discutiu-se a implementação da universidade pública federal nos três estados do sul do país, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A equipe que se está reunindo constantemente, há pouco tempo reuniu-se em Chapecó, nesta última semana em Brasília e no próximo dia 7 novamente estará reunida para construir todo o projeto técnico-pedagógico que irá dar sustentação e visibilidade à universidade pública federal da mesorregião do Mercosul.

Já existe uma deliberação sobre o tema. Serão, em princípio, três *campi*, e essa deliberação já foi tomada. Um deles, com seis cursos, ficará no oeste do estado de Santa Catarina; outro, também com seis cursos, ficará no sudoeste do Paraná e outro, com quatro cursos, no noroeste do Rio Grande do Sul.

Portanto, o presidente Lula quando esteve em Chapecó, em 2006, no começo do ano, publicamente se comprometeu com a universidade pública federal da mesorregião do Mercosul e agora cumpre o compromisso assumido naquela oportunidade. Claro que teremos ainda um tempo para que se viabilize, concretize-se e solidifique-se o projeto, mas já há a decisão.

E é importante ressaltar aqui que essa é uma vitória dos diferentes movimentos, organizações, entidades, agentes políticos, prefeitos, deputados, vereadores, vice-prefeitos e lideranças das mais diversas, que se organizaram, mobilizaram-se e lutaram. Agora começam a surgir os efeitos dessa luta e dessa caminhada.

E nós não queremos parar por aí, não. Queremos que a universidade pública federal ou estadual possa fazer-se presente em todas as regiões do estado de Santa Catarina. Percebemos inúmeros estudantes com uma dificuldade tremenda para poder frequentar o ensino, principalmente o ensino superior. E vejam v.exas. que, com relação àquelas pessoas que estão lá no começo do estado de Santa Catarina, a mais de 700 quilômetros da capital do estado, duas coisas as separam do acesso ao ensino público superior: uma é a distância e a outra é a questão econômica, financeira.

Portanto, temos que avançar significativamente, o mais rápido possível, para que possamos oportunizar a milhares e milhares de jovens que, infelizmente, muitas vezes, iniciam a sua caminhada e têm que abandonar por falta de condições.

Assim, quero parabenizar todos aqueles e aquelas que se envolveram nesse processo todo e que vão continuar a lutar para que possamos avançar ainda mais.

O segundo ponto que, rapidamente, gostaria de pontuar nesta minha fala é exatamente com relação ao debate, à audiência pública que aconteceu no dia de ontem, em Brasília, na comissão de Agricultura, onde se discutiu, debateu, um dos grandes problemas que envolvem os nossos agricultores, camponeses, familiares, do interior do nosso estado: a telefonia rural. E a região mais atingida é o oeste do estado de Santa Catarina.

É um absurdo aquilo que está acontecendo, é uma violência contra o agricultor que a duras penas, com várias economias, tem conseguido o veículo de comunicação, o telefone, lá na ponta, às vezes 20, 30, 50 quilômetros da sede da cidade, para poder agilizar a sua atividade, os seus compromissos. E nesse momento, infelizmente, num ato violento, tem-se aumentado 400%, 600% o custo do telefone para esses agricultores familiares.

Na reunião de ontem, deliberaram-se algumas coisas. A partir do mês que vem - e este mês já foi encaminhada a fatura, portanto não há como rever - já existe o encaminhamento de que se voltará àquilo que estava antes.

Mas é preciso, neste momento, que se tenha a capacidade e a nitidez de pensar um novo modelo de telefonia rural para atender os nossos agricultores e agricultoras que vivem na roça, no campo. E aqui vai a minha crítica ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, convidado a participar, para debater e que, infelizmente, não compareceu.

Só em Santa Catarina mais de três mil famílias são lesadas por essas cobranças abusivas por parte da Brasil Telecom, da Anatel, da TIM, e, portanto, temos que, de fato, tomar alguma atitude. É preciso que se dê algum encaminhamento!

Portanto, aqui vai o apelo para que a Anatel, Brasil Telecom e TIM possam realmente devolver esse instrumento tão importante aos nossos agricultores familiares e camponeses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Excelentíssima presidente, deputada Ana Paula Lima, sra. deputada Odete de Jesus, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da nossa aniversariante TVAL, quero continuar, deputado Pedro Baldissera, dois assuntos que v.exa. trouxe para discussão nesta Casa.

O primeiro diz respeito à implantação de uma universidade pública federal na região do extremo oeste de Santa Catarina, compromisso já por muito tempo debatido e, inclusive, assumido pelo sr. presidente da República. Mas também ficou definida, segundo o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, a criação de três *campi* da UFSC: em Joinville, em Araranguá e em Curitiba.

Os projetos dos três *campi* estão em andamento, e vou falar sobre o de Curitiba, deputado Pedro Baldissera, que tem uma comissão bem organizada. Houve uma grande audiência pública lá, com a presença do reitor da universidade, da senadora Ideli Salvatti, do senador Neuto De Conto, deste deputado que representava, na oportunidade, o senador Raimundo Colombo, enfim, de todas as lideranças de Curitiba.

A UFSC já esteve em Curitiba e localizou o terreno. O grupo empresarial, conhecido como Indústrias Gaboardi S/A, produtora de fósforos, palitos, era o proprietário da terra e fez a doação da área à Universidade Federal de Santa Catarina. A Universidade pediu outra área e a prefeitura já se dispôs a adquirir e a fazer a doação. Na semana passada, o reitor me comunicou que os projetos técnicos propriamente ditos estarão prontos até o final de novembro e que até maio do ano que vem será dado início àquela obra.

Em Araranguá, da mesma forma. Em Joinville, acompanhamos pela televisão, está bem adiantado o projeto, já foi localizado e doado o terreno, e assim por diante.

Fiz questão de vir a esta tribuna para dar continuidade à colocação do ilustre deputado Pedro Baldissera porque a região do meio-oeste, até o oeste de Santa Catarina, está começando a resgatar os seus direitos. Ao longo da nossa história ficamos sem nenhum investimento público e privado - somente com pequenos investimentos privados. E aquela região, que já contribuiu muito para o desenvolvimento de outras regiões, principalmente da região litorânea e da capital do estado - porque o ICMS produzido naquela região era investido somente nas regiões que citei e também na região do Vale do Itajaí, e que merecem -, ficou carente e agora começaram a resgatá-la, através de uma ação do governo federal, através da representatividade política e também do setor empresarial, dos clubes de serviços, da igreja, da imprensa e assim por diante.

Portanto, temos a esperança, deputado Pedro Baldissera, de que o sonho da universidade pública federal em Chapecó realmente aconteça - e acho que vai acontecer -, como também os *campi* da UFSC nesses três municípios também aconteçam para desenvolver essas regiões.

Mas surgiu um fato, deputado Pedro Baldissera: o oeste de Santa Catarina tem uma carência muito grande na saúde. Quando necessitamos de tratamento de alto custo ou de tratamento especializado, nós, da nossa região, temos muitas dificuldades. Temos que vir para Florianópolis porque aqui estão os grandes especialistas e as melhores condições. E os moradores do oeste de Santa Catarina, do extremo oeste e da região serrana têm que se deslocar para cá.

Custa muito mais, deputado Pedro Baldissera, o transporte, o sofrimento, o investimento do setor público nesse transporte. V.Exa. e todos os srs. deputados já tiveram a oportunidade de ir ao Hospital Celso Ramos, ao Hospital de Caridade, ao Hospital Joana de Gusmão, ao Hospital Regional de São José e já viram a quantidade de ambulâncias de fora que estão lá para o transporte dessas pessoas doentes.

Lá na minha terra, essa entidade que organizou o movimento e o excelentíssimo juiz de direito mandaram-me um expediente dando uma sugestão que eu achei nota dez. Nós, lá em Curitiba, deputado Pedro Baldissera, temos o Hospital Regional Hélio dos Anjos Ortiz, com aproximadamente 20 mil metros de área coberta. Portanto, é um hospital que preenche os requisitos, faz o papel e tem um corpo clínico excepcional. Os médicos lá são de primeira linha, os equipamentos são razoavelmente bons. Mas surgiu a idéia de, por que não, nesse *campus* da Universidade Federal que vai ser instalado em Curitiba, criar lá a faculdade de Medicina, de Enfermagem, aproveitando a estrutura do Hospital Regional Hélio dos Anjos Ortiz, para torná-lo um HU, um hospital universitário.

Deputado padre Pedro Baldissera, raciocine comigo: Curitiba está no centro de Santa Catarina, muito próximo dos estados do Paraná do Rio Grande do Sul, além de estar próximo do oeste, evidentemente. Por que não criar lá um hospital universitário, já que o *campus* da universidade vai para lá? Por que não criar uma faculdade de Medicina, equipando melhor aquele hospital e dando condições de atendimento ao centro de Santa Catarina para o oeste e o extremo oeste, evitando que essas pessoas, que necessitam de um tratamento de alto custo, de tratamentos especializados, tenham que vir para Florianópolis?

Então, foi uma idéia que achei interessante, já fiz contato por escrito com os ministros da Saúde e da Educação, assim como também com a senadora Ideli Salvatti, os senadores Raimundo Colombo e Neuto De Conto e com toda a bancada catarinense. Solicitei também o apoio do governador do estado, do secretário da Saúde de Santa Catarina, porque acho que poderíamos resolver o problema e também economizar, deputado padre Pedro Baldissera. Sairá muito mais barato para os governos municipais, estadual e federal essa faculdade de Medicina e o hospital universitário lá em Curitiba nesse futuro *campus* da universidade. Seria muito mais barato para o poder público e, principalmente, causaria menos sofrimento às pessoas que necessitam de tratamento especializado.

Apresentei essa idéia que surgiu de um juiz de direito, vou insistir nela e pedir o apoio de v.exas., deputado Pedro Uczai, que participou da audiência pública lá em Curitiba, para que ela seja posta em prática. Quem sabe, se v.exas. nos ajudarem, poderemos realizar esse grande sonho para evitar o sofrimento das pessoas que necessitam de um tratamento especializado em Santa Catarina, no oeste, na região do Paraná e também na região do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de fazer deste espaço, nesta tribuna, nesta quinta-feira de manhã, um debate sobre os projetos de lei que estão tramitando na Casa na área de biocombustível, energias renováveis e alternativas energéticas.

Em primeiro lugar, este deputado apresentou cinco projetos de lei a esta Casa, no início do ano, para contribuir com a construção de uma política pública estadual de energias renováveis: um primeiro projeto de lei que cria um fundo para investir nessa política; um segundo projeto que institui um comitê gestor de políticas renováveis em Santa Catarina; um terceiro projeto, que para mim é o principal, que institui um programa de produção, industrialização e comercialização de biocombustíveis; um quarto projeto que prevê incentivos fiscais aos que utilizarem, nos seus automóveis, caminhões e ônibus, biocombustível e, principalmente, biodiesel; e o quinto projeto prevê a constituição de um selo de qualidade, chamado SCBIO, o biocombustível do pequeno agricultor.

Na esteira desses cinco projetos de lei que estamos debatendo e discutindo não somente no âmbito do Parlamento, mas também nas diferentes regiões do estado, já realizamos quatro audiências públicas. Uma em Criciúma, que contou com a presença de pesquisadores, de lideranças sindicais e universitárias, inclusive de empresários, na qual discutimos e debatemos o futuro das energias renováveis.

Estivemos também na região sul do estado discutindo a possibilidade de substituição do fumo pela cana-de-açúcar nas pequenas propriedades. E nessa direção construímos uma idéia de viabilizar pequenas cooperativas com pequenas destilarias de álcool, como também de açúcar-mascavo ou de cachaça, viabilizando alternativas de uma ou de outra alternativa. E uma cooperativa que centralizaria a produção do etanol? Não! Cada pequena e micro destilaria fariam o etanol; o bagaço da cana seria utilizado para ração animal, para adubação orgânica ou para a queima na própria micro destilaria e seria deslocado somente o líquido, o etanol, para uma central de uma pequena cooperativa, e ela padronizaria esse produto.

Por que defendemos esta idéia? Para contrapor às grandes usinas, à monocultura, à centralização e à concentração de dejetos; portanto, descentralizaria os dejetos, os subprodutos da cana na propriedade e destinaria somente o líquido.

Estamos construindo essa idéia numa outra direção, que é o sexto projeto na área dos dejetos de suínos para produzir não só biogás, como também energia elétrica. Mas não de forma concentrada e sim de forma que cada propriedade possa produzir o biogás e deslocá-lo para uma central, portanto, só o líquido, e gerar energia elétrica para ser comercializada para as concessionárias. Esta concepção que estou defendendo aqui se contrapõe a outros conceitos de concentração da produção e de destinação desses dejetos. Tem que ser mantido a partir do seu local de produção, dar o destino na propriedade e centralizar o produto industrializado, como o etanol, de um lado e o biogás de outro. E esse biogás gerar energia elétrica.

Qual é o instrumento de organização? A cooperativa de pequeno porte será o elo de ligação da produção e da industrialização com a comercialização. Por isso, estamos nos contrapondo à produção somente de biodiesel e de biocombustível, como monocultura, ou à concentração e à centralização da industrialização.

Para evitar esses dois problemas nas cadeias produtivas tanto do biodiesel quanto do biogás, propomos que os pequenos agricultores continuem produzindo alimento e, de forma diversificada, busquem a alternativa do biogás e da energia elétrica ou, na área das energias renováveis, como biocombustível e, principalmente, o etanol.

A cada dia que passa estou estudando e aprofundando mais meus conhecimentos nessa área. E estou convencido de que a cana-de-açúcar é uma das matérias-primas que produz alimento e pode produzir também energia renovável, energia limpa, a partir da pequena propriedade.

Srs. deputados, na organização da pequena propriedade, os proprietários da terra e da produção da matéria-prima têm que ser os donos da industrialização e os protagonistas da própria comercialização desses produtos, para se contraporem à lógica hegemônica que está presente no Brasil, que é a lógica do biodiesel a partir da soja, da monocultura da grande propriedade, ou a lógica do etanol a partir das grandes usinas e das grandes plantações de cana-de-açúcar.

Este debate estará presente num grande encontro que os movimentos sociais do campo e diferentes entidades vão realizar em Curitiba, de 28 a 31 deste mês, onde teremos a oportunidade de discutir e debater o futuro da produção de alimentos e o futuro da produção de energias renováveis ou energia limpa.

Srs. deputados, é nessa direção que hoje estou convicto de que é possível construir um Brasil com mais justiça, com mais igualdade no campo, desde que a base seja a manutenção da pequena propriedade, dos pequenos agricultores, através da industrialização no local onde se produz a matéria-prima, e neste caso que a comercialização seja regional e não necessariamente centralizada, como hoje acontece com a Petrobrás ou com as grandes refinarias na área do petróleo.

Por isso, estamos muito contente com o debate que estamos fazendo, porque além da audiência pública que realizamos na área do biocombustível, como falei anteriormente, em Criciúma, realizamos também em Abelardo Luz, em Rio do Sul, onde contamos com a presença do deputado Sargento Amauri Soares, que contribuiu profundamente no debate, na discussão, sobre o biocombustível; realizamos também em Capinzal, onde tivemos a presença do presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon. Na oportunidade, visitamos uma empresa que está produzindo usinas de biodiesel que produzem de 250 litros/hora a até 15 mil litros/hora para essa alternativa de desenvolvimento econômico e social.

Esta é a nossa contribuição também numa das bandeiras de luta do nosso mandato.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A Presidência registra a visita de Márcia Driessen, de Caçador, e também da dra. Gladis Helena Krieger Carneiro, minha esposa, cirurgiã-dentista, a quem aproveito para parabenizar pelo Dia do Cirurgião-Dentista.

Inscrito para falar o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, assim como todos os servidores públicos do estado que tiveram uma carinhosa, sincera e engajada homenagem pelo Dia do Servidor Público esta semana, que se comemorou tanto aqui quanto no Poder Executivo. Gostaria de ter tempo para falar mais sobre isso, mas vou fazê-lo em outra oportunidade.

Hoje quero homenagear mais uma vez o companheiro Milton Monguilhott, mais conhecido por todos como Mitico. O cidadão foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados de Santa Catarina por quatro gestões, trabalhador do Ciasc, servidor público desde 1979, que faleceu na terça-feira desta semana.

Então, quero homenagear o Mitico por toda a sua luta contra as privatizações. Ele foi um dos principais articuladores, na segunda metade da década passada, do Movimento Unificado Contra as Privatizações, o Mucap, movimento que garantiu que menos empresas públicas fossem privatizadas pelos governos naquela década. A minha homenagem a ele é pela defesa que sempre fez das causas mais altas e mais nobres do povo, como, por exemplo, da reforma agrária, como também pela solidariedade, pelo apoio à comunidade da Panaia, aqui nesta capital.

O Mitico era uma pessoa assim: deixou de ser diretor do sindicato, sempre se contrapôs a participar da política institucional, nunca aceitou ser candidato a vereador ou a deputado, quando muitos até pediam que ele fosse. Pelo contrário, ele até nos aconselhava - os lutadores sociais - a não entrar na política institucional.

Mitico largou toda a possibilidade de ter reconhecimento nos espaços mais amplos da política institucional e até sindical; de estar presente nos grandes movimentos, nos grandes atos, nos grandes momentos da luta da classe trabalhadora. Abriu mão disso tudo para, nos últimos cinco anos da sua vida, dedicar-se a uma comunidade pobre, muito pobre, da Panaia, aqui no bairro Careanos, perto do aeroporto, na Grande Florianópolis, que, na verdade, é um quilombo. As pessoas foram para lá há décadas, talvez há um século, excluídas das áreas centrais de Florianópolis. Na época lá era só mato. Agora, é claro, o chamado desenvolvimento chegou em virtude do Aeroporto Hercílio Luz e do belo Estádio da Ressacada e o setor imobiliário queria expulsar aquela comunidade quilombola do local. E o Mitico, junto com outros, foi para lá lutar por aqueles pobres miseráveis, desinformados, deseducados e fez um belo trabalho. Ele gostava muito de fazer isso.

Ele faleceu de câncer, na última terça-feira, mas deixou uma história de exemplos a ser seguida por todos os brasileiros e por todas as brasileiras que querem uma sociedade mais justa, uma sociedade melhor. Nossa homenagem a esse grande guerreiro, não como um lamento, não como uma tristeza, mas com uma esperança de que poderemos transformar a sociedade em que vivemos.

Quero falar, deputada Ana Paula Lima e srs. deputados, de um assunto que nos vem angustiando desde a semana passada. Se formos falar do assunto de forma geral, ele nos vem angustiando há três ou quatro anos já. Trata-se da longa jornada de discussão em torno da Lei n. 254, que foi aprovada nesta Casa em 2003; do longo debate, do longo percurso desde o primeiro governo do sr. Luiz Henrique da Silveira, quando cumpriu a metade da lei no governo passado. Aliás, no último dia 10 completamos dois anos desde a última negociação da Lei n. 254 com o governo. Portanto, fez dois anos, no último dia 10 de outubro, que o governo Luiz Henrique não discute efetivamente salário com os servidores da Segurança. No dia 10 fez dois anos daquela mobilização, daquele ato, da assinatura do decreto que concedeu 20%, e foi a última vez, há dois anos, e já estamos no meio do período do governo.

Srs. deputados, ano passado, no ano da eleição, o governador Luiz Henrique, em pessoa, assumiu o compromisso, com este parlamentar, então presidente da Aprasc, e com o cabo Costa, hoje presidente da Aprasc, de que em 2007, logo no início do ano, discutiríamos o pagamento do que faltava pagar da Lei n. 254. Depois o governador reiterou esse compromisso, numa assembleia de 1.300 praças, no dia 17 de outubro do ano passado, aqui no clube Doze de Agosto. Foram 1.300 praças que ouviram o governador dizer que logo em 2007, começado o novo governo, ele receberia a Aprasc, os representantes legítimos dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, para discutir o que faltava da Lei n.254.

Isso não aconteceu, o compromisso vem sendo adiado para mais 15 dias, mais 15 dias e já faz mais de um ano. Aliás, isso para mim é o que mais cala, é o que mais machuca. Nobres colegas, faz mais de um ano que o governador Luiz Henrique não conversa com o presidente da Aprasc, que representa nove mil praças no estado inteiro, só os que são filiados à Aprasc. Depois de ter-se comprometido diante da categoria, a única entidade que fez isso. Nós temos todo o direito e toda a razão de nos sentirmos usados, especialmente o presidente da Aprasc.

O pior, deputada Ana Paula Lima, é que na semana passada, o governo fez um teatro chamando outras entidades que ninguém sabe aonde estavam no ano passado, à época da eleição, talvez apoiando um outro candidato, e o governador se reuniu com essas entidades e criou uma confusão enorme, porque os praças reconhecem e sabem que a entidade que tem discutido nos últimos seis anos com o governo é a Aprasc. A sociedade sabe que a representação legítima dos praças é a Aprasc. Os 40 deputados estaduais sabem que é a Aprasc. E o governo notícia que se reuniu com a representação dos praças e todo mundo pensou que fosse com a Aprasc e não foi! Foi com entidades que as pessoas não sabem quais são e que não têm legitimidade para falar pela maioria dos praças, até porque não representam efetivamente a maioria, representam uma pequena minoria. Todas juntas não somam dois mil associados.

Srs. deputados, o governo se reuniu com elas e deu a notícia de que estava negociando com os praças! Isso é mais uma peça de propaganda para dar a falsa idéia de que está negociando a Lei n. 254. É uma traição para aqueles que foram aliados do governo no ano passado. E é assim que temos que nos sentir, é assim que estes praças se sentem, é assim que a Aprasc se sente! E dizer que não tem jeito?! Nós não nos consideramos baderneiros, nós não somos intransigentes, pelo contrário, a maioria dos praças acha que somos pacientes demais com o governo. E é verdade, nós somos pacientes demais com o governo e temos, em troca, as portas fechadas, é verdade.

É preciso registrar que com relação ao que acontecia no governo do estado, no Poder Executivo, há cinco anos, o governo poderia gastar 3% a mais da receita corrente líquida com o pagamento de salário; está a menos de 46% e o limite máximo, todos aqui sabem, é de 49%; e 3% da receita corrente líquida, não é qualquer 3%, é 3% de mais de R\$ 700 milhões! E isso equivale a mais de R\$ 21 milhões, todos os meses; dá para pagar a Lei n. 254 inteira e ainda sobra a metade desse valor!

Então, nós vamos continuar na luta, os praças estão na luta e vão continuar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sras. deputadas, srs. deputados, nós, no horário do nosso partido, normalmente falamos sobre temas políticos, mas nós estamos muito preocupados com a situação prática de Santa Catarina, deputado João Henrique Blasi, por isso não vamos falar sobre política, mas, sim, sobre administração.

Hoje nós teremos mais uma audiência pública a respeito do Suasa, que nada mais é que a Unificação da Inspeção Sanitária Animal e Vegetal para que a União, os estados e os municípios tenham uma mesma cartilha. Portanto, a mesma inspeção que servirá para a inspeção federal, servirá também para a estadual e municipal. Isso permitirá que o agricultor familiar, sr. presidente, que o pequeno proprietário rural, aquele que tem uma pequena agroindústria, possa receber também a inspeção do seu produto, do seu queijo, dos seus embutidos de carne suína, da sua carne *in natura*, do frango produzido e abatido na sua propriedade. Enfim, os pequenos produtores terão condições de comercializar o seu produto devidamente certificado no seu município com validade para venda em outros municípios.

Hoje, deputado Manoel Mota, se o pequeno agricultor lá de Araranguá abater um frango ou produzir um quilo de queijo, um salame, um embutido, ele recebe a inspeção municipal e não pode comercializar aquele produto no município de Tubarão. Com o Suasa, com essa unificação da inspeção sanitária animal e vegetal, nós vamos fazer com que todos os produtos catarinenses possam ser comercializados em todos os municípios de Santa Catarina.

Srs. deputados, passamos um final de semana na nossa região discutindo com os pequenos produtores, com os sindicatos e com as associações o problema da viabilidade de produzir na propriedade. É óbvio que o pequeno agricultor terá que adaptar as suas instalações às novas regras, com as condições mínimas de higiene, de segurança sanitária, de segurança de trabalho, obedecendo não só as leis do trabalho, como as leis da saúde.

Por isso precisamos que a Epagri e a Cidasc, que são órgãos competentes, façam o acompanhamento dos projetos nessas pequenas propriedades. Os cuidados e as informações da Epagri e da Cidasc é que darão condições ao nosso pequeno produtor de produzir um produto de boa qualidade, com garantias de sanidade animal.

Hoje nós sabemos que a exigência da saúde muitas vezes ultrapassa um pouco a capacidade do nosso pequeno produtor. É importante que os órgãos competentes, e faremos essa solicitação através da comissão de Agricultura, faça um reestudo das condições, para que o nosso pequeno produtor possa minimizar as despesas nas adaptações de suas instalações ou na construção de uma instalação nova com os mínimos requisitos legais, porque senão encarece muito.

Acho que não há necessidade de se colocar lá uma torneira inoxidável, se podemos colocar uma de antimônio, que tem a mesma finalidade, tem as mesmas qualidades. Só para dar um exemplo, o azulejo não precisa ser de primeira, pode ser um azulejo com um preço mais acessível.

Mas nós precisamos fazer com que o projeto legal, que é fornecido pelos órgãos do governo, através da Saúde, através da Epagri, e fiscalizado pela Cidasc, viabilize, dê condições para o nosso pequeno agricultor criar o seu pequeno negócio na sua propriedade, até porque existe uma tendência de produtores vizinhos que produzem queijo - dois, três, quatro, cinco - reunirem-se. Dependendo de cada situação, formam uma pequena associação, um pequeno consórcio e passam a produzir o produto final dentro de um ambiente garantido de sanidade animal. Mas para isso, volto a repetir, precisamos dar viabilidade.

O nosso pequeno agricultor vive hoje uma situação muito triste no interior. Felizes daqueles que fazem parte de uma cooperativa, pois são assistidos por um técnico agrícola, por um engenheiro agrônomo e por um veterinário para cada atividade na sua propriedade e recebem as devidas orientações.

A Epagri, que deveria prestar esse trabalho a quem não é cooperativado, aos independentes, não consegue porque há falta de pessoal, de verbas, de veículos e uma série de dificuldades para operacionalizar e viabilizar a produção e a assistência técnica lá na agricultura familiar.

Por isso tenho feito apelos desta tribuna, tenho feito apelo direto ao governo do estado, aos seus órgãos competentes, no sentido de que deem suporte maior à Epagri e à Cidasc, que são duas empresas que orgulham Santa Catarina, são duas empresas que levam o nome de Santa Catarina pelo mundo afora, a exemplo do que vimos no VIII Simpósio Internacional de Frutas de Zonas Temperadas nos Trópicos e Suptrópicos, promovido pela Embrapa, sob a coordenação da Epagri, tendo a participação de 250 pessoas, entre técnicos, especialistas, cientistas, produtores de 32 países, que passaram de domingo à tarde de ontem, em Florianópolis, em permanentes reuniões e trocas de informações quanto à fruticultura de clima temperado e tropical.

Então, nós precisamos apoiar cada vez mais a Epagri. O nome da Epagri está, hoje, no mundo inteiro divulgando e difundindo os trabalhos que apresentou nesse simpósio. Foram apresentados mais de 200 trabalhos científicos e técnicos na área da fruticultura pelos países que participaram. Tamaña é a importância da Epagri nesse contexto, que foi eleito pelos 32 países para a coordenação do grupo de trabalho, em nível mundial, um pesquisador da Epagri de Caçador, um rapaz de excelente formação, com vasta experiência na área.

Por isso faço mais um apelo aos nossos governantes para que a Epagri realmente volte a ser aquilo que sempre foi, pois o objetivo da empresa é a pesquisa, a extensão, a orientação do pequeno e médio produtor e, por que não, do grande produtor, que é o co-participante nas pesquisas e nos experimentos na área da fruticultura.

Mas a Epagri não atua só na área da fruticultura. Ela atua em todas as áreas, quer na área vegetal, quer na área animal, nas orientações. Então, precisamos realmente fixar o homem do campo produzindo alimentos para os grandes conglomerados urbanos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência registra com satisfação a presença, nesta Casa, dos nossos vizinhos do município de Guabiruba, da Escola Reunida Municipal Cesário Régis, comandada pela professora Sônia Maria, e da Escola Municipal Planície Alta, comandada pela Marina Baron.

Esta Presidência dá boas-vindas aos alunos destas duas escolas e pede para que fiquem à vontade para conhecer plenamente o Parlamento catarinense.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, vou dividir o tempo com o deputado Manoel Mota.

Gostaria de informar a presença, nesta Casa, dos ilustres vereadores do município de Campos Novos, Chicão, presidente da Câmara Municipal, e Tadeu, bem como do nosso grande amigo Batista Cerpa, que nos visitam no dia de hoje, na capital do estado, para tentar resolver assuntos do seu município.

Levem o nosso abraço a toda gente ordeira e trabalhadora da nossa querida Campos Novos.

Há poucos dias me pronunciei aqui em relação à grande festa da Expovale, que é um evento marcante na região do meio-oeste catarinense, especificamente no município de Capinzal, que aconteceu neste final de semana, com um público bastante grande. A Expovale tem sido um evento marcante e já é referência no meio-oeste catarinense pela qualidade do evento que tem acontecido todos os anos, sob o comando do prefeito Nilvo Dorini, que desde 2002 vem expandindo e difundindo cada vez mais aquela exposição, que tem sido para Santa Catarina um dos melhores eventos em termos de qualidade.

Essa exposição mostrou também que Capinzal tem sido pioneiro no estado de Santa Catarina ao realizar, neste último final de semana, a terceira edição do leilão de gado de elite da raça Simental, transmitido ao vivo pelo Canal do Boi. O Brasil inteiro pôde assistir e negociar, através do Canal do Boi, uma das melhores genéticas da raça Simental, que é tradição naquela região de Capinzal, de Campos Novos e do meio-oeste catarinense, com uma qualidade de animais invejável e que orgulha o nosso estado.

O mesmo ocorreu com o gado geral, que teve uma comercialização de 100% daquilo que foi colocado à venda por um preço extraordinário, o que deu alegria para todos os criadores daquela região.

Da mesma forma, foi realizada a exposição do comércio e da indústria, ocasião em que foram feitos quase R\$ 2 milhões em negócios, oportunizando colocar na vitrine aquilo que é produzido e comercializado na região, principalmente porque Capinzal se destaca no cenário catarinense como uma das maiores industrializadoras de alimentos, já que lá está sediada uma das maiores empresas do Brasil, a Perdigão, que tem dado sustentáculo à economia e que até foi premiada pelo prefeito com o prêmio Destaque, pela produção e recolhimento de impostos. E através da pesquisa das notas efetuadas, pudemos constatar que a grande maioria das empresas tem uma ligação muito grande com o fator Perdigão, agroindústria da região que vem crescendo cada vez mais.

Entre as modalidades de esporte - e isso já é tradicional - que lá ocorrem temos o Campeonato Catarinense e Sul-Brasileiro de Motocross, que reúne um público muito grande. E mesmo tendo sido realizado num final de semana com chuva, inclusive com um vendaval que destruiu o palco, mais de 30 mil pessoas circularam por lá.

Mas o mais importante, ilustre líder do governo, deputado João Henrique Blasi, foi a presença do governador, na última sexta-feira, na nossa região, o que muito nos alegrou, dando notícias importantes sobre o edital para a construção da nossa Escola de Educação Básica Belisário Pena, que estávamos há anos nessa expectativa. Lá, então, ele anunciou a autorização para a licitação daquela obra, que terá uma área de 2,4 mil metros quadrados, que vai ter um custo de R\$ 1,6 milhão para abrigar os nossos estudantes do município de Capinzal. Uma obra muito bonita, uma obra marcante do governo do estado para o nosso município.

O governador também autorizou a construção do ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Ernesto Hachmann, com 2,1 mil metros quadrados, com um custo de R\$ 700 mil, aproximadamente.

Luiz Henrique também nos autorizou a fazer o estudo para outra obra marcante, importante e tão reivindicada por toda aquela região, que é o contorno viário dos municípios de Capinzal e de Ouro, que vai ser executado, se nós formos, e seremos, se Deus quiser, incluídos no BID V. Trata-se do prosseguimento da rodovia Jaborá/Ouro, que fará o contorno dos municípios de Capinzal e de Ouro, pois a SC passa dentro da cidade, uma vez que só existe uma ponte e qualquer empedimento naquela rodovia inviabiliza todo o trânsito das duas cidades.

Com esse contorno que será feito, nós teremos a construção da segunda ponte sobre o rio do Peixe e desviaremos todo o trânsito pesado da Perdigoão e de toda a produção daquela região para fora da cidade. Trata-se de uma obra com mais de dez quilômetros, com um custo bastante alto, que será incluída também no BID V. Terá um investimento bastante alto e uma qualidade que todos nós conhecemos, que é a qualidade da obras realizadas com recursos do BID.

Então, nós queremos aqui, como representante daquela região, agradecer ao nosso governador Luiz Henrique da Silveira por nos ter proporcionado um momento muito alegre, de muita satisfação, pelo anúncio e pela sua disposição de pelo menos iniciar os estudos, para que possamos ter essa realidade num curto espaço de tempo.

Em nome de Capinzal, de Ouro e de toda a nossa região, ficam aqui os nossos agradecimentos ao governador Luiz Henrique da Silveira por esses anúncios que nos transmitiu, neste último final de semana, justamente na grande festa realizada no município de Capinzal, que é a nossa Expovale.

O restante do tempo do nosso partido concedo ao companheiro João Henrique Blasi, líder do governo, que fará o seu pronunciamento. Antes, porém, quero agradecer e anunciar a presença do prefeito de Abdon Batista, Luiz Zanchett, que nos está visitando desde ontem, fazendo contato com todas as secretarias em busca de recursos, tendo em vista dar continuidade ao asfaltamento do acesso ao município de Abdon Batista, que já foi iniciado em sete quilômetros. Certamente vamos assinar outro convênio para dar prosseguimento à obra, que vai passar, meu caro deputado Professor Grando, lá no grande Canoas Parque, pelo v.exa. também é um dos responsáveis e que é um dos parques mais importantes do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, no restante do tempo reservado ao PMDB, com a palavra o líder do governo, deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sra. presidente, srs. deputados, desejo fazer uma referência, em primeiro lugar, à vinda a esta Casa, no dia de ontem, do secretário de estado da Fazenda, empresário e advogado Sérgio Alves, que aqui esteve cumprindo prescrição da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe ao gestor público a apresentação, a cada quadrimestre, da situação das finanças públicas.

Assim é que, cumprindo essa determinação legal, aqui esteve, na manhã de ontem, na comissão de Finanças e Tributação, o secretário da Fazenda, que expôs com clareza, transparência e minudência a situação financeira do estado de Santa Catarina. E traçando um comparativo com os quadrimestres correspondentes aos anos anteriores, 2006, 2005 e 2004, ele demonstrou graficamente o esforço hercúleo que vem sendo desenvolvido pelo governo do estado, no sentido de reduzir, de forma substancial, as despesas públicas.

E ali ficou assentado, ficou e foi demonstrado a todos os deputados e demais pessoas presentes, de que isso se está tornando uma realidade e de que se tem conseguido reduzir as despesas públicas pela racionalização da máquina, pela adoção de mecanismos de controle que são fundamentais. Também ficou devidamente explicitado o aumento da arrecadação, observada a série histórica.

Mas, no entanto, ficou devidamente evidenciado que em razão do chamado crescimento vegetativo da folha de pagamento com aqueles benefícios que são direito e implementados periodicamente ao grupo de servidores de carreira do estado de Santa Catarina, nós estamos muito próximos do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que faz com que qualquer nova possibilidade de aumento ou de reajuste seja examinado, de sorte que o estado não venha a infringir esta determinação legal da Lei Complementar n. 101, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Ouço, a propósito, o deputado Renato Hinnig, que é membro, por sinal, da comissão de Finanças e Tributação, auditor fiscal do estado de Santa Catarina e, portanto, tem, muito mais do que eu, amplo conhecimento a respeito da matéria em debate.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado João Henrique Blasi, fico satisfeito por v.exa. trazer à tribuna o assunto da audiência pública realizada ontem e que bem demonstra o trabalho competente que vem sendo realizado pelos técnicos da secretaria da Fazenda, no sentido de combater a sonegação, aumentando a arrecadação em Santa Catarina, sem aumento de qualquer carga tributária.

Isso, na verdade, só vem reforçar o argumento de que estamos no caminho certo com a promoção da modernização da administração tributária que está acontecendo em Santa Catarina, que se torna referência para os outros estados do Brasil, e também pelo valioso corpo técnico que dispomos na secretaria da Fazenda.

Tenho orgulho de pertencer àquela casa, àquele quadro funcional, e pude lá servir durante algum tempo como diretor da área da administração tributária e como secretário adjunto da Fazenda durante algum tempo. Lá aprendi muito e tenho realmente muito orgulho de pertencer àquele quadro funcional, que hoje está sendo dirigido pelo secretário Sérgio Alves de uma forma muito competente.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Tem razão v.exa., deputado Renato Hinnig, e a manifestação apresentada me faz, a tempo, corrigir uma omissão que é, na verdade, destacar o trabalho desenvolvido pela equipe técnica da secretaria do estado da Fazenda, porque realmente são funcionários extremamente gabaritados, que desenvolvem com denodo, com dedicação e com competência a tarefa que lhes é atribuída.

Na verdade, há muito Santa Catarina enverga um quadro funcional de extrema competência na área fiscal, e prova disso é a demonstração permanente do aumento da arrecadação, como bem disse v.exa., sem que tenha havido qualquer tipo de mágica, sem aquela solução que é sempre a mais simples, a do aumento da carga tributária, que temos rejeitado, e, na verdade, o que se observa é esse aumento da arrecadação, que é fundamental em razão dos mecanismos de controle da eficiência com que tem atuado a equipe da secretaria de estado da Fazenda, e também a consciência do empresário catarinense no sentido de recolher os tributos devidos ao erário público.

De sorte que assisti à grande parte da reunião da comissão de Finanças e Tributação, ontem realizada, e não pude ficar até o final, mas dos dados que vi, da exposição a que assisti, entendo que Santa Catarina está em boas mãos, com a mais absoluta certeza, no que diz respeito às ações,

ao comando da secretaria de estado da Fazenda entregue a um empresário com credibilidade, a alguém com formação jurídica, a alguém que se compôs internamente com a equipe do fisco, e em função disso é que podemos experimentar essa situação positiva por que atualmente passam as finanças públicas do estado Santa Catarina, de maneira que, mais uma vez, é importante ressaltar este dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que faz com que haja periodicamente essa prestação de contas. E se há algo que é fundamental para o gestor público, é prestar contas aos administrados daquilo que vem sendo feito. E ontem efetivamente se cumpriu, de maneira modelar, esse preceptivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"A regulamentação da PEC 29 será motivo de ato público suprapartidário, reunindo políticos, profissionais do setor, sociedade usuária e entidades no sul catarinense, na manhã de hoje, em Criciúma, na praça Nereu Ramos. Também vemos várias outras manifestações e debates no país, e as atenções voltadas para o Congresso Nacional, pois está em pauta e a expectativa de todos é que seja aprovada a regulamentação da Emenda 29 hoje, às 12h, no Congresso Nacional.

O Partido dos Trabalhadores está fechado com esta questão desde o início e fazendo uma campanha: 'SUS - Essa luta é nossa', essa luta é do povo, para que a população se manifeste aos seus deputados, no sentido de solicitar a aprovação da regulamentação da emenda constitucional.

A Emenda Constitucional n. 29, aprovada em 2000, que determina percentuais mínimos para aplicações em ações e serviços públicos de saúde de 15% para os municípios e 12% para os estados, e o substitutivo global ao PLC 01/03, de autoria do deputado Guilherme Menezes (PT/BA), ora em debate, define 10% para a União, regulamenta a aplicação desses percentuais em todos os níveis. Vai dizer onde é investimento em saúde ou não.

O Deputado Jailson Lima tem liderado em Santa Catarina esse debate, pois é médico, e a deputada Ana Paula Lima também, em nome do PT e da bancada, para fazermos essa mobilização para que a sociedade se manifeste aos deputados deste estado e do Brasil, no sentido de aprovarmos essa emenda.

A idéia é regulamentar a aplicação dos 10% da saúde do governo federal; dos 12% do governo dos estados e dos 15% dos municípios, objetivando evitar os desvios de recursos com aplicação em setores que não sejam relacionados à saúde.

O substitutivo só permite o investimento em 11 áreas, entre elas: vigilância epidemiológica e sanitária; rede física do Sistema Único de Saúde, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos de saúde, e remuneração de pessoal ativo em exercício na área da saúde, incluindo os encargos sociais.

Também visa a aumentar o gasto com medicina preventiva, o que vai diminuir a necessidade de intervenções de maior complexidade e, conseqüentemente, de maior custo. A idéia é garantir maior poder para os conselhos municipais e estaduais poderem definir onde o dinheiro vai ser aplicado. Hoje, 'do total dos gastos com saúde, 2/3 do orçamento são para os casos de média e alta complexidade. Temos que acabar com o subfinanciamento para ações como vacinação pública, exames preventivos e educação para práticas saudáveis'. Esse é o objetivo.

Não serão permitidos, entre outros, gastos com pagamento de inativos e pensionistas - inclusive os da Saúde; limpeza urbana e remoção de resíduos, obras de infra-estrutura urbana, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde.

Muitos prefeitos e governadores pavimentam ruas próximas aos hospitais e contabilizam esses gastos como investimentos em saúde. Isso não pode!

Hoje, a União não tem percentual definido. A maioria dos municípios está cumprindo os seus 15%; mas dos 27 estados, somente sete cumpriram no ano passado, e com muita maquiagem pelo meio, jogando despesas de outros setores, como despesas de saúde."

Precisamos melhorar, nos estados, essa aplicação e também o problema de gerenciamento da saúde, agendamento, utilização de vagas em hospitais. Há um conjunto de problemas que precisam ser regulamentados, e essa emenda dará um norte nesse sentido.

(Continua lendo.)

"Aqui, mais uma vez, observamos a importância da manutenção da CPMF. Não adianta aumentar os percentuais e cortar R\$ 36 bilhões do orçamento, porque certamente estaremos diminuindo os recursos que temos hoje. Se a CPMF for mantida, teremos mais R\$ 18 bilhões de recursos federais para a saúde, além dos recursos dos estados e municípios."

Então, faço essa reflexão sobre a importância da regulamentação da Emenda n. 29, que vai disciplinar os recursos da Saúde na União, nos estados e nos municípios. Também faço o apelo para que façamos uma reflexão séria, objetiva e pragmática da importância da manutenção da CPMF. De nada adianta regulamentar os recursos da União e cortar o Orçamento, porque não vamos alcançar o resultado que queremos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Décio Góes, quero cumprimentá-lo e trazer uma questão central na política pública no governo do presidente Lula. Além da aprovação da CPMF, a grande conquista é a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29. Sem essa regulamentação, perdem efeito as cobranças e exigências, principalmente dos governos estaduais, do cumprimento do preceito constitucional de investimento na área da saúde.

Em segundo lugar, a saúde é um direito e há vários estados com problemas porque não têm priorizado a área da saúde. A regulamentação da Emenda Constitucional n. 29 não irá apenas colocar mais recursos do governo federal, mas também dará aos municípios e, principalmente, aos estados, mais do que a necessidade, a obrigatoriedade, legalmente constituída nessa regulamentação, de investir mais na saúde.

Aqui em Santa Catarina é preciso investir mais na área da saúde porque são lamentáveis os vários casos a que assistimos todas as semanas nos municípios. É o descaso com a saúde em Santa Catarina. Temos a esperança de fazer com que os governos estaduais cumpram o que defende a legislação e principalmente a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29.

Parabéns! Essa luta tem que ser de todos!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Quero, para encerrar, pedir que Deus ilumine os nossos deputados federais, porque hoje, às 12h, será votada no Congresso Nacional a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29 para o bem da saúde do nosso país, dos nossos estados e municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Décio Góes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar todos os dentistas, pelo seu dia, e, em especial, todos os profissionais da Clínica Dentária Joinville, que existe há mais de 20 anos e é uma tradição da minha família. Cumprimentando minha filha Máira, que é a responsável pela clínica, cumprimento todos os outros dentistas daquela empresa tradicional de Joinville.

Tenho algumas reflexões para fazer, sra. presidente, mas gostaria de fazer uma citação em decorrência da aprovação, ontem, da adesão da Venezuela ao Mercosul pela comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Sou presidente da comissão do Mercosul e quero falar primeiro em meu nome, depois vou submeter à apreciação dos meus pares naquela comissão o meu desagrado e a minha indignação em ver esse Idi Amin Dada branco fazer parte do nosso Mercosul. Fico indignado ao saber que vamos ter um déspota fazendo parte do Mercosul.

Qualquer um dos senhores que está acompanhando os noticiários pode se dar conta do tamanho do estrago que esse homem pode fazer na América do Sul. Os estudantes da Venezuela que o digam, porque nesses últimos dias têm sido massacrados pela polícia desse indivíduo que agora, recentemente, está ameaçando invadir a Bolívia. Se alguém mexer com o presidente da Bolívia, ele vai invadir. E há mais um detalhe: está gastando bilhões em armamento. Está armando a Venezuela.

A troco do que esse cidadão está fazendo tudo isso? Para mim é um verdadeiro Idi Amin Dada - não sei se os senhores lembram -, que era um ditador, um déspota, um indivíduo repugnante, que graças a Deus já não faz mais parte da política. Esse ainda vai longe.

A aprovação foi na comissão de Relações Exteriores da Câmara e essa decisão deve ser submetida ao plenário, e aí, sim, nós teremos, ou não, a participação da Venezuela no nosso Mercosul. Sabe Deus o que teremos pela frente, quantas dores de cabeça vamos ter pela frente.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado pelo aparte, deputado Nilson Gonçalves. Quero discordar da sua avaliação e dizer que, primeiro, Hugo Chávez não é branco, ele é de origem indígena e talvez aí já resida algum encaminhamento diferente no ponto de vista de perceber as coisas do mundo e da América Latina.

Segundo, a Venezuela não está ameaçando invadir nenhum outro país; os agentes da CIA, através da fronteira com a Colômbia, é que estão permanentemente infiltrando-se na Venezuela para apoiar a contra-revolução venezuelana.

Terceiro, se a Bolívia for invadida por outro país, é óbvio que o seu governo pode solicitar, soberanamente, o apoio da Venezuela.

Estranho o fato de v.exa. estar preocupado com o armamento da Venezuela e não estar preocupado com a corrida armamentista dos Estados Unidos, que está invadindo o mundo inteiro.

Muito obrigado pelo seu aparte.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado Sargento Amauri Soares, eu não vou responder a v.exa., respeito a sua opinião, assim como quero a minha respeitada. Entendo perfeitamente o seu ponto de vista e respeito a sua opinião.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero trazer também a minha opinião sobre esse tema. Sempre defendi a integração de todos os países da América Latina. Não só fiz grandes debates e discussões sobre o Mercosul, mas sobre todos os países.

Então, dentro dessa esteira, independentemente de quem são os presidentes desses países, uma política de estado de integração latino-americana, para ser um bloco latino-americano para se contrapor aos outros blocos econômicos e sociais. Nessa tese sou a favor não só da Venezuela, como de outros países participarem do Mercosul.

E a questão de mérito, a questão ideológica, é outro momento, e não vou roubar o seu tempo aqui falando sobre o mérito da presença e atuação de Hugo Chávez na Venezuela.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado Pedro Uczai, pela sua inteligência e capacidade, até concordo com v.exa. nesta parte: a integração dos mercados. A minha preocupação é com relação a esse indivíduo, mas com o seu país, não! Eu até acho interessante a integração do seu país. O duro é ver esse indivíduo palpitando e interferindo no nosso Mercosul.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, acho que a figura de Hugo Chávez não serve de exemplo e de referência muito boa para nós. Ficou muito claro, quando foi criado o Mercosul, que o país tem que ter uma linha totalmente democrática, e isso nós não vemos, hoje, na administração de Hugo Chávez, na Venezuela. O que vemos lá não são atos democráticos. Podem até vir aqui falar diferente, mas atos como fechar uma televisão e ameaçar, não são atos democráticos de um país democrático.

E assusta, sim, a entrada de quem preside a Venezuela dentro do Mercosul, pois acho que algumas regras, criadas quando esse mercado surgiu, estão sendo quebradas para a Venezuela fazer parte do Mercosul.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado, v.exa. é membro da comissão do Mercosul e oportunamente deveremos tratar desse assunto na comissão pertinente.

Quero aproveitar o tempo que me resta, sra. presidente, para dizer que no município de Joinville está acontecendo, neste momento, e encerrar-se-á no dia de amanhã, a Feira de Logística e Movimentação de Cargas, que está reunindo cerca de 15 mil pessoas, abrangendo grandes empresas e prestadoras de serviços que atuam no setor.

O fato de Santa Catarina ser um estado com *know-how* em importação e exportação, ter quatro grandes portos e outros em construção, vários aeroportos, dá a dimensão da importância desse evento no município de Joinville, onde se estão discutindo assuntos que dizem respeito à carga e também à logística.

A preocupação maior de todos os que estão nesse evento, em Joinville, é que nos próximos anos, além do porto de São Francisco do Sul, teremos os portos de Itapoá, Itajaí e Navegantes, enfim, teremos uma infra-estrutura muito grande na questão de carga e descarga. Mas o que está preocupando todos é a infra-estrutura das nossas estradas. Só para dar um exemplo para v.exas., a estrada que dá acesso ao porto de São Francisco do Sul é a mesma que dá acesso à praia de Barra do Sul, à praia da Enseada, à praia de Ubatuba, à praia do Forte, à praia de Capri, à Praia Grande, à praia do Ervino e ao município de São Francisco do Sul.

Todo o movimento dessas praias passa por uma única estrada que dá também acesso ao porto de São Francisco do Sul. É um verdadeiro problema que estamos tendo. O que queremos é que haja uma agilização na questão da duplicação da rodovia que acesso ao nosso porto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o líder do partido, deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em especial, quero dizer ao deputado Décio Góes, que me antecedeu, aos companheiros deputados Pedro Uczai, Sargento Amauri Soares, Manoel Mota, enfim, a todos os partidos políticos, da importância de se estabelecer o que sempre se discursava nesta Casa: políticas públicas.

Estamos, hoje, votando no país a regulamentação da emenda que talvez esteja há mais tempo junto à Câmara Federal. Pois bem, o líder do PPS na Câmara Federal, o deputado catarinense Fernando Coruja, criticou a base aliada pelo descumprimento do acordo para votar, nesta quarta-feira, ou seja, ontem, a regulamentação da Emenda n. 29 no plenário da Câmara Federal, que determina que os municípios contribuam com 15%, definindo isso em regulamentação de lei, os estados, com 12% e a União, cumprindo a sua tarefa, com 10%.

É muito importante entendermos o que é o centralismo administrativo. Pasmem, srs. deputados, que o governo federal não é submetido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Os governos municipais e estaduais são submetidos à Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o governo federal, não! Então, temos que democratizar. O que vale para os municípios, estados e empresas estatais deve valer também para o governo federal.

Da mesma forma, a questão da Emenda n. 29, conforme nossa regulamentação, vale para o estado, com 12%; e para o município, com 15%. Agora, os 10% do governo federal nós vamos aguardar.

Quero elogiar o posicionamento do companheiro deputado Décio Góes, que diz que essa é uma luta suprapartidária, de todos os partidos, e estabelece uma política pública para o sempre. Esse é o papel do poder público.

Por que a base aliada se afastou do plenário? O recuo ocorreu depois que o Palácio do Planalto cobrou dos seus apoiadores uma manobra que adiasse mais uma vez a apreciação do projeto de lei complementar que fixa percentuais mínimos para a aplicação em saúde. O percentual fixado para a União é de 10%, algo a que o governo se contrapõe!

Isso significa que se da CPMF - e o companheiro deputado Décio Góes falou isso aqui - vão ser aplicados R\$ 18 bilhões importantes para a complementação da Saúde - e foi esse o objetivo para o qual foi criado o imposto, que é provisório e não é uma política pública para todo o sempre -, esses 10% da União referentes à questão do PIB, da arrecadação, representam R\$ 15 bilhões. Portanto, tanto quanto a importância que representa a contribuição da CPMF para a Saúde, representará essa regulamentação da Lei Complementar n. 29.

Pois bem, nesse sentido, antes do encerramento da sessão, o deputado Coruja foi pelo menos duas vezes defender o projeto, a matéria que tramita há mais tempo na Câmara Federal com relativo grau de consenso dentro do Parlamento. Mas o governo insiste em não votar porque não quer gastar mais com a Saúde, talvez só usar a CPMF.

O deputado Coruja teme que mais um adiamento da votação da proposta prejudique novamente o setor. A população mais pobre sofre cotidianamente com os problemas da área da Saúde, não tem acesso aos exames, aos tratamentos especializados e aos remédios, que não estão sendo disponibilizados por falta de dinheiro.

Como disse o companheiro Décio Góes, que Deus inspire os deputados federais para que votem no dia de hoje essa importante Emenda n. 29. E estamos lá para realmente nos manifestar e apoiar uma política pública por parte dos órgãos governamentais em todas as suas instâncias, federal, estadual e municipal, que é a questão da regulamentação da Emenda n. 29.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra a visita, nas dependências da Assembléia Legislativa, de alunos da Escola Estadual Básica Professor João Boos, de Guabiruba.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, eu gostaria de registrar, neste momento, a presença nesta Casa do vereador e presidente da Câmara Municipal de Mafra, sr. Valdemar Goffi; do Ivan Dutra, diretor do Desenvolvimento Econômico da prefeitura de Mafra; e do Luciano Silveira, funcionário da Câmara Municipal, desejando a todos as boas-vindas!

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo Dia do Cirurgião-Dentista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Itaipópolis, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos desembargadores: Jaime Ramos, Alexandre d'Ivanenko, Newton Janke, Lédio Rosa de Andrade, Moacyr de Moraes Lima Filho, Jorge Henrique Schaefer Martins, Marli Mosimann Vargas, Sérgio Izzidoro Heil e José Carlos Carstens Kohler, cumprimentando-os pela posse no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Gostaria de subscrever este requerimento, como toda esta Casa deveria subscrever, parabenizando os futuros desembargadores, até por uma conquista que esta Casa aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O requerimento é de autoria do deputado Dagomar Carneiro. Com a aquiescência do autor, v.exa. poderá subscrevê-lo.

Sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, transmitindo cumprimentos pela passagem do Dia do Cirurgião-Dentista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Décio Góes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, em exercício, encaminhando a integra da moção aprovada na III Conferência Regional do Meio Ambiente, realizada em Joinville, que recomenda a criação de secretaria específica e qualificada para tratar das questões ambientais.

A Presidência defere de plano.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados, visitantes que nos acompanham no plenário deste Parlamento na data de hoje, ouvintes da Rádio AleSC Digital e telespectadores da nossa maravilhosa TVAL que está completando, hoje, seu oitavo aniversário, sempre levando as informações para todo o estado de Santa Catarina, devo dizer que certamente ela vai estar, dentro de pouco tempo, operando em canal aberto, porque temos que oportunizar cada vez mais catarinenses a serem informados dos trabalhos realizados por esta distinta Corte, deputada Ada De Luca.

Mas também quero dar os parabéns aos cirurgiões-dentistas, e faço isso através do nosso deputado Dagomar Carneiro, que pertence a essa categoria de quase dez mil dentistas no estado de Santa Catarina, que faz um trabalho na área curativa e, agora, também nas áreas preventiva e de estética.

Gostaria ainda de dar os meus parabéns a todo o servidor público que comemora o seu dia no próximo dia 28 de outubro. Agora estou com a missão de representar o povo de Santa Catarina, mas também sou uma servidora pública concursada na prefeitura de Blumenau, na minha categoria de enfermeira.

Srs. deputados, tomara que hoje dê tempo para que possamos abordar vários assuntos. Mas quero dar uma satisfação, deputado Sargento Amauri Soares, para o fato de que na semana passada eu vim a esta tribuna elogiar o governador por ter recebido as entidades representativas para a regulamentação, quer dizer, para colocar o dinheiro na folha de pagamento dos nossos policiais civis, militares e do Corpo de Bombeiros, em função de uma lei que foi aprovada em 2003 nesta Casa, com a anuência do governador, que é a Lei Complementar n. 254. E alertei os srs. deputados que sempre que assumasse a esta tribuna iria falar sobre essa lei para conclamar o governador do estado a implementá-la o mais rapidamente possível.

E por acaso v.exa. me informou que o presidente da Aprasc não foi ouvido. Fiquei surpresa, realmente, porque acho que ela é uma das instituições que representam todos os nossos policiais, e também porque faz um ano que o presidente da Aprasc não é recebido pelo governador.

Então, quero lamentar isso. Dei os parabéns porque antes da viagem ele recebeu a categoria, mas agora fui informada que a Aprasc não foi recebida.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte, rapidamente, a v.exa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, pela gentileza do aparte.

Quero parabenizá-la e agradecer pelo apoio que tem dado às reivindicações dos praças e da Segurança Pública em geral e dizer que tanto a Aprasc - Associação dos Praças do Estado de Santa Catarina -, que representa os seus nove mil filiados, quanto o Sindicato dos Trabalhadores da Segurança Pública - o Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Santa Catarina -, não foram ouvidos nessa reunião.

Então, a intenção do governo era justamente criar a impressão de que estava dialogando com as entidades representativas, quando, efetivamente, aquelas mais legítimas e que têm mais representação não foram ouvidas, continuam não sendo ouvidas por este governo ao longo de todo este ano. E o compromisso é que seria resolvido isso nos primeiros meses de 2007.

Muito obrigado pelo apoio à nossa demanda e parabéns!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Nós estamos aqui de passagem, deputado Sargento Amauri Soares, e somos a voz do povo de Santa Catarina e de diversas categorias, principalmente dos nossos policiais civis e militares e bombeiros. E esta Casa recebeu esses servidores que, infelizmente, não terão nada a comemorar no dia 28 porque estão devendo para eles a implementação da Lei n. 254.

Mas eu me lembro de que essas galerias estavam cheias e os policiais bateram palmas para nós porque aprovamos a Lei n. 254. E no ano passado eles acreditaram no governador. No dia 3 de outubro, eles foram lá e depositaram o voto na urna. Isso faz mais de um ano e o presidente da Aprasc não foi recebido?! E os policiais ainda não receberam a Lei n. 254?!

Além de falar aqui, srs. deputados e sra. deputada Ada De Luca, e também mandar um telegrama todos os dias para o governador do estado, eu vou andar com este selo que recebi da Aprasc - porque o governo está enrolando, deputado Dagomar Carneiro, e deve parar de enrolar: "Lei n. 254"! Já faz três anos ou quatro anos! Já é demais!

E daí, deputado presidente, eu faço um questionamento a um deputado que me antecedeu nesta tribuna elogiando a vinda do secretário de estado da Fazenda, que veio prestar contas do quadrimestre, ontem, aqui na Assembléia Legislativa. Vejam o que está num *release* de um jornal de circulação estadual: "Receita do Estado Sobe 21,5%". Se a receita do estado, srs. deputados, subiu, o que está faltando para a implementação da Lei n. 254?

Deputado Marcos Vieira, o que está faltando também para atender a reivindicação dos auditores fiscais, que têm a responsabilidade de aumentar a receita do estado? Esta Casa também discutiu essa lei no dia 23 de dezembro do ano passado.

Os auditores fiscais da Fazenda estão de parabéns porque aumentaram a receita do estado em 21,5%, como falou o secretário da Fazenda. Mas o que está faltando, deputada Ada De Luca, para arrumar a Escola Antonieta de Barros, aqui na capital, que foi interditada? E a Escola Júlia Lopes, lá em Blumenau, porque está chovendo dentro da sala de aula, se a receita do estado aumentou?! O que está faltando para ouvir os professores do estado de Santa Catarina, a categoria da Saúde, os policiais, se a receita aumentou?!

Aí o deputado João Henrique Blasi vem para cá falar que o governo tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a Lei n. 101. Claro, todos os administradores têm que cumprir essa lei, ou seja, os governadores, os prefeitos e o presidente da República, só que têm que cumprir algumas leis aprovadas pelo seu próprio governo e uma delas é a Lei Complementar n. 254.

Agora, se há fiscalização, pelos tribunais, do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu quero saber, deputado Marcos Vieira, quem é que faz a fiscalização do Fundo Social!? Porque é um dinheiro que entra e ninguém fiscaliza, senhores! Ninguém fiscaliza! Esse dinheiro que entra no Fundo Social deixa de ser investido na Educação, da Saúde, no art. 170, deputado Pedro Uczai, que as universidades estão pedindo, enfim, nas áreas sociais que o povo está pedindo!

Mas o deputado João Henrique Blasi vem para cá fazer a defesa do secretário e dos funcionários da Fazenda! Eu defendo os auditores fiscais, que fazem um trabalho maravilhoso no estado de Santa Catarina, não aumentando tributos, apenas fiscalizando, apenas orientando. E aumentou, está aqui! Povo catarinense, a arrecadação do governo do estado aumentou 21,5%! Agora, srs. deputados, alguma coisa está errada, porque essa conta não está batendo!

Esse final de semana e na semana que vem a bancada do Partido dos Trabalhadores irá analisar esses números porque está faltando dinheiro em algum lugar! Se aumentou a arrecadação, temos que ter investimentos na Saúde, na Educação, no art. 170, no pagamento da Lei n. 254, para os auditores fiscais, para os nossos professores, para as nossas escolas, para os nossos postos de saúde, para tirar as ambulâncias das estradas, como falou o deputado Onofre Santo Agostini.

É desta forma, minha gente, que tem que ocorrer a descentralização do governo, capitão Garcia! Essa é a forma de descentralizar! E não colocando 36 secretarias de Desenvolvimento Regional uma em cada município, e ficar sem dinheiro para o povo catarinense! Eu quero esses 21,5% do aumento da arrecadação sendo investidos para o nosso povo.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência cumprimenta e dá as boas-vindas aos alunos, pais e professores da Escola Básica Antonieta de Barros, que estão na Assembléia Legislativa para uma reunião com o deputado João Henrique Blasi.

O próximo orador inscrito é o deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, quem me antecedeu foi a nobre deputada Ana Paula Lima, e quem está em casa, quem está aqui e ouviu-a falar sobre a Lei n. 254, que é uma lei autorizativa e não impositiva, vai achar que nada foi realizado com relação à referida lei.

Há alguns dias, eu mesmo acompanhei aqui o pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares, que relatava que grande parte da Lei n. 254 foi implementada pelo governador Luiz Henrique da Silveira e que faltam, sim, algumas coisas, mas que algumas partes já foram cumpridas. E eu escutei isso do líder, daquele que representa os praças dentro da Assembléia Legislativa. Então, é bom deixar bem claro o que está acontecendo.

Outra coisa que não entendo é que se temos déficit, criticam, se temos aumento de receita, criticam também. E agora estão criticando o governo porque está dando incentivo à instalação de novas empresas no estado de Santa Catarina. E nós temos mostrado e estamos falando todos os dias que os incentivos não estão derrubando a receita, mas estão fazendo com que a receita aumente e com que tenhamos mais empregos e indústrias em Santa Catarina.

Srs. deputados, eu já não sei como fazer a defesa do governo, pois tenho falado dos incentivos e do aumento da receita, como isso é bom para o estado de Santa Catarina. E se estamos aumentando a receita é porque temos uma boa gestão, e os catarinenses precisam saber que não é com aumento de impostos, mas, sim, com ações do governo.

Deputada Ana Paula Lima, ninguém aumentou imposto algum; o governo do estado deu, sim, incentivos fiscais às empresas, que devem elevar o número de empregados e os números da receita.

Mas vou encerrar esse assunto por aqui, porque às quintas-feiras gosto de falar sobre o que aconteceu na nossa Casa.

Srs. deputados, no dia 28 de junho fizemos uma audiência pública sobre a telefonia, que foi presidida pela deputada Ada De Luca, na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. E eu gostaria de relatar alguns itens respondidos pela Anatel, sobre a telefonia móvel, que vamos cobrar a partir do ano que vem. Sobre a telefonia fixa, falarei na próxima semana.

A Anatel nos respondeu, baseada na nossa audiência pública, no encontro que tivemos, deputada Ada De Luca, alguns itens que vamos cobrar a partir do ano que vem.

Agora as prestadoras de serviço serão obrigadas a cancelar os contratos em 24 horas após o pedido do usuário, além da obrigação da manutenção do número do telefone ao trocar o plano do serviço, entre outros. Já levei oito meses para cancelar o número de um telefone. Mas a partir de fevereiro do ano que vem, as prestadoras de serviço serão obrigadas, em 24 horas, a desligar o telefone após o pedido do usuário.

Sobre a validade dos créditos dos telefones pré-pagos, a partir do ano que vem, as prestadoras serão obrigadas a oferecer créditos pré-pagos com validade de até 180 dias e de revalidar os créditos com prazo de validade expirado a partir de inserção de novos créditos. Hoje, com 30 dias, os créditos comprados são perdidos.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Deputado, esta questão de crédito é muito séria, porque na verdade as prestadoras se apossam de recursos que a pessoa pagou antecipadamente, anulando, inclusive, esses créditos.

Esse tipo de conduta mereceria, junto ao Ministério Público, um termo de ajustamento de conduta, a fim de que essas empresas repusessem socialmente os recursos dos pré-pagos. Quer dizer, agora estão ganhando de forma errada e vai ficar por isso mesmo? No ano que vem isso será corrigido? Não! O Ministério Público tem que chamá-las e propor um ajuste de conduta para que esses recursos dos cartões telefônicos e dos créditos pré-pagos sejam usados socialmente.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v. exa.

Hoje, qualquer cidadão pode comprar, sem exigência da carteira de identidade ou do CPF, um telefone pré-pago. E quando vamos descobrir, estamos com uma conta sem saber até que tínhamos uma linha de telefone. Então, a partir do início de 2008, o usuário será obrigado a fazer o cadastramento do pré-pago com registro e CPF. Essa foi mais uma grande conquista da nossa audiência pública.

Com relação à manutenção do número do telefone, ficou assegurada aos usuários, a partir de janeiro de 2008, a manutenção do número de acesso ao serviço de telefonia celular pós-pago quando ele mudar de plano de serviço da mesma prestadora. Nós hoje podemos fazer a opção do número do telefone.

No que concerne à devolução de valores cobrados indevidamente, sabemos que o usuário recorre ao Procon e é reembolsado, depois de uma grande luta, somente do valor que foi pago indevidamente. A partir de 2008, todo valor cobrado indevidamente será ressarcido em dobro ao usuário.

Em relação à divulgação dos direitos dos usuários nas campanhas das operadoras, a partir de solicitação da audiência pública, as operadoras terão que divulgar os benefícios de todos os seus planos com a maior clareza, pois hoje isso não é feito de maneira adequada.

Quanto à suspensão dos serviços por inadimplência, o que ocorre hoje? Hoje, quem estiver com 15 dias de atraso no pagamento, tem o nome encaminhado para o Serasa. A partir de 2008, o usuário não perderá o direito de ligar para os serviços de emergência, sr. presidente, porque agora cortam o telefone e ainda cobram as ligações das operadoras para o serviço de emergência como Polícia Rodoviária Federal, Samu, Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária Estadual.

A partir de 2010, todas as microrregiões com mais de 200 mil habitantes terão atendimento pessoal para o cliente. E a partir de 2012, todas as microrregiões com até 100 mil habitantes terão atendimento pessoal - o que não existe hoje - ao cliente, quando esse quiser reclamar ou desligar o telefone, porque hoje o serviço é realizado via 0800 e não sabemos com quem estamos falando.

Já falei da gratuidade, das chamadas de emergência, que era uma solicitação nossa e que a partir do ano que vem vai haver validade, carência nos planos de serviço. Hoje nós contratamos um telefone e não podemos desligá-lo. Se não gostamos do serviço, somos obrigados a agüentar por 12 ou 24 meses aquele telefone celular. A partir do ano que vem não existirá mais carência. Segundo diz a Anatel, não vai haver mais carência. Não gostou do produto, do serviço, automaticamente poderá pedir desligamento. Não haverá mais carência. O usuário não terá que agüentar um serviço de que não gosta por um ou dois anos.

Quanto à rescisão contratual, hoje, para rescindirmos um contrato de uma linha de telefone, como já esclareci, demoramos uns oito meses. A partir do ano que vem, depois da solicitação de rescisão feita, o desligamento terá que ser feito em 24 horas pela operadora.

No que tange à comparação entre planos, isso é duvidoso. Nesse plano que veio por minutos e não por pulsos, houve um acréscimo espetacular na conta do telefone e está sendo feito um comparativo. Espero que este comparativo beneficie o usuário. E já fizemos esse alerta na nossa audiência pública.

Enfim, vou mandar a todos os parlamentares a resposta da Anatel para que sejamos todos fiscalizadores. E vamos cobrar, de acordo com esses itens, a solução para a telefonia móvel. Nós também seremos agentes fiscalizadores, porque a minha opinião é que se a Anatel não tem condições de fiscalizar todo o Brasil, que descentralize a fiscalização para os estados, para que tenhamos um melhor serviço de telefonia nos estado e no país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Dagomar Carneiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna, nesta manhã de quinta-feira, dia 25 de outubro, para fazer uma homenagem à minha classe profissional, a classe dos cirurgiões-dentistas.

Em 1884 foram criadas as duas primeiras faculdades de Odontologia do Brasil, uma no estado do Rio de Janeiro e outra no estado da Bahia. Devido a esse fato, foi determinado que o dia 25 de outubro fosse designado à comemoração do Dia do Cirurgião-Dentista. Vejam que até aquela data os atendimentos odontológicos eram precários, para não dizermos arcaicos. E a odontologia do Brasil vem crescendo desde a fundação dessas duas universidades até os dias de hoje.

Faço este registro porque a odontologia catarinense, hoje, está no patamar das melhores odontologias praticadas no mundo inteiro, igualando-se a países de primeiro mundo, como Suécia, Dinamarca, Escócia e Estados Unidos, com profissionais renomados não só no Brasil, mas no exterior.

Na noite de hoje, sr. presidente, estaremos fazendo uma sessão solene em homenagem aos cirurgiões-dentistas do nosso estado. Estará presente o Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, a Associação Brasileira de Odontologia, Seccional de Santa Catarina, e a Academia Catarinense de Odontologia, momento em que este Parlamento poderá homenagear as entidades representativas de mais de dez mil cirurgiões-dentistas que fazem o atendimento da nossa população.

A odontologia vem crescendo a passos largos, aliás, como toda a economia neste mundo globalizado. A evolução tecnológica, aliada à capacitação profissional dos cirurgiões-dentistas, tem proporcionado a cada dia que passa um benefício maior à população catarinense e brasileira. Durante esta semana em que se comemora a semana da odontologia em Santa Catarina, mais de cem eventos estarão sendo realizados em nosso estado em comemoração ao Dia do Cirurgião-Dentista, mas também em benefício da população catarinense. E cito, como exemplo, o ocorrido na segunda-feira, na cidade de Brusque, onde foram apresentados pela secretaria municipal de Saúde, através da diretoria de Odontologia e dos profissionais cirurgiões-dentistas, os resultados de um programa que foi implantado quando este deputado era secretário municipal de Saúde e criou-se, naquele município, o projeto Brusque Sorrindo, em 1993. Foi um trabalho de intensa prevenção nos escolares da rede municipal de ensino do nosso município, da educação infantil até a 4ª série do ensino fundamental. E através de um decreto assinado pelo prefeito municipal, foi instituída a escovação supervisionada, obrigatória após a merenda escolar de todas

as crianças da rede municipal. Além disso, adotamos o bochecho semanal de flúor, a aplicação tópica de flúor de seis em seis meses e a doação das escovas e dentífricos para todas as crianças da rede municipal.

Srs. deputados, os índices apresentados nos deixam, como cirurgiões-dentistas, orgulhosos do trabalho que essa classe pode fazer em benefício da população. Quando iniciamos o trabalho em 1993, tínhamos um índice de CPOD, como se chama, que é o índice de dentes cariados, perdidos e obturados, na cidade de Brusque, em crianças de até 12 anos, de 5,1 dentes atingidos, ou seja, cada criança tinha em média 5,1 dentes afetados pela doença chamada cárie. E hoje, depois de 13 anos do projeto Brusque Sorrindo implantado em nossa cidade, e com a continuidade dos que nos sucederam, tanto na secretaria da Saúde quanto na secretaria na Educação, tivemos a satisfação de ver apresentados os resultados, ou seja, o índice de CPOD passou de 5,1 para 1,23. Vale ressaltar que a Organização Mundial de Saúde prevê para o ano 2020 um índice igual ou inferior a 2,0 de cáries em crianças até 12 anos. E Brusque, 13 anos antes, já alcança um índice melhor do que o preconizado pela Organização Mundial de Saúde.

Então, quero, nesta data, referendar e parabenizar as entidades que nos apoiaram em Brusque nesse projeto e demonstrar o benefício que as crianças estão tendo em nossa cidade. E ainda alertar aos demais municípios de Santa Catarina, que se em Brusque foi possível, com um custo bem reduzido, será possível também em qualquer município de Santa Catarina e em qualquer município do Brasil.

A odontologia, graças aos seus profissionais, está mudando a realidade que era conhecida no país, como sendo o país dos desdentados. E graças a Deus, com o trabalho e com o elevado conhecimento técnico e científico dos nossos profissionais, estamos passando a reconhecidos mundialmente como um dos países que mais investem em prevenção na área da odontologia.

Com certeza, não há recursos que paguem os benefícios que as crianças e a população estão tendo, em âmbito geral, na sua saúde bucal e na sua saúde geral; não há recursos que paguem um investimento tão pequeno na área da prevenção e um resultado tão grande. E como sempre se preconizou, e os nossos antepassados já diziam, é melhor prevenir do que remediar. É muito mais barato, a cada real investido em prevenção na odontologia, economizaremos R\$ 10,00 na odontologia curativa.

Por isso, nesta semana da odontologia, eu queria reverenciar os nossos profissionais de Brusque por esse grande trabalho e dizer que o município está sorrindo melhor, está sorrindo bonito, mas a luta da classe odontológica de Santa Catarina é para que o nosso estado, por inteiro, possa ter índices, como tivemos, em nossa cidade. E que, acima de tudo, por mais distante que seja o município da capital, ele possa ter acesso às condições e aos trabalhos de tratamento preventivo nas escolas.

Por isso, sr. presidente, estamos encaminhando a este Parlamento um projeto de lei tornando a escovação supervisionada obrigatória também na rede estadual de ensino, porque os exemplos, em nossa cidade, comprovaram que vale a pena. Se é possível na rede municipal, também é possível na rede estadual. Queremos marcar esta semana com mais um projeto importante como este que, com certeza, irá ajudar as futuras gerações do nosso estado.

Quero parabenizar, para encerrar, sr. presidente, todos os cirurgiões-dentistas do nosso estado e dizer, com muito orgulho, que estou neste Parlamento como representante da classe dos cirurgiões-dentistas, que muito têm feito pela saúde do povo catarinense.

As nossas entidades de classe, que trabalham unidas - a CRO, a ABO e a Academia Catarinense de Odontologia - em prol de uma odontologia mais forte e, principalmente, em prol de uma odontologia acessível e de condições para todo o cidadão catarinense, os nossos parabéns!

Muito obrigado, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado.

A Presidência gostaria de registrar, com muita alegria, a presença da Associação dos Amigos e Protetores dos Animais do município de Palhoça, na pessoa da sra. Shalma Teixeira, do sr. Valdir Vanoni e da sra. Marlene Vanoni.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense! Parabéns pelo trabalho que exercem de proteção aos animais.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da Rádio AleSC Digital e da nossa TV Assembléia, que hoje comemora oito anos no ar.

Eu sei que v.exa. já fez o registro, deputada Ana Paula Lima, mas quero associar-me também a tantas manifestações de felicitações, pelos oito anos de atividade, à nossa TV Assembléia, a toda a direção, aos funcionários e a todos aqueles que fazem a TV Assembléia, no seu dia-a-dia e ao longo desses oito anos.

Eu tive a oportunidade, deputado Dagomar Carneiro, de estar nesta Casa quando a TV Assembléia foi fundada, pois já estou aqui há nove anos. Portanto, tive a experiência de ficar aqui por um ano de mandato sem a TV Assembléia e oito dos outros nove com a existência dela. E não tenho nenhuma dúvida de que o Parlamento melhorou muito a partir desse instrumento que se consolida já ao longo desses oito anos de existência.

Também conheço, assim como a deputada Ana Paula Lima, a luta pela abertura da nossa TV Legislativa, para que opere em canal aberto, permitindo o acesso a milhares de cidadãos excluídos, porque hoje só podem nos assistir, através deste canal, aqueles poucos privilegiados que dispõem de recursos para manter uma assinatura de TV a cabo. Nós sabemos que o custo dessas assinaturas é alto para um cidadão assalariado, para a grande maioria da população, que não pode contratar esse serviço.

Então, é preciso que essa nossa luta, deputada Ana Paula Lima, seja cada vez mais intensa e receba mais apoio, no sentido de socializarmos esse instrumento democrático, transparente, que é a TV Assembléia, porque é a forma que o cidadão possui de nos fiscalizar.

Estamos aqui, deputado Peninha, com uma procuração conferida pelo cidadão! Quando o eleitor digita o nosso número é como se ele estivesse depositando, digitando a senha de uma procuração, para que possa falar, discutir, apresentar suas propostas e trazer suas idéias para esta Casa. É preciso, portanto, que esse cidadão também tenha o direito de acompanhar, de fiscalizar, de observar a nossa atuação no dia-a-dia para saber se quatro anos depois poderá renovar essa procuração conosco ou se terá que a tirar daquele que escolheu e entregá-la para outro candidato.

Então, a TV Assembléia possui esse papel de dar mais transparência, de permitir ao cidadão poder acompanhar no dia-a-dia as ações do seu representante. Quero, portanto, associar-me a todas as manifestações, cumprimentar, mais uma vez, todos os servidores, a Mesa Diretora desta Casa por estar dando mais condições para que a nossa TV Assembléia continue ampliando seus serviços e atingindo um número cada vez maior de cidadãos.

Nós implementamos, através da Escola do Legislativo, uma parceria com a TV Assembléia no programa *Fala Jovem*, que está tendo uma repercussão muito positiva, e já recebemos, deputada Ana Paula Lima, nesta semana, da Furb e também de mais duas universidades das quais ainda não recebi o expediente, mas sei que estão encaminhando, que também mantêm as suas tevês educativas. E iremos, a partir de agora, realizar parcerias no sentido de que o programa *Fala Jovem* possa ser gravado nas próprias universidades, utilizando os equipamentos das tevês educativas, e depois esses programas serão transmitidos tanto pelas tevês educativas das universidades quanto pela TVAL.

Então, é mais uma parceria que está vindo aí, que vai dar certo e que vai dar cada vez mais transparência e oportunidades de mostrar ao cidadão catarinense que esta Casa é diferente daquilo que a grande mídia tem dito do Parlamento brasileiro como um todo.

Não há como negar, deputado Professor Grando, que o Parlamento brasileiro vive um momento de extrema dificuldade, de desgaste brutal por conta de tantos equívocos do Congresso Nacional, mais especialmente do Senado da República, que sangra há meses por conta de um presidente prepotente, arrogante, autoritário, que para se manter no poder a qualquer custo, está, além de chantageando o governo, levando o Congresso Nacional a um violento e profundo desgaste.

Por isso entendo que a TVAL é também um mecanismo para mostrar que aqui somos diferentes. Somos uma Casa integrada por três mulheres e 37 homens imbuídos da maior boa vontade de fazer o bem para o cidadão catarinense.

Mas quero também manifestar, no dia de hoje, a minha preocupação acerca da situação das escolas públicas em Santa Catarina. Sei que estou insistindo muito nesse tema, deputada Ana Paula Lima, porém, não poderia comportar-me de modo diferente, afinal de contas sou professor de carreira e não me recordo, ao longo desses quase 25 anos de magistério, de ver a educação pública de Santa Catarina em situação tão delicada, tão desleixada, como essa de agora.

Eu sei que daqui a pouco o líder do governo virá aqui dizer, ele costuma falar nisso, que eu uso o mesmo CD todo dia. Eu não sei onde é que ele consegue encontrar agulha no CD. Ele disse que vai furar a agulha do CD. Daqui a pouco o líder do PMDB virá aqui dizer de novo que eu vou furar a agulha do CD, mas a agulha do CD quem fura é ele, que vem aqui todo dia canonizar o governador e dizer que eu tenho que cuidar do Maluf.

Nessas horas ele sai de Santa Catarina e vai para o campo nacional. Até parece um senador bionico. E aí ele começa a falar do campo nacional, mas ele não fala, por exemplo, do Renan, quando vai para o campo nacional! Isso é que é fantástico! Aí ele vai, lembra do Maluf, mas esquece do Renan Calheiros! E a gente vem aqui e fala em alhos e ele vem e discursa sobre bugalhos, que é uma coisa bem diferente. Alho é uma coisa, bugalho é outra. É uma estratégia que ele usa, eu o respeito por isso.

Mas o fato, deputado professor Grando, é que a educação pública catarinense está sucateada. No meu município há cinco escolas, três em construção há mais de três anos, uma interditada há um ano e meio, que é aquela que os alunos estão lá no salão de baile, e a outra interditada há seis meses, que é a Fábio Silva, sem nenhuma solução, sem nenhum encaminhamento.

Nós, que somos nove deputados do sul, vemos sempre essa escola, pois passamos por ali pelo menos duas vezes por semana. Mas a Escola Saul Ulysséa, que fica em frente ao Restaurante Lagoa, em Laguna, está há mais de três anos em obras. Os alunos estão tendo aula num verdadeiro rancho, sem a menor condição decente de professor e aluno, efetivamente, ministrarem e receberem as aulas. Não há a menor condição humana!

E aí o que a gente vê é o governo publicando uma dispensa de licitação para adquirir equipamentos imprestáveis e inservíveis de laboratórios de ciências e matemática - eu sei por que sou professor de ciências e estou falando pedagogicamente, conheço o material -, por nada menos do que R\$ 7,5 milhões, deputada Ana Paula Lima! Dispensa de licitação para adquirir equipamentos imprestáveis por R\$ 7,5 milhões!

Quero anunciar que nós estamos, a partir de hoje, formalizando essas denúncias e pedindo providências ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina para barrarem essa farra e fazer o governo cuidar mais das escolas interditadas e quebradas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, todos que nos assistem pela TVAL, que nos ouvem pela nossa Rádio AleSC Digital, quero saudar o nosso secretário regional de Brusque, Jair Amorim, meu amigo Nonga, que faz um belíssimo trabalho à frente da secretaria do Desenvolvimento Regional de Brusque. Meus parabéns, Nonga. Ele, que provavelmente será o nosso candidato a prefeito da capital do calçado, São João Batista - já foi duas vezes prefeito daquela cidade -, cuja população está querendo que ele seja candidato novamente.

Mas, meu líder, deputado Manoel Mota, o deputado Joares Ponticelli tem é dor de cotovelo, ele vê este governo realizando e fazendo muito em tudo quanto é lugar e aí ele fica nervoso e todo dia ele vem aqui inventar desculpa e falar disso e daquilo. Mas quando nós nos lembramos do governo de Esperidião Amin, o que era, aí, sim, nós começamos a ver a diferença do nosso governo.

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - O deputado Joares Ponticelli me promoveu a líder do governo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Quem sabe, deputado, até porque talvez o deputado João Henrique Blasi não esteja mais aqui nos próximos dias. De repente, o governador convida v.exa. para ser o líder do governo. Aí a briga entre o deputado Joares Ponticelli e v.exa. vai ser muito maior.

Mas eu sempre, como tenho feito todas as semanas, todas as quintas-feiras, venho aqui usar este espaço para falar também sobre o nosso trabalho no final de semana. Insisto nisso porque a maioria das pessoas que nos assistem, que nos ouvem ou que sabem do trabalho parlamentar imaginam que o nosso trabalho é só aqui na Assembléia Legislativa, na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira e que depois nós vamos embora descansar, vamos para a praia, e é o contrário. Por isso toda quinta-feira tenho vindo a esta tribuna para relatar o que vou fazer durante a semana. Vou rapidamente dizer a minha programação deste final de semana.

Hoje ainda, às 18h30min, deputado Professor Grando, estarei na cidade de Ascurra participando da inauguração de um prédio do Corpo de Bombeiros que vai atender o município de Rodeio, Ascurra e Apiúna. Aliás, deputada Ana Paula Lima, v.exa. provavelmente recebeu o convite, mas reforço porque a sua presença é importante. É uma obra imprescindível, que teve a minha participação, pois ajudei com equipamentos e com uma série de materiais necessários para que esse prédio seja inaugurado. À noite, às 20h, estarei na minha cidade, Ituporanga, participando de uma grande reunião do diretório municipal, porque vamos ter convenção do PMDB em todos os municípios do Brasil, em todos os municípios de Santa Catarina, nos dias 27 e 28 deste mês, sábado e domingo. E nessa reunião, em Ituporanga, estaremos discutindo a composição da nova executiva do PMDB para o próximo biênio, para os próximos dois anos.

Na sexta-feira, às 10h, estarei no município de Otacílio Costa. Lá irá assumir, provavelmente, a prefeitura o presidente da Câmara Municipal, vereador Robson Oliveira Medeiros. O prefeito Altamir José Paes está fazendo uma viagem, se não me engano, para os Estados Unidos, de interesse do município de Otacílio Costa. Após essa minha visita ao prefeito, estarei visitando, em Otacílio Costa, lideranças, vereadores, empresários, enfim, estarei participando de visitas nesse município. E à noite, às 20h, estarei no município de Ibirama, junto com o nosso secretário Aldo Schneider, que faz, assim como o Jair Amorim, um excelente trabalho, onde teremos a abertura do Dia do Servidor Público. Mais de 17 funcionários serão homenageados pelos mais de 30 anos de serviço prestados a Santa Catarina.

No sábado, terei um roteiro muito grande. Às 9h, em Lontras, participarei de uma reunião da Ucave - União das Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí - e na sequência participarei de diversas convenções, em diversos municípios. Às 10h, em Vidal Ramos; às 12h, em Ibirama; às 14h, em Laurentino; às 17h, em Pouso Redondo; e às 19h30min estarei participando da última convenção, no município de Apiúna.

No domingo, o meu roteiro também é grande, começando por Ituporanga e seguindo para Taió, Rio do Sul, Aurora, Lontras, Agrônômica e diversos outros municípios em que teremos convenção no Alto Vale do Itajaí.

Recebi convite para diversos municípios do Vale do Rio Tijucas, inclusive São João Batista, mas, infelizmente, lá, como há concentração de municípios, um ao lado do outro, tenho que priorizar as convenções do Alto Vale do Itajaí.

Na segunda-feira, durante o dia, estarei fazendo visitas ao município de Rio do Sul, à secretaria Regional, a empresários, a lideranças, sendo que à noite estarei participando de um programa da TV Bela Aliança, *Boca do Trombone*, com o meu amigo Neri Conti, em que somos colocados na parede, falamos do nosso trabalho aqui no Legislativo e sobre todas as atividades parlamentares em Santa Catarina.

Então, vejam só a minha agenda: terei atividades a partir de hoje, no final do dia, até sábado, domingo e segunda-feira, para que na terça-feira eu possa estar aqui novamente continuando o nosso trabalho.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo um aparte, com muita honra, com muito orgulho, ao nosso conterrâneo de Imbuia, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Obrigado, deputado Rogério Mendonça, pelo seu aparte.

Quero parabenizar v.exa. pelo relatório que faz aqui do trabalho realizado nos finais de semana e também falar sobre um assunto relativo à nossa região, que foi atingida, no último sábado, por uma forte tempestade, registrar algumas iniciativas e o atendimento que recebemos por parte de autoridades do governo.

Domingo estive em Imbuia devido aos fortes ventos que atingiram aquela região, na noite de sábado para domingo; fui também a Ituporanga e a Alfredo Wagner. Na segunda-feira falei com o presidente da Celesc, dr. Eduardo Pinho Moreira, pedindo um reforço nas equipes daquela empresa para restaurar a energia nos municípios de Imbuia, de Leoberto Leal e de Vidal Ramos, áreas bastante atingidas, no que fomos prontamente atendido.

E hoje o capitão Emerson, da Defesa Civil - e quero agradecer ao meu amigo, capitão Márcio Luiz, por essa atenção -, está na cidade de Imbuia junto com o prefeito Neri Fermino fazendo o levantamento dos estragos provocados pela forte tempestade que provocou muitos danos, deixando, inclusive, pessoas desabrigadas naquela região.

Parabéns, mais uma vez, pelo seu pronunciamento e pelo trabalho que faz por toda a região do Alto Vale do Itajaí.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Meus parabéns, deputado Sargento Amauri Soares, pela sua iniciativa, pelos seus encaminhamentos. Isso é muito bom! Eu tenho dito lá no Alto Vale, em programas de rádio, televisão e nas reuniões, que a eleição de v.exa. foi muito boa para aquela região, porque é mais um a somar e a brigar pela solução dos problemas, pelas conquistas do Alto Vale. V.Exa. tem somado e feito um grande trabalho aqui no Legislativo, inclusive com relação a essas iniciativas em função dos problemas que tivemos na região, causados pelas chuvas que acarretaram grandes prejuízos.

Quero dizer também que já tomei iniciativas semelhantes na secretaria Regional, também na Celesc e com o governo do estado, para que possamos diminuir, pelo menos, os problemas que a região teve com as fortes chuvas.

Durante a manhã de hoje, recebi a visita do pastor João, de Braço do Trombudo, e do pastor Ingo, de Agrolândia, fazendo reivindicações para o asilo Recanto do Sossego, tanto da Vigilância Sanitária como da Celesc, onde estive agora e fui atendido pelo dr. Eduardo Pinho Moreira.

Quero dizer também que no sábado passado estive no município de Agrolândia para uma missão muito ruim. Eu fui ao velório e ao sepultamento do ex-prefeito de Agrolândia, que faleceu em um acidente de ônibus quando ia para o Mato Grosso do Sul. Foi uma perda muito grande, uma vez que se tratava de uma pessoa que muito contribuiu para o crescimento da região, não só de Agrolândia, pois foi presidente da Amavi e pela segunda vez...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Gostaria apenas de complementar o meu discurso, porque infelizmente o meu tempo se esgotou.

O ex-prefeito de Agrolândia, sr. Reinaldo Schreiber, duas vezes ex-presidente da Amavi, infelizmente faleceu nesse último fim de semana. Uma perda muito grande, não só para Agrolândia, mas praticamente para todo o Alto Vale de Itajaí.

Muito obrigado, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sr. deputado Manoel Mota, o senhor tem dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria que o segurança do Parlamento pudesse achar o caratoca, que desapareceu do plenário. Ele vem aqui fazer aqueles pronunciamentos atacando o governo e some. Caratoca é aquele peixinho que belisca e foge. O caratoca, de novo, deputado Rogério Mendonça, desapareceu.

Mas eu quero aqui dizer que ontem recebemos a visita do secretário da Fazenda, dr. Sérgio Rodrigues Alves, e sua equipe, que apresentaram, em uma audiência pública nesta Assembleia, um trabalho excelente do segundo quadrimestre de 2007. O secretário e sua equipe extraordinária vêm buscando resultados para Santa Catarina a cada instante, porque a melhoria da arrecadação não é apenas para o governo, é para o estado e para a população. Essa equipe competente mostrou ontem um gráfico com um trabalho extraordinário, responsável, que busca uma perspectiva nova para a sociedade, que, na realidade, espera por isso, já que foi nesse sentido que elegeu Luiz Henrique da Silveira por duas vezes.

O secretário e sua equipe apresentaram alguns dados importantes que queremos registrar, inclusive apresentaram um gráfico mostrando todo o crescimento, o trabalho e a situação que vive o estado de Santa Catarina.

Por várias vezes vim ao plenário registrar que a dívida pública era de R\$ 4 bilhões e que o governo de Esperidião Amin, do partido do deputado Joares Ponticelli, elevou essa dívida, que era de R\$ 4 bilhões, para R\$ 8,5 bilhões. No governo Luiz Henrique da Silveira, que está no segundo mandato, a dívida hoje é de R\$ 10 bilhões, aumentou R\$ 1,5 bilhão. No entanto, um governo só - porque depois foi derrotado nas urnas, democraticamente, pelo povo de Santa Catarina - elevou a dívida de R\$ 4 bilhões para R\$ 8,5 bilhões.

Como isso aconteceu? Foi incompetência, foi a quebra do banco, que já quebrou uma vez, essa foi a segunda, no seu segundo mandato. Da primeira vez ficou sob intervenção do Banco Central, na época do saudoso Pedro Ivo, que o salvou. Na segunda vez federalizaram, trouxeram R\$ 2,1 bilhões para cobrir buracos e rombos. A federalização do Besc, do Ipsc e a dívida Celesc elevaram a dívida pública em R\$ 4,5 bilhões. Em todos os governos da história de Santa Catarina a dívida foi R\$ 4 bilhões, mas só no governo de Esperidião Amin, do partido do deputado Joares Ponticelli, a dívida, que era de R\$ 4 bilhões, foi para R\$ 8,5 bilhões.

O estado pagava em torno de R\$ 35 milhões a R\$ 40 milhões por mês para o governo federal. Agora, com o crescimento da dívida, são R\$ 960 milhões por ano que saem do estado para pagar a dívida pública, dívida que agora tira o dinheiro do povo catarinense, e não são R\$ 0,10, passou de R\$ 40 milhões para mais de R\$ 80 milhões por mês. É uma realidade, foi comprovado e não adianta negar.

Por isso o deputado Joares Ponticelli desaparece daqui, ele sabe que tem que ouvir a verdade, porque eu não invento, falo a verdade e ela tem que ser dita.

Aí o que acontece? Acontece que um governo que tem responsabilidade, como o de Luiz Henrique da Silveira, está investindo em educação, e o gráfico comprova um investimento de 26,5%, quando o compromisso do governo é de investir 25%. Para a sociedade entender como estava a educação, pois se com todo esse investimento nós ainda temos problemas com a rede física da educação, calculem como estava quando recebemos.

Mas hoje temos um secretário atuante, que esteve em Tubarão nas escolas que o deputado Joares Ponticelli citou. Não esperam sequer construir, porque aquelas escolas estavam caindo, mas o governo está fazendo uma nova escola, porque aquela não tinha condições. E aí o deputado não pára, só sabe criticar. Porque ele não vem aqui dizer que finalmente estão construindo as escolas?

Tenho certeza de que dentro de pouco tempo a educação no estado de Santa Catarina será modelo para o país, porque temos um secretário trabalhador, atuante, comprometido e duro nas ações. Tem que ser assim mesmo para buscar os resultados. E quem ganha com isso é a sociedade.

Saindo da Educação passamos para a Saúde. Ouvi o deputado Décio Góes dizer que os municípios gastam 15% e os estados 12%, mas fazem uma maquiagem. E o governo federal, que não estava nem definido o percentual? Há outra emenda para definir em 10%, como fica? Ah! Não tem maquiagem? Sabemos que o governo federal está investindo. Agora, para defender o governo federal não podem atacar os governos estaduais, porque o governo de Santa Catarina está investindo 14%, 2% a mais do que prevê a lei da saúde do estado e quem ganha com isso é o povo catarinense.

Está lá o secretário Dado Cherem, com sua secretaria adjunta, Carmem Zanotto, fazendo um extraordinário trabalho, recuperando os hospitais, investindo, levando equipamentos. É assim que é o governo.

O secretário da Fazenda, Sérgio Rodrigues Alves, com sua equipe extraordinária está melhorando a arrecadação e o governo está investindo nas áreas importantes e fundamentais.

Quero também falar um pouco sobre o Proemprego, que foi citado ontem, que criou só no ano passado 2.627 empregos diretos para Santa Catarina, num projeto do governo Luiz Henrique da Silveira. O importante não é apenas o estado crescer, ter infra-estrutura. Isso é importante, sim, mas também é importante gerar emprego e renda para melhorar a qualidade de vida do povo catarinense. Isso é o mais importante e tem que ser reconhecido. Luiz Henrique da Silveira, em apenas um programa, o Proemprego, gerou 2.627 empregos. E agora, com investimentos de alguns milhões de dólares de empresas que se estão instalando em Santa Catarina, será gerado um número extraordinário de empregos em nosso estado.

Teria muito que falar aqui sobre o crescimento vegetativo de 6% ao ano, mas o meu tempo está acabando.

Quero dizer que o eminente deputado, em 2002, fez um projeto de 300 laboratórios da mesma empresa, que agora não servem mais. A empresa é séria e teçadeira vou trazer os dados para mostrar a seriedade da empresa. O deputado vai leviano ao acusar uma empresa catarinense - é de São José -, que está em 13 estados, em três países e orgulha Santa Catarina. Vou defender porque ela merece ser defendida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente em exercício, srs. deputados, catarinenses, eu quero, deputado Manoel Mota, parabenizá-lo pelo pronunciamento feito desta tribuna há menos de dois minutos. Eu, como membro da comissão de Finanças e Tributação desta Casa Legislativa participei, ontem, da apresentação do secretário Sérgio Alves e da sua equipe na avaliação do último quadrimestre do governo do estado de Santa Catarina. Com certeza absoluta, deputado Manoel Mota e catarinenses, quem pensa em política com seriedade, esquecendo as questões partidárias que são inerentes à vida pública, constatou que o governo Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, com a sua equipe comprometida com o estado de Santa Catarina, está dando uma demonstração de que têm compromisso com o estado, com o país, e que sabe realmente investir com critério o dinheiro público pago por todos os contribuintes.

Então, eu quero parabenizar, como deputado e membro da comissão de Finanças e Tributação, o secretário Sérgio Alves, que com certeza é o secretário que recebe do governo Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan todas as orientações para que nós continuemos a trilhar o caminho da seriedade e da transparência ao administrar o estado e o dinheiro que o contribuinte coloca nos cofres públicos. Orgulha-me, neste momento, como deputado, estar aqui fazendo a complementação do que bem colocou o deputado Manoel Mota.

Mas, levando o assunto um pouquinho à frente, se nós formos olhar a questão do governo federal - e a Oposição questiona também os gastos públicos do nosso estado -, as manchetes dos jornais do país dizem que o governo Lula gasta mais do que arrecada, ou seja, até o presente momento está gastando quase R\$ 51 bilhões a mais do que o que arrecada da sociedade brasileira.

No entanto, alguns programas essenciais estão parados, como, por exemplo, o PPI, que tinha previsão de investimentos para este ano de R\$ 11 milhões, mas até agora só gastou R\$ 2,6 milhões. O governo Lula deve estar encontrando a mesma dificuldade que Luiz Henrique, quando pegou este estado quebrado, o que foi muito bem colocado pelo deputado Manoel Mota.

Eu não acompanhei, mas com certeza absoluta o governo Lula, pelo que está acontecendo, tem propiciado para que o déficit do governo federal não tenha melhorado ou esteja equilibrado. Torcemos que seja diferente, até porque quem vai ganhar é a sociedade brasileira. Eu não torço para que tudo dê errado, eu torço para que as coisas melhorem. Quero que melhorem lá e quero que melhorem mais ainda em nosso estado, que produz, que tem qualidade de vida em tantas outras situações.

Mas quero, catarinenses, neste momento, ter o prazer e a satisfação de anunciar a todos vocês que nossa capital, Florianópolis, estará recebendo no Rio de Janeiro, hoje, o prêmio de melhor destino turístico do país! E isso não é por acaso. Também quero afirmar de que não foi o governo do estado que mandou fazer a pesquisa. Essa pesquisa, srs. catarinenses e srs. deputados, foi promovida por uma revista da Editora Abril, através das agências de viagens em todo o Brasil. O evento tem como tema central: Turismo: a força da reação.

Quem elegeu Santa Catarina como o melhor destino turístico deste país foram as pessoas que viajam pelo país a fora, que conhecem realmente o Brasil e que fazem turismo. Por quê? Porque temos uma diversidade muito grande; porque somos realmente o estado do país que tem o menor índice de criminalidade.

Nós temos em nosso estado uma diversidade muito grande de etnias. Somos considerados ainda, graças a Deus, e vamos manter, a capital com o menor índice de mortalidade infantil deste país. E se formos dissertar sobre isso, falaremos a manhã inteira e não vamos conseguir, realmente, dissertar sobre tudo o que desejamos.

Mas, como deputado deste estado, quero enaltecer o trabalho do governador do estado, do nosso vice-governador, Leonel Pavan, que é um homem realmente entusiasmado pelo turismo e que colocou à frente da secretaria, inteligentemente, o deputado Gilmar Knaesel, que está provando que, quando se tem capacidade e compromisso, faz-se a coisa certa.

Alguns deputados vêm a esta tribuna para fazer pronunciamentos sobre as viagens do governador, as viagens de secretários, mas é isto que temos que levar para o povo lá fora, para o país e para o mundo: que temos a melhor qualidade de vida e o melhor turismo do Brasil! Temos que investir nessa área, e isso o nosso secretário Gilmar Knaesel tem feito muito bem.

Então, quero parabenizar o governador em exercício, Leonel Pavan, o meu vice-governador e de todos os catarinenses, que, por força do destino, teve a felicidade de estar no exercício do governo neste momento e receber esse prêmio tão importante, deputado Professor Grandó, para Santa Catarina - e v.exa. já foi prefeito desta capital, lutou muito e deixou a sua marca.

Mas também, deputado Edson Piriquito, quero anunciar a v.exa. que o nosso vice-governador está anunciando que em Balneário Camboriú, que v.exa. defende aqui com tanto afinho, será construído um centro multiuso no valor, aproximado, de R\$ 30 milhões. Também será construído naquela cidade um restaurante panorâmico de 50 metros de altura, lá na Santur, a qual v.exa. tanto solicita que seja preservada - e será!

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu quero ser gentil e dar um aparte ao deputado Professor Grandó, mas antes parabenizo todos catarinenses que souberam receber os turistas que aqui vieram. Por isso estamos recebendo esse prêmio no dia de hoje, que é um orgulho para Santa Catarina e o país.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Nós estivemos, recentemente, representando esta Casa num encontro no qual foi celebrado um convênio entre a secretaria de Turismo e os cursos de Turismo que existem em nossas faculdades, oportunidade em que foi anunciado, naquele momento, Santa Catarina como o melhor destino turístico do país. E estava presente o vice-governador, representando o governador naquele ato.

Então, realmente Santa Catarina está de parabéns e com certeza essa será a grande atividade econômica feita de forma organizada, envolvendo, principalmente, todas as nossas universidades.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Santa Catarina ficou dois anos consecutivos em segundo lugar. E vejamos que o governo e a sociedade se esforçaram e, merecidamente, graças ao trabalho do senador e vice-governador, Leonel Pavan, conseguimos esse prêmio.

Amanhã ele estará com a ministra de Turismo, Marta Suplicy, solicitando mais recurso para este estado. Com certeza, ela vai mandar relaxar, porque há dinheiro!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente, srs. deputados, público aqui presente na Assembléia Legislativa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e população catarinense, a minha saudação!

O deputado José Natal, num discurso empolgado, falou a respeito desse moço. Eu acho que ninguém, no estado catarinense, o conhece como eu. O deputado Joares Ponticelli fala aqui na tribuna sempre que temos um mercado de ilusões no governo. Segundo a regra dele, talvez nós possamos ter dois, então. O primeiro, eu não acredito que seja, mas podemos ter dois. Porque em Balneário Camboriú - e a população sabe do que estou falando -, infelizmente, as pessoas esperam 30, 60, 90, 120, 150, 180, 210 dias, meio ano, um ano para conseguir um simples atendimento médico. É uma cidade que tem apenas um médico urologista e as pessoas esperam 30, 60, 90, 120, 180, 300 dias para conseguir um exame médico. Elas esperam o mesmo tempo para uma cirurgia e ficamos na dependência dos grandes centros, porque não temos lá o atendimento correto ao nosso povo e a nossa gente. Tanta obra foi prometida em Balneário Camboriú e tanta coisa, deixada para trás.

No caso da Santur, deputado José Natal, só para v.exa. saber, eles prometem a construção do centro de eventos, e creio que há 20 anos eles estão no poder. Mas, pasme o senhor, eu, um humilde vereador, audacioso - e talvez até não devesse comportar-me dessa forma -, fui o primeiro a apresentar no papel um projeto real do centro de eventos da Santur, no ano de 2004. E paguei com o meu dinheiro, com os meus recursos, a elaboração desse projeto. O poder público municipal sempre falou que iria construir o centro de eventos que iria trazer mais riqueza para Balneário Camboriú, mas nunca fez nada.

Então, quando falar nesse moço, eu acho complicado falar somente pela emoção e pela questão partidária; temos que tentar ter um pouco mais de conhecimento, de convívio, de acompanhamento da história de quem é quem.

Eu sei que defendemos sempre os nossos companheiros - e acho que v.exa. é um grande deputado e tem todo o meu respeito, eu sempre aprecio os seus pronunciamentos -, mas creio que existe um pouco de exagero nessa forma de querer enaltecer a pessoa desse moço.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - No final do meu pronunciamento, sobrando um tempo, eu concederei um aparte a v.exa.

Quero falar de Balneário Camboriú, mais uma vez. Na semana passada, festejei um projeto que protocoliei na secretaria da Fazenda, no dia 16 de outubro, sobre a contratação de salva-vidas civis para o município de Balneário Camboriú durante o ano inteiro. Essa é uma luta muito antiga minha, desde o tempo em que eu era vereador na cidade, e sempre solicitei ao sr. prefeito municipal, tanto quando era prefeito o atual governador em exercício, como, depois, ao seu sucessor, o prefeito Rubens Spernau, que

fossem contratados os salva-vidas o ano inteiro, haja vista a necessidade de fornecer segurança não somente ao nosso turista, mas também às pessoas que residem em Balneário Camboriú. Não há de se pensar numa cidade turística como Balneário Camboriú fazer turismo sem oferecer segurança à sua gente e às pessoas que nos brindam com a sua visita.

Esse, por ser um projeto polêmico, foi muito debatido, muito discutido. E estou tendo agora o prazer, como deputado, de conseguir levar esses salva-vidas a Balneário Camboriú.

Infelizmente, há muita gente que torce contra a minha pessoa, contra o meu trabalho, e acaba, sem saber, prejudicando o povo praiano. Mas podem ter certeza de que esse projeto vai vigorar, será efetivado e vamos brindar Balneário Camboriú com esse brilhante trabalho. E certamente a Funsalvasc - Fundação de Salvamento Aquático de Santa Catarina - vai desempenhar um grande trabalho em Balneário Camboriú.

É claro que ventos contrários, obstáculos, adversidades sempre existiram e sempre existirão. A torcida contra é muito grande, mas, com certeza, vamos vencer da mesma forma que temos vencido no decorrer do tempo diversos problemas, diversas contrariedades, como estamos vencendo atualmente.

Comemorando ainda Balneário Camboriú, quero parabenizar o empresário Jaimes de Almeida Júnior por ter dado à cidade o Balneário Camboriú Shopping, que será inaugurado no sábado e será um marco divisor na economia da cidade que, com certeza, viverá um momento de muita riqueza, alegria e prosperidade com a abertura desse grande empreendimento.

Quero agradecer não somente às pessoas que apostaram no Balneário Camboriú Shopping, que investiram, que adquiriram as suas lojas, e não somente as grandes lojas, as âncoras, mas a todo empreendedor que foi lá e está participando desse empreendimento e apostando em Balneário Camboriú. Em nome da sociedade praiana, venho aqui agradecer a vocês, que estão apostando na nossa cidade. Com certeza, terão todo o retorno, porque é uma cidade sem igual no contexto estadual, servindo de referência em termos nacionais e internacionais. E certamente está num caminho de desenvolvimento que vai fazer com que esse investimento que vocês estão fazendo possa retornar o mais breve possível aos seus cofres.

Também, com muita alegria, quero parabenizar o empresário Carlos Julio Haacke, dono da Construtora Haacke, que está sendo empossado como presidente do Sinduscon de Balneário Camboriú.

O Sinduscon é uma entidade organizada que representa a construção civil de Balneário Camboriú, um sindicato patronal que tem um trabalho tremendo. E esses empreendedores, uma vez sindicalizados, passam a discutir o crescimento e o desenvolvimento da cidade como um todo. E, sem dúvida nenhuma, quem conhece Balneário Camboriú sabe da importância e do papel fundamental que a construção civil tem no desenvolvimento da cidade.

Numa questão de dez ou 15 quinze anos, tivemos um desenvolvimento tremendo na questão da evolução do grau da qualidade da construção civil. Balneário Camboriú, hoje, vende alto padrão para todo o nosso estado e para o Brasil. Não tenho dúvida da referência que é Balneário Camboriú, hoje, com a inovação, a tecnologia, o aprimoramento e a grande qualidade que o nosso construtor praiano está fazendo.

Então, na pessoa do sr. Haacke, quero deixar aqui os meus cumprimentos e justificar a minha ausência no dia de hoje na sua posse, haja vista eu já ter assumido diversos compromissos que não há mais como transferir. Gostaria de dizer que não estarei presente, mas que, à distância, vou torcer pelo sucesso do seu trabalho diante desse importante sindicato.

Também estendo os cumprimentos a todo o seu corpo diretivo para que, juntos - entidades organizadas, sociedade organizada, empreendedores, poder público constituído, representantes políticos -, possamos fazer de Balneário Camboriú uma cidade melhor.

Com certeza, temos muito para transformar, construir e realizar em Balneário Camboriú. O grupo que administra a cidade, hoje, muito já fez, mas chegou ao teto, ao limite, estagnou. Temos que dar um novo ritmo à cidade, e essa parceria entre poder público e iniciativa privada é, sem dúvida nenhuma, fundamental e fará com que alcancemos o índice de qualidade desejável.

Dessa maneira, quero deixar aqui o meu agradecimento a todos os senhores, a todos os deputados, a toda a sociedade catarinense e, especialmente, ao povo de Balneário Camboriú.

Muito obrigado!

(EM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Agradeço, sr. deputado.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Quero cumprimentar todo o povo de Balneário Camboriú pelo feito que acontecerá no próximo sábado na cidade, como bem colocou o deputado Edson Piriquito, que não me concedeu um aparte, e dizer que, se Santa Catarina está, hoje, recebendo esse prêmio, a sua cidade contribuiu muito para isso graças àquele senhor que v.exa. citou, Leonel Pavan, hoje vice-governador e governador em exercício, que merece de v.exa. e dos catarinenses todo o respeito! Desculpe-me, mas v.exa. não foi elegante e levou a questão partidária acima do cidadão que tanto fez por sua cidade. O povo está percebendo isso!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Com a palavra, pela ordem, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas, paixões à parte, quero falar da convenção do PMDB em Balneário Camboriú. Ontem, reunidos com os nossos pré-candidatos, tivemos uma noite formidável na nossa cidade. Conseguimos reunir em torno de 40 pré-candidatos, de um total de 60 que já temos. E vamos realizar no dia 28, domingo, a nossa convenção.

Quero deixar registrado nesta Casa o prazer que tenho de participar da construção desse novo momento e convidar todos os filiados do PMDB de Balneário Camboriú para que compareçam lá na sede do escritório regional do deputado Edson Piriquito, na avenida do Estado, para que possamos comemorar essa nova arrancada rumo às eleições de 2008.

Assim, fica aqui a minha saudação e o meu agradecimento pela sua tolerância, nobre presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Gostaria de registrar a presença -

e ficamos muitos felizes com a visita - da Escola de Educação Básica São Cristóvão, de Capinzal, que está conhecendo a capital do estado de Santa Catarina e também a Assembléia Legislativa.

Muito obrigada pela presença de todos vocês!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, gostaria de cumprimentar os estudantes e professores de Capinzal e registrar que no dia de amanhã - pena que seja num dia em que não haja sessão - os estudantes da 4ª série da minha cidade, Imbuia, estarão neste Parlamento fazendo uma visita.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, esta Presidência comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da próxima sessão ordinária:

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s 0401/2007 e 0443/2007.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, solene, para hoje, às 19h, em comemoração ao Dia do Cirurgião-Dentista.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 030ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA HOMENAGEM AO DIA DO CIRURGIÃO-DENTISTA PROPOSIÇÃO DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO SUMÁRIO

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Refere-se ao avanço da odontologia e aos problemas enfrentados pela classe.

SR. ANTÔNIO GONÇALVES FILHO - Aborda pesquisa científica realizada pela USP sobre a imagem do cirurgião-dentista num grupo de idosos e a evolução do tratamento odontológico.

SR. SAULO JABOR - Agradece a homenagem em nome da Academia Catarinense de Odontologia.

SR. TELMO TAVARES - Agradece, em nome dos homenageados, as homenagens recebidas.

SR. SIDNEI JOSÉ GARCIA - Solicita apoio dos deputados para a aprovação de projetos de lei acerca de melhorias para a classe odontológica.

SECRETÁRIO EDUARDO CHEREM - Reporta-se a projetos implantados no município de Balneário Camboriú para o atendimento odontológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido as autoridades a seguir nominadas para comporem a mesa:

Excelentíssimo sr. Luiz Eduardo Cherem, secretário de estado da Saúde, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador do estado, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. dr. Valdir José Ferreira, neste ato representando o prefeito de Florianópolis, Dário Berger;

Excelentíssimo sr. Luis Miguel Vaz Viegas, delegado regional do Trabalho;

Excelentíssimo sr. dr. Sidnei José Garcia, presidente do Conselho Regional de Odontologia;

Excelentíssimo sr. dr. Antônio Gonçalves Filho, presidente da Associação Brasileira de Odontologia, secção de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. dr. Saulo Silva Jabor, presidente da Academia Catarinense de Odontologia;

Excelentíssimo sr. dr. Delmo Tavares, acadêmico do Conselho Federal de Odontologia, neste ato representando o dr. Miguel Nobre, presidente do Conselho Federal de Odontologia;

Excelentíssimo sr. José Aparecido Canaz, coordenador de Negócios do Correio, neste ato representando o diretor-geral.

Composta a mesa, excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão solene foi convocada por solicitação deste deputado, com aquiescência dos demais parlamentares, em comemoração ao Dia do Cirurgião-Dentista.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional, pela banda de música da Base Aérea de Florianópolis, sob a regência do suboficial Mário César.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência registra também a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo deputado estadual Jorginho Mello;

Excelentíssimo deputado estadual Décio Góes;

Excelentíssimo sr. Abelardo Lunardelli, presidente da ABO de Itajaí;

Excelentíssimo sr. Cléo Nunes de Souza, diretor do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Jacob Tancredo Knabben, coordenador de Saúde da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Nestor Antônio Schmidt Carvalho, neste ato representando a ABO de Balneário Camboriú;

Excelentíssima sra. Carolina Heinig, presidente da ABO de Blumenau;

Excelentíssimo professor Mário Uriarte Neto, coordenador do curso de Odontologia da Univali;

Excelentíssimo sr. Mário César, vice-presidente do Sindicato dos Odontologistas de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Cláudio Barbosa Fontes, presidente da Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas e ex-presidente do Conselho Regional de Odontologia;

Excelentíssimo sr. Augusto Aita de Oliveira, cirurgião-dentista, neste ato representando a prefeitura municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo professor Luiz Carlos Machado Miguel, coordenador do Departamento de Odontologia da Univille;

Excelentíssimo sr. Jorge dos Passos Corrêa Cobra, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde;

Excelentíssimo Laércio Cruz Luiz Moser, presidente do Círculo Trentino de Florianópolis.

Meus senhores, minhas senhoras, demais autoridades, neste momento faço uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

Peço a aquiescência para fazer meu pronunciamento, daqui, por estar presidindo esta sessão.

(Passa a ler.)

"Comemoramos hoje, nesta importante sessão solene do Parlamento catarinense, o dia do cirurgião-dentista, homenagem plenamente justificada pelo trabalho desenvolvido por esta classe, em benefício da saúde e da estética da população.

Comemora-se o dia do cirurgião-dentista em 25 de outubro porque nesta data, em 1884 foi assinado o decreto 9.311, criando os primeiros cursos de graduação de Odontologia do Brasil, no Rio de Janeiro e na Bahia.

Fico honrado em prestar esta homenagem à minha classe na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, como deputado estadual.

Quero, neste momento, parabenizar o CRO que este ano completa 40 anos de fundação na defesa dos cirurgiões-dentistas e de uma odontologia ética e séria.

Aproveito também a oportunidade para congratular-me com as ilustres personalidades que serão homenageadas pelo Conselho Regional de Odontologia e pela Associação Brasileira de Odontologia, secção de Santa Catarina, pelos relevantes serviços prestados à Odontologia Catarinense. E na pessoa do meu Professor, dr. Adércio Miguel Domingues, quero parabenizar os autores dos livros lançados nesta noite.

Quero ressaltar que foi através da Lei Estadual n. 12.062, aprovada por esta Casa em 18 de dezembro de 2001, que instituiu-se a Semana Estadual de Promoção de Saúde Bucal em Santa Catarina, a qual está sendo marcada por uma série de eventos por todo nosso estado. Eventos que levam a odontologia ao encontro de nossa população com palestras, debates, encontros e campanhas educativas.

Como todo o mundo que nos cerca, a odontologia caminha a passos largos para o futuro, tanto na parte tecnológica como na capacitação e evolução científica de seus profissionais.

As novas técnicas da odontologia curativa, associadas aos modernos materiais e instrumentais, exigem do cirurgião-dentista uma constante atualização e capacitação profissional, sob pena de ele ser excluído do mercado de trabalho. A prevenção passou a ser palavra de ordem de todo bom profissional que se preocupa com a saúde de seu paciente.

Exemplos de trabalhos magníficos na área da prevenção aparecem em muitos municípios catarinenses, implantados por profissionais competentes na área da odontologia. Como exemplo, cito o da minha cidade, Brusque, que foi apresentado esta semana pela diretoria de Odontologia da S. M. Saúde. Em 1993 foi implantado o projeto 'Brusque Sorrindo', que, por decreto municipal, tornou obrigatória a escovação supervisionada após a merenda escolar, bem como o bochecho semanal com flúor, aplicação de flúor gel semestral, e a doação, por parte da prefeitura, de escovas e dentífricos para todas as crianças da educação infantil até a 4ª série do Ensino Fundamental, beneficiando hoje dez mil escolares.

Esse projeto foi implantado na minha gestão quando secretário municipal de Saúde de 1993 a 1996; e depois como vice-prefeito, de 2001 a 2006 vi sua continuidade como a menina dos olhos da nossa administração.

Os resultados obtidos pelo projeto 'Brusque Sorrindo' são fantásticos, pois em 1993 Brusque tinha um CPOD de 5,1. Com a execução do projeto, esse índice foi baixando ano a ano, e agora, em 2007, chegamos a um CPOD de 1,23, índice semelhante a países de primeiro mundo como Suécia, Dinamarca e EUA. Por trabalhos como esse, senhoras e senhores, é que a classe odontológica catarinense faz jus às honrarias hoje prestadas por esta Casa.

Mas, como toda classe, enfrentamos também problemas que atentam à vida do profissional: baixos salários; falta de concursos públicos para cirurgiões dentistas; excesso de faculdades no nosso estado e no nosso país, algumas sem preocupação com a qualidade e o nível do ensino; mercado saturado e população com baixo poder aquisitivo, sem condições financeiras para ter acesso a um tratamento odontológico.

Todos os problemas que ora apresentamos devem ser encarados e discutidos com seriedade e muita responsabilidade por nossas entidades de classe e representantes políticos.

Nesta sessão solene contamos hoje com nossas três entidades juntas: o CRO, como órgão representativo da classe odontológica, presidida pelo dr. Sidnei José Garcia; a ABO - Associação Brasileira de Odontologia Seção de Santa Catarina, como órgão associativo e também responsável pelo crescimento e aprimoramento profissional, presidida pelo dr. Antônio Gonçalves Filho, e a Academia Catarinense de Odontologia, órgão representante da comunidade científica que, pela primeira vez, será presidida por uma mulher, dra. Rosita Diltrich Viggiano e é presidida pelo dr. Saulo Jabor até o próximo dia 27.

Além disso, temos um secretário de estado de Saúde, Eduardo Cherem, cirurgião-dentista e deputado na Assembléia Legislativa. Essa união é um exemplo que tem que ser reverenciado e perpetuado. Parabéns às nossas entidades representativas por esse trabalho conjunto.

Nossa odontologia deve ser forte na defesa do cirurgião-dentista, da ética na profissão e principalmente na luta por um tratamento digno e acessível a todo cidadão brasileiro.

Quero, neste momento, para encerrar, convidar a cirurgiã-dentista, dra. Gladis Merico Carneiro, minha esposa e o cirurgião dentista dr. André Merico Carneiro, meu filho, para se dirigirem à mesa para que em nome deles eu possa fazer uma homenagem e parabenizar a todos os cirurgiões- dentistas de Santa Catarina pela passagem do nosso dia."

Parabéns a todos e muito obrigado!
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra, neste momento, o dr. Antônio Gonçalves Filho, presidente da Associação Brasileira de Odontologia, seção de Santa Catarina.

O SR. ANTÔNIO GONÇALVES FILHO - Excelentíssimo sr. deputado Dagomar Carneiro, presidente desta sessão solene;

Excelentíssimo deputado Luiz Eduardo Cherem, secretário da Saúde, neste ato representado o governador do estado de Santa Catarina;

Digníssimas autoridades nominadas, srs. deputados, homenageados, colegas, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Recorro à pesquisa científica, realizada pelo departamento de Odontopediatria da USP, sobre a imagem do cirurgião-dentista num grupo de idosos. Nesse estudo os entrevistados reconhecem os avanços alcançados pela odontologia, ressaltam a evolução das técnicas, dos materiais e da própria formação do cirurgião-dentista.

Os entrevistados assim se manifestaram: 'Hoje um dentista orienta o cliente [...] antes não. Se fosse hoje, duvido que o dentista me arrancaria o dente. Hoje está melhor, na época [...] o dentista não dava essa orientação de escovação, nesse sentido a importância do dentista aumentou sim, bastante[...] Hoje em dia eles vêem toda parte da boca. Se fosse agora, jamais teria deixado tirar os dentes. Hoje, quando dá para tratar, ele trata, não deixa tirar.'

Esse estudo evidencia que o cirurgião-dentista dos dias atuais é alguém que esclarece e orienta seus pacientes, utilizando métodos mais conservadores do que no passado, procurando preservar a saúde."

Aqui nós temos exemplos que a odontologia mudou graças a muitos mestres que estão aqui, que fizeram com que o engrandecimento da odontologia chegasse onde está.

(Continua lendo.)

"Portanto, nossa imagem mudou consideravelmente. Tornamo-nos profissionais com a criação dos primeiros cursos de Odontologia, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador em 1884, ainda no Brasil Império.

Hoje comemoramos o nosso dia. O presente nos desafia, porém, reconhecemos nossa capacidade para enfrentar e superar as lacunas que a sociedade brasileira espera de nós, profissionais da saúde.

É verdade, sim, que a cada ano são perceptíveis os avanços da odontologia no campo da ciência e da técnica, com resultados positivos para a melhoria da qualidade de vida e para melhor qualificar o exercício das atividades desta profissão. Por outro lado, percebemos que o país vive uma situação peculiar, possui uma odontologia considerada como das melhores do mundo - Santa Catarina também é expoente, temos vários professores em nível internacional, como os professores Edu, Madeira, Adécio e o próprio Luiz Narcisio Baratieri, hoje conhecido internacionalmente -, mas com uma expressiva parcela da população sem atendimento odontológico e com baixos níveis de educação para a prevenção. É paradoxal, portanto, esta situação.

Dai concordarmos que o fundamental para o Brasil crescer é derramar investimento em capital humano, investir pesado na educação. Se isso acontecer, o país dará um salto qualitativo de desenvolvimento, não apenas econômico, mas também humano, superando os desvios éticos e morais que denigrem o país e sua gente.

Agrava a situação o fato de que vivemos num mundo em rápida transformação, o que exige de cada um, visão atualizada e estudo continuado, requerendo não só competência, mas uma supercompetência. É essa super ou megacompetência que distingue o profissional estudioso de odontologia, o leva ao triunfo e o impede de submeter-se ao subemprego correndo de um para outro consultório a procura de vil sobrevivência.

Com importância fundamental, o profissional da odontologia é o agente da ação da saúde em busca da melhoria e conseqüente elevação nos índices da qualidade da saúde do povo. É através do seu trabalho, da sua dedicação, sempre buscando o aperfeiçoamento e atualização em sua profissão, que se consegue proporcionar a melhoria na qualidade de vida dos brasileiros, sendo merecidamente reconhecida por todos como uma das profissões mais nobres.

Entretanto, também é verdadeiro afirmar que como categoria representativa ainda deixa muito a desejar. Nossa participação na vida política do país precisa tornar-se mais expressiva; escondemo-nos muito. E mesmo que este não seja o momento para aprofundarmos a questão, é preciso que comece a ocorrer uma reflexão nesse sentido. De 40 cirurgiões-dentistas temos 12, então estamos bem representados.

Neste dia de festa e comemoração, gostaríamos de agradecer a todos os colegas da odontologia por mais esta data que tanto nos engrandece, e agradecer também às entidades parceiras na organização desta noite solene da odontologia catarinense, o CROSC, Conselho Estadual de Odontologia de Santa Catarina, na pessoa do dr. Sidnei José Garcia e a ACO, Academia Catarinense de Odontologia, na pessoa do dr. Saulo Silva Jabor.

A Associação Brasileira de Odontologia mais uma vez agradece as suas regionais que, conjuntamente nesta noite homenageia todos os dentistas do nosso estado e, em especial, aos hoje agraciados com medalhas e placas do Mérito Catarinense de Odontologia.

Um agradecimento especial aos nobres deputados na pessoa do deputado Julio Garcia, presidente desta Casa, por mais uma vez abraçar a classe odontológica em seu dia nacional, com reconhecimento aos relevantes serviços prestados por esta a todo povo catarinense.

Ao nobre colega e deputado Dagomar Carneiro, que preside esta sessão solene, pelo que representa para a Odontologia e por estarmos juntos nesta caminhada, ao secretário da Saúde, Dado Cherem, colega, também um expoente dentro da Odontologia, que vem modificando e muito a odontologia preventiva em nosso estado. Muito obrigado!

Quero ainda homenagear, em nome de todos os cirurgiões-dentistas aqui presentes, nosso amigo e fiel colaborador, dr. Valeci Nunes Filho pelo seu alto grau de profissionalismo, por sua conduta ética, agregadora e elevado espírito de equipe.

Caro amigo, você é exemplo e modelo para todos nós! Muito obrigado por estar conosco!

Muito obrigado!
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Convido o radialista Valter Souza para dar início à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite! Eu convido os srs. deputados Dagomar Carneiro, Jorginho Mello e Décio Góes para fazerem entrega de placa, em nome deste Poder, à Academia Catarinense de Odontologia, pelos relevantes serviços prestados em sua atividade institucional, em prol da memória da Odontologia.

Convido para receber a homenagem, em nome da academia, o acadêmico Saulo Jabor, seu presidente.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento, o Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina presta homenagem de Honra ao Mérito Odontológico Catarinense.

Convido o presidente Sidnei José Garcia para fazer a entrega da homenagem.

Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Catarinense

A homenagem de honra ao mérito odontológico catarinense - medalha, diploma e roseta - é concedida desde 2006 em três categorias. A primeira categoria é de contribuição profissional nos campos da ciência, seja na pesquisa, no ensino ou nos serviços. A segunda é de contribuição honorífica no plano do desenvolvimento social e político. Já a terceira é pela contribuição benemerita na área de doação material ou obras odontológicas altamente significativas para a sociedade, assim como a prestação de serviços relevantes.

Convido o João Antônio Heinzen Amin Helou, neste ato representando o seu pai, dr. Esperidião Amin Helou Filho, ex-governador do estado de Santa Catarina, para receber a homenagem pela sua contribuição benemerita à Odontologia.

Graduado em Administração e Direito, mestre em Administração. Esteve à frente dos cargos públicos, prefeito municipal, deputado estadual, deputado federal, governador do estado e senador da República. Recebe as honras do mérito odontológico catarinense por ter sancionado, como governador do estado de Santa Catarina, a Lei n. 12.062, em 18 de dezembro de 2001.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido agora o cirurgião-dentista Telmo Tavares para receber a homenagem pela sua contribuição profissional nos campos da ciência, sendo na pesquisa, no ensino ou nos serviços à Odontologia.

Graduado em Odontologia, especialista em prótese dental e endodontia, doutor em Ciências. Foi pesquisador do CNPQ. Membro da Associação Brasileira de Odontologia, Seção de Santa Catarina, e da Academia Catarinense de Odontologia, na qual é patrono e titular da Cadeira n. 31.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o cirurgião-dentista Telmo José Mezadri para receber a homenagem por sua contribuição honorífica à Odontologia.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, iniciando suas atividades como cirurgião-dentista e professor da Fepevi na mesma época, 1980. Conduziu o curso de Odontologia ao reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação com o conceito máximo 'A'. Ainda na Odontologia, criou os trabalhos de conclusão de curso, pioneiros junto aos cursos da área de saúde.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Prêmio CRO-SC de Jornalismo

O Prêmio CRO-SC de Jornalismo tem por objetivo reconhecer trabalhos jornalísticos que se destacam nas diversas mídias de acesso público - jornal, televisão, rádio e revista -, tendo abordagem total em temas sobre o exercício da legal odontologia e a promoção da saúde bucal.

Convido o meu colega Francis Silvy para receber o Prêmio CRO-SC de Jornalismo, edição 2007.

Recebe o prêmio CRO-SC de Jornalismo pelo conjunto de matérias veiculadas na mídia televisiva desde 2005, denunciando o exercício ilegal da odontologia.

(Procede-se à entrega do prêmio.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens desta noite, convido o dr. Antônio Gonçalves Filho, presidente da Associação Brasileira de Odontologia, seção Santa Catarina, para fazer a entrega das próximas homenagens da ABO-SC.

Convido para receber a homenagem a dra. Miriam Pizolati Cardoso, membro da ABO Regional de Criciúma.

Graduada em primeiro lugar pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina em 1976. Especializou-se no ano de 1986 em dentística restauradora, radiologia e odontopediatria. De 2002 a 2005 foi professora de Odontopediatria da Unisul.

Ela recebe a homenagem também das mãos do secretário Dado Cherem e do deputado Dagomar Carneiro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Vevino Warmiling, membro da ABO de Blumenau.

Em 1959 graduou-se em farmácia e odontologia em Florianópolis. Foi um dos pioneiros a lançar as idéias de prevenção como base de todo tratamento odontológico. Em 1970 começou um amplo trabalho de prevenção junto à rede de ensino de Blumenau. Foi presidente da ABO Regional de Blumenau de 1970 a 1972. De 2003 a 2007 foi delegado regional pelo Conselho Regional de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o dr. Arvelino Bini, membro da ABO Regional de Itajaí.

Graduado em 1957 pela Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de Ponta Grossa, no Paraná. Integrante da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Recebeu vários títulos, entre eles: Medalha de Campanha, Medalha de Guerra, Medalha Expedicionária e outras. Em 1960 transferiu-se para Itajaí, onde participou de vários cursos odontológicos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber homenagem o dr. Valeci Nunes filho, atual diretor da EAP e Sede Balneária da ABO-SC.

Graduou-se em 1974 pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro ativo de várias diretorias da ABO-SC. Em 2001 assumiu a diretoria da Escola de Aperfeiçoamento Profissional da ABO-SC, na qual continua até hoje exercendo com brilhantismo o segundo mandato. Foi de suma importância para a construção da EAP e Sede Balneária da ABO-SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Nery Rocha para receber a placa de mérito odontológico.

Começou suas atividades profissionais junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Em 1967 começou suas atividades na ABO-SC. Sempre foi um grande colaborador junto às diretorias, nesses 40 anos em que atua na ABO-SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Na seqüência, teremos o lançamento dos livros: *Estresses e Qualidade de Vida no Trabalho do Cirurgião-Dentista - Aspectos Epidemiológicos e Clínicos do Odontostresse*, de autoria de Gilsée Ivan Regis Filho e Dayane Machado Ribeiro, e o livro *Cistos Odontológicas Infra-ósseas*, de Adércio Domingues e José Nazareno Gil.

Convido todos para, após a sessão solene, participarem de uma noite de autógrafos no *hall* desse Poder.

Convido o Luiz Osnildo Martineli, mestre-de-cerimônias dos Correios, para proceder ao lançamento do selo personalizado em comemoração aos 40 anos do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Luiz Osnildo Martineli) - Senhoras e senhores, boa-noite!

(Passa a ler.)

"Damos início à solenidade de lançamento do selo personalizado, alusivo aos 40 anos do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina.

Autoridades, imprensa e convidados aqui presentes, as nossas boas-vindas!

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos emite selos e carimbos comemorativos para homenagear e divulgar vultos históricos, instituições, datas comemorativas e ações que contribuem para edificar a história do nosso país.

Com a emissão dos selos e carimbos comemorativos, os Correios tornam possível que a história seja contada de maneira honrosa e detalhada, que é a arte de colecionar e pesquisar por meio da filatelia os selos e peças filatélicas emitidos pelos Correios.

Selos personalizados: produto filatélico composto de duas imagens distintas, separadas pelo picote, sendo uma delas um selo e a outra vinheta, composta por uma foto ou imagem pertencente ao cliente.

O selo personalizado proporciona liberdade ao cliente de criar o seu próprio selo, ficando ao seu critério a imagem desejada para compor o desenho da vinheta. A principal finalidade do selo personalizado é a utilização do selo postal como difusor de marcas e veículo de promoção.

Por tudo isso é que temos a satisfação de lançar, neste momento, o selo personalizado em comemoração aos 40 anos do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina."

Como os senhores podem observar no telão, o selo personalizado contém a forma tradicional retangular. O selo contempla a imagem do edifício do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina. No canto inferior direito, em destaque, os 40 anos da entidade.

Neste momento, convidamos o sr. José Aparecido Canassa, coordenador regional de Negócios dos Correios em Santa Catarina, para dirigir-se à mesa de lançamento e conduzir a obliteração das peças filatélicas.

Para obliterar a primeira peça filatélica, convidamos o sr. Sidnei José Garcia, presidente do CRO/SC.

(Procede-se à obliteração do selo.)

(Palmas)

Para obliterar a segunda peça filatélica, convidamos o sr. Dagomar Carneiro, deputado estadual.

(Procede-se à obliteração do selo.)

(Palmas)

Para obliterar a terceira peça filatélica, convidamos o sr. Delmo Tavares, conselheiro federal, representando neste ato o presidente do Conselho Federal de Odontologia.

(Procede-se à obliteração do selo.)

(Palmas)

Em nome da diretoria regional dos Correios de Santa Catarina e do Conselho Regional de Odontologia, agradecemos a participação de todos no lançamento do selo personalizado alusivo aos 40 anos do CRO.

Convidamos todos para, ao final da solenidade, assinarem o livro de presença que se encontra na mesa de lançamento dos livros, na Galeria de Arte Mayer Filho.

Muito obrigado e boa-noite a todos!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Convido para fazer uso da palavra, em nome da Academia Catarinense de Odontologia, o acadêmico Saulo Jabor.

O SR. SAULO JABOR - Excelentíssimo sr. deputado Dagomar Carneiro, colega presidente desta sessão solene da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo deputado e colega Luiz Eduardo Cherem, secretário da Saúde, aqui representando o governador do estado de Santa Catarina;

Digníssimas autoridades já nominadas, srs. deputados, srs. homenageados, colegas acadêmicos, colegas dentistas, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Nesta data em que se comemora o Dia do Cirurgião-Dentista, estamos vivenciando um ato de extraordinário significado para a classe odontológica catarinense. Mais uma vez somos alvo de reconhecimento do Poder Legislativo pela excelência e prestígio dos serviços prestados por nossa classe ao povo barriga-verde, tão bem representado pelos membros desta Casa.

Mais que um fato festivo, srs. deputados, entendemos esse ato como uma celebração do reconhecimento da importância que este Poder dá à simbiose e ao inter-relacionamento entre os componentes desta Casa e as entidades de classe legitimamente constituídas.

Essa proximidade munícia de modo democrático a Assembléia Legislativa de dados e informações capazes de aprimorar as leis que propiciem a melhoria dos serviços prestados à comunidade.

É com essa visão abrangente que se encontram, hoje, neste plenário, os órgãos que representam a Odontologia Catarinense, como sejam: o Conselho Regional, a Associação Brasileira, Seção de Santa Catarina, e a Academia Catarinense de Odontologia. Estes vêm aqui lisonjeados pelo júbilo de se sentirem reconhecidos pelos representantes do povo catarinense, mas também tornam públicos, em forma de homenagem, os nomes daqueles que militando na classe ou em parceria com ela prestam, ou prestaram, reconhecidos serviços à nossa odontologia.

A Academia Catarinense de Odontologia, que por princípio estatutário labuta na busca da preservação da história da odontologia de nosso estado, vê na singularidade desse ato e nas homenagens que aqui se prestam a materialização da história contemporânea para ser legada à posteridade.

Trata-se de uma página a ser resguardada para que gerações futuras saibam que a odontologia de há muito se preocupa em manter laços de integrações com seus pares e com a comunidade na qual presta serviços, aqui delegada por seus representantes legítimos.

Queremos nos congratular com os colegas e parceiros hoje laureados pelo que representam no exercício da odontologia ou na parceria desta, mas como presidente da academia, com a vênua dos demais, fazemos distinguir a pessoa do acadêmico dr. Telmo Tavares, que ao longo de intensa trajetória profissional cativou o respeito e conquistou o reconhecimento da classe e daqueles que têm o privilégio de conviver com ele.

Mas, ilustres deputados, não posso, por razões facilmente entendíveis, deixar de destacar a homenagem que presta a Assembléia Legislativa à Academia Catarinense de Odontologia, entidade a qual presido e que completa no dia de hoje 17 anos de criação.

Em plena adolescência, esta menina moça, a mais novata das entidades de classe odontológica, seduziu os srs. deputados e recebe nesta sessão solene a chancela do reconhecimento do povo de Santa Catarina outorgada por seus representantes.

É certo que nos sentimos envidados por este apreço de v.exas., mas é mister que se diga que em tempos em que a classe política nacional passa por momentos de profunda crítica, nos orgulhamos de nossos deputados que conseguem vislumbrar em entidades de tão tenra idade, a importância de destaque que ela modestamente merece.

Quero, srs. deputados e srs. presidentes do conselho e ABO, dizer que a academia, como os demais homenageados nesta sessão, nos sentimos exatamente soberbos com as honrarias e orgulhosos de militarmos na classe odontológica ou em parceria com ela."

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Convido para fazer uso da palavra neste momento, em nome dos homenageados, o professor dr. Telmo Tavares.

O DR. TELMO TAVARES - Excelentíssimo sr. cirurgião-dentista e deputado Dagomar Carneiro, presidente desta sessão solene;

Excelentíssimo sr. cirurgião-dentista e deputado Luiz Eduardo Cherem, secretário de estado da Saúde de Santa Catarina, neste ato representando o sr. governador Luiz Henrique da Silveira;

Digníssimas autoridades que compõem a mesa e demais autoridades já nominadas, minhas senhoras, meus senhores e caros colegas.

(Passa a ler.)

"Ainda que sob o peso da responsabilidade, confesso-me lisonjeado e honrado com a incumbência de representar aqueles que estão sendo hoje homenageados, no cumprimento do dever do agradecimento.

Por certo a indicação de nossos nomes para o recebimento destas honrarias deve-se em parte à generosidade daqueles que julgaram nossos méritos, mas interpretamos também como o reconhecimento de serviços prestados à odontologia deste estado, seja ou não o homenageado um dentista.

Para os profissionais da odontologia, como eu, esta honraria representa a visão de nossos pares de que nossas trajetórias de vida, voltadas à profissão, tiveram visibilidade e proporcionaram exemplos que podem ser seguidos. Nós nos ombreamos àqueles colegas anteriormente homenageados e nos antecipamos a outros que ainda o serão, com iguais ou maiores méritos que os nossos. Para os não odontólogos que compartilham esta homenagem,

ela representa a gratidão das entidades de classe por inestimáveis contribuições ao engrandecimento da odontologia catarinense.

Estou certo que para todos indistintamente constitui-se motivo de honra, orgulho e alegria em saber que os esforços desenvolvidos, na maioria das vezes em muitos anos de dedicação, foram reconhecidos e tornados públicos nestas comendas. Proporcionarão, por outro lado, pelo seu efeito motivador, a continuidade de nossa dedicação, que há de testemunhar, ao longo do tempo, que as entidades promotoras fizeram escolhas acertadas.

Ao agradecer sensibilizado e emocionado - e estou certo que é este o estado de espírito dos demais homenageados - ao Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina e à Associação Brasileira de Odontologia - Seção de Santa Catarina, estendo os agradecimentos à Assembléia Legislativa.

Ao realizar tão bela e expressiva sessão solene, esta venerável Casa demonstra significativo apreço pela classe odontológica catarinense ao mesmo tempo em que proporciona um grandioso cenário que magnifica e engrandece as homenagens que recebemos.

Muito obrigado e que Deus proteja a todos e guarde esta Casa."

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Neste momento fará uso da palavra o dr. Sidnei José Garcia, presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina.

O DR. SIDNEI JOSÉ GARCIA - Em nome dos colegas Eduardo Cherem e Dagomar Carneiro, quero cumprimentar as demais autoridades que compõem a mesa, os srs. acadêmicos, os srs. deputados, os parceiros do Correio, os familiares, demais colegas e autoridades que já foram nominadas, e dizer que é muito bom tê-los aqui.

(Passa a ler.)

"Que bom poder comemorar os 40 anos de atuação do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, juntamente com o dia do aniversário da nossa profissão. Melhor ainda quando esta comemoração não é uma comemoração solitária. O papel de uma instituição como o Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, cuja função descrita em lei é a de fiscalizar o exercício legal da odontologia, se não for atualizado e realimentado diariamente, corre o risco de se tornar estanque, engessado e meramente punitivo.

Mesmo tendo muito a comemorar, pois os nossos índices da doença cárie e outras tantas doenças bucais são as menores do país e a produção científica do corpo docente de nossas instituições de ensino se destacam em nível nacional e internacional, a busca por uma odontologia pública, gratuita e de qualidade avança talvez mais lenta do que pretendemos, mas enfim já é um avanço.

Renovar, pactuar, conciliar e acordar são verbos que necessitam ser conjugados no dia-a-dia da instituição. Mesmo sem se afastar um milímetro da sua função de guardião da odontologia catarinense, o CRO-SC não pode fechar os olhos para os desafios que ora enfrentamos enquanto profissionais da odontologia.

Nos dias atuais, além de cumprirmos com nossas tarefas burocráticas diárias, devemos estar atentos aos movimentos que nos rodeiam e que afetam o nosso exercício profissional. A perda da rede de proteção social (leia-se direitos trabalhistas e previdenciários) é uma realidade no nosso dia-a-dia.

A ilegal adoção por parte do poder público dos chamados processos seletivos, com tempo determinado para seu término, virou uma nova mania de contrato de trabalho que suga do profissional em sua fase mais produtiva, sua capacidade laboral plena e depois o descarta como objeto inservível, desconstruindo um trabalho que em saúde só é eficiente quando contínuo.

O repasse das verbas destinadas às políticas de saúde bucal é feito fundo a fundo. E, se o gestor não tiver compromisso, o financiamento da saúde bucal pode ser usado para tudo, menos para a saúde bucal. Ainda não vemos passeatas de desdentados exigindo saúde bucal para todos, pois até bem pouco tempo se achava que isso era utópico e privilégio de alguns.

Temos que mudar a lógica de que a máquina pública não foi feita para todos e sim para um pequeno grupo de privilegiados. Será que saúde são só medicamentos? Será que saúde é só exame de alta complexidade? Será que saúde é só número de restaurações e exodontias? Quando poderemos exercer e fazer o verdadeiro planejamento estratégico? Pois com a maior facilidade os objetivos políticos - e políticos entre aspas - fazem descambar para o simples planejamento normativo e meramente estatístico, apenas quantitativo sem a mínima preocupação com o qualitativo. Quando conseguirmos mudar esta lógica estaremos desvendando um mundo novo.

Embalado por esta esperança teimosa o Conselho Regional de Odontologia do estado de Santa Catarina, através deste que vos fala, propõe a esta Casa de leis e solicita ao colega e deputado estadual, o cirurgião-dentista Dagomar Carneiro, que seja nosso porta-voz nos encaminhamentos regimentais, de duas novas leis que se aprovadas e sancionadas virão em benefício da sociedade e do exercício da odontologia catarinense.

1. Hetero Controle do Flúor.

Controle do teor de flúor nas águas de abastecimento por outras instituições que não só aquelas oficiais.

É sabido que o teor de flúor na água que chega ao usuário para consumo não é uma constante, podendo variar de 0,8 a 1,9 partes por milhão. Se faz necessário que se ponha em prática por parte dos municípios - Secretarias Municipais de Saúde e Vigilâncias Sanitárias Municipais, o controle mensal do teor do flúor nas águas de abastecimento público. O número de pontos de coleta depende do tamanho da população do município. Este trabalho pode ser realizado a custos baixíssimos, não passando de R\$ 1 real por habitante/ano e gerando um grande benefício junto à população.

Esta lei estaria reforçando o controle social do teor flúor na água.

2. Proposta de lei para regulamentação da venda de produtos odontológicos em Santa Catarina.

Tem-se constatado que empresas que comercializam medicamentos e produtos odontológicos vendem seus produtos a pessoas sem habilitação profissional, os quais prestam serviços odontológicos em locais em situações precárias de higiene.

O combate ao exercício ilegal da profissão de forma eficaz passa pela regulamentação da venda desses produtos e medicamentos, com a necessidade de se exigir, no ato da compra, receituário próprio fornecido por profissional habilitado e devidamente inscrito no CRO-SC, em observância às leis que regulamentam a profissão." [sic]

Temos mais um pleito a ser feito. Este será na esfera federal e que encaminharemos à bancada federal, em Brasília, pedindo seu apoio, que diz o seguinte: (Continua lendo.)

"Lesões por esforços repetitivos

Inclusão nas apólices de seguro por invalidez temporária, as patologias de: Lesão por esforço repetitivo (LER) e distúrbios osteo musculares relacionados ao trabalho (DORT).

Até o presente momento é negado o pagamento ao cirurgião-dentista benefício temporário em decorrência dessa patologia, sob a alegação de que não se pode estabelecer o nexo-causal entre a invalidez temporária e a lesão por esforço repetitivo tão presente no dia-a-dia de nossas atividades. Isto é passado, e hoje já temos inúmeros trabalhos científicos estabelecendo esta relação, o que nos faz vislumbrar a possibilidade de sermos protegidos quando acometidos por problemas dessa natureza, que são muito comuns na nossa labuta. Não raramente vemos colegas que necessitam ficar fora de suas atividades laborais por até 120 dias, sem nenhuma proteção pecuniária, o que destrutura a vida de qualquer cidadão diante de seus compromissos." [sic]

(Palmas)

Só quero dizer aos deputados que todo trabalho, toda pesquisa científica para as três leis já estão prontos, com a colaboração do dr. Gilsée Ivan Regis Filho e da dra. Dayane Machado Ribeiro, na questão do LER e na questão do flúor, da vigilância sanitária e da fiscalização do Conselho Regional de Odontologia, do dr. Caetano, da secretaria estadual da Saúde, que servirá de embasamento para que essas leis possam ser apresentadas aqui.

(Continua lendo.)

"Confio em nossos representantes no Legislativo, aguardamos ansiosos mais estas conquistas em prol da odontologia.

Finalizando faço uma reverência aos homenageados com a medalha do Mérito Odontológico Catarinense, nas suas três categorias. O que os fez estarem aqui foi, sem dúvida, a dedicação, a seriedade, o empenho e o compromisso de cada um dos senhores nas atividades que desenvolvem.

Estendo estes cumprimentos aos homenageados pela Associação Brasileira de Odontologia seção de Santa Catarina. Ao jornalista Francis Silvy, parabéns pelo seu trabalho. Obrigado por ter, através dele, ajudado o CRO a chamar a atenção das autoridades e da comunidade para a prática de um crime enquadrado no art. n. 282 do Código Penal Brasileiro, que teima em ocorrer ainda em nosso estado e, em muitas vezes, sob a tolerância da autoridade constituída. Seu jornalismo investigativo foi decisivo para alavancar nossa atuação.

Ao presidente desta Casa, o deputado Julio Garcia, ao deputado Dagomar Carneiro e aos funcionários da Assembléia Legislativa de Santa Catarina muito obrigado pela acolhida.

A todos os cirurgiões-dentistas de Santa Catarina nossos mais sinceros cumprimentos por esta data que hoje comemoramos.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, o secretário do estado da Saúde, o cirurgião-dentista, Luiz Eduardo Cherem, neste ato representando o governador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. SECRETÁRIO EDUARDO CHEREM - Boa-noite a todos os colegas hoje presentes.

Quero, em nome do ilustre presidente desta sessão, colega deputado Dagomar Carneiro, saudar todas as autoridades que fazem parte da mesa.

Quero dizer, deputado Dagomar Carneiro, da minha alegria em poder participar, não apenas como representante do governador, nesta sessão, não como deputado ou secretário, mas, na verdade, como um colega dentista, que por muitos e muitos anos teve a alegria de trabalhar num consultório.

Quero também em nome do dr. Saulo e do dr. Telmo, saudar todos os acadêmicos presentes hoje aqui e dizer da nossa alegria em reencontrá-los, pois há pouco tempo estivemos juntos em outra sessão festiva de justas homenagens.

Quero também hoje saudar, em nome do presidente do conselho Sidnei José Garcia e em nome do presidente da ABO Antônio Gonçalves Filho, o Toninho, todos os colegas e homenageados presentes e ser testemunha dessa justa homenagem que todos receberam aqui. Alguns até com muita emoção, como foi o caso do dr. Arvelino Bini, de Itajaí, já que somos vizinhos daquele município e sei da importância que o senhor representa e o exemplo que é para todos os nossos colegas da nossa região.

Nossos parabéns, então, a todos vocês por essa justa homenagem.

(Palmas)

Hoje é motivo para várias alegrias em poder participar desta sessão, duas em particular, que me chamam a atenção: primeiro, de poder, como homem público, como vereador, como secretário municipal, como vice-prefeito, como deputado que fui e hoje como secretário de estado, prestar conta dos atos que tive na vida pública.

Quando fomos secretário de Balneário Camboriú - e vejo que estão aqui presentes alguns colegas - também tivemos uma vontade muito grande de criar um centro de referência em odontologia para a nossa cidade. Nós assim o projetamos e graças a Deus hoje ele está materializado, funcionando. E eu digo, com alegria, deputado Dagomar Carneiro, que recebi a visita de dois colegas que não via há 20 anos e tive a oportunidade de levá-los para conhecer, na sexta-feira, o nosso Centro Integrado de Odontologia do município de Balneário Camboriú, os quais ficaram realmente encantados com ele.

Quando fui nomeado secretário de estado, eu pude trazer aquela experiência que tivemos da odontologia no município de Balneário Camboriú para cá, no sentido de implantar no estado de Santa Catarina um modelo diferenciado de gestão e de introdução verdadeira da odontologia no serviço público.

Ao saudar v. exa., deputado Décio Góes, que é do partido do nosso presidente da República, também quero aqui falar, com muita sinceridade, que o programa dos CEOs que o governo federal implantou, que tem permitido aos municípios e ao estado a participação, trouxe, com certeza, um diferencial para a saúde pública bucal brasileira, em especial para Santa Catarina. Por quê? Porque esse programa, além do recurso dos CEOs dividido com o estado, com os municípios e a União, fez com que nós fizéssemos um *plus* de 30% naquilo que o ministério da Saúde repassa para a implantação de um CEO, para poder solidificar, avançar e construir essa rede de saúde bucal em Santa Catarina. É o único estado da Federação que faz esse repasse de recurso diferenciado.

O que isso nos permite? Mais ou menos aquilo que o dr. Sidnei José Garcia tem colocado aqui, da necessidade de se olhar para as políticas públicas de saúde com um pouco mais de profundidade. E confesso aos senhores e as senhoras que quando assumi a secretaria de estado da Saúde levei um susto com a área da odontologia e não me conformei com aquilo. Estavam ofertando medicina nuclear, telemedicina, ressonância magnética pelo SUS e não tínhamos sequer uma oferta de especialidade da odontologia no serviço público de saúde.

Mas hoje, graças a Deus, estamos pavimentando um caminho que não tenho dúvida que não vai ter mais volta, principalmente na inclusão das especialidades no serviço público de saúde. É aquilo que o dr. Sidnei José Garcia tanto fala: "Como explicar isso? Por que não tem? Qual é a dificuldade?" É comprometimento, é vontade política, é determinação, e quando nós vemos um colega dentista sentar na cadeira de uma secretaria municipal ou de uma secretaria de estado da Saúde, com certeza a coisa começa a mudar, porque os olhos que vêem são outros, que é o da necessidade, da importância da classe odontológica dar uma resposta à sociedade brasileira.

E é isso que nós estamos fazendo, ou seja, dar respostas à sociedade brasileira e aos anseios dos colegas que muitas vezes querem participar da atividade pública, mas salários aviltantes não permitem que isso aconteça; a falta de vontade política de um gestor municipal ou estadual faz com que isso não aconteça. E é isso que temos que fazer: acordar para essa nova realidade, pois com certeza a odontologia tem muito, sim, a contribuir para o Sistema Público de Saúde deste país. E é essa visão que estamos tentando levar aos colegas pedindo a cada um, cada vez mais, que participe das atividades políticas do seu município. O dentista tem, sim, que participar da atividade política do seu município, seja no município, no estado, enfim, mas tem que participar, porque é na política, é na vida pública que as coisas acontecem, que as coisas se transformam.

Então, quero dizer para todos vocês que o primeiro motivo da minha alegria é o fato de poder estar aqui como homem público participando junto com vocês. E o segundo é uma questão de profissão, de ter sido colega de vocês, é a saudade que tenho de v.exas.

Vejo à minha direita muitos professores que tive no período em que fui aluno e depois pude levar para o meu consultório o conhecimento que eles me deram.

Vejo aqui alguns professores que eram meus ídolos na época de faculdade. Com certeza, pessoas que foram importantes na

minha formação, não apenas na formação da periodontia, da dentística, da cirurgia, da exodontia, enfim, mas, acima de tudo, na formação moral, na formação ética, na formação de cidadania, do engajamento social, e isso nós aprendemos no seio familiar. Mas com certeza é importante nós, dentro da sala de aula, no dia-a-dia, termos esse respaldo desses profissionais que fizeram a história, dr. Saulo, da odontologia catarinense.

Eu olho aqui alguns professores e me lembro de meu pai que se formou em 1954, e quantos de vocês que se formaram com ele, professores esses que são verdadeiros condutores da história da odontologia. Para mim é motivo, particularmente, de muita emoção, de muita saudade por saber que todos vocês ajudaram a construir isso na academia, na ciência ou na formação de todos nós. É uma coisa que realmente não tem preço, é uma coisa que realmente não se paga. E eu sempre digo que foi talvez nessa escola da odontologia da Universidade Federal que aprendi uma coisa muito importante, que trago comigo para a vida pública: sou daquele profissional que enxergo a ciência, a formação acima do comércio. E é isso que eu tenho junto comigo: fazer saúde pública acima de qualquer coisa, que é uma coisa que aprendi com todos vocês.

Então, quero fazer este agradecimento de poder ter sido aluno e colega de vocês e de poder levar esse conhecimento para a minha atividade pública.

Deputado Dagomar Carneiro, agradeço a v.exa. o convite. Tanto o governador Luiz Henrique como o governador em exercício Leonel Pavan me pediram para que viesse aqui representá-los e sei da importância desse ato de estar aqui presente com todos vocês.

Peço desculpas a todos e aos autores do livro, pelo fato de não poder ficar aqui no ato da entrega de autógrafos, pois terei de estar presente em uma solenidade da posse do sindicato da construção civil, às 20h, no meu município de Balneário Camboriú. Mas com certeza não faltará oportunidade para eu receber esse livro e agradecer pela contribuição.

Então, o meu muito obrigado, parabéns a todos vocês e parabéns a todos nós pelo Dia do Cirurgião-Dentista.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Neste momento, em nome da Presidência da Assembléia Legislativa, gostaríamos de fazer um agradecimento especial ao comandante da Base Aérea de Florianópolis Coronel Aviador José Carlos da Silva, que gentilmente autorizou a banda musical e seus comandados a abrilhantarem este evento nesta noite, regida pelo maestro suboficial Mário César Buks.

(Palmas)

Convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina executado pela Banda Aérea de Florianópolis.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Em nome do presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, dos deputados Décio Góes, Jorginho Mello e dos demais deputados desta Assembléia Legislativa, deixamos a mensagem do orgulho e da satisfação do Poder Legislativo de Santa Catarina de poder realizar uma sessão de honra aos nossos cirurgiões-dentistas, no Dia do Cirurgião-Dentista do Brasil e de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa, em nome do seu presidente, se sente orgulhosa pela qualidade dos cirurgiões-dentistas que Santa Catarina possui.

Em nome da classe odontológica de Santa Catarina, faço um agradecimento especial pela deferência do deputado Julio Garcia de proporcionar a um cirurgião-dentista que presidisse esta sessão solene.

Agradecemos a todas as autoridades com assento nesta mesa e a todos os presentes nas galerias, ressaltando que esta é uma das sessões solenes com maior número de presença, demonstrando que a odontologia catarinense está engajada e envolvida com a classe odontológica.

Convidamos todos para a noite de autógrafos dos livros lançados nesta sessão e para um coquetel no hall deste Poder.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para o dia 29, às 19h.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (PRONASCI), REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 9H, NO AUDITÓRIO DA ALESC

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Bom-dia a todos e a todas.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada por este deputado, que é presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para debater o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Nós, junto com os membros desta Comissão e o senhor Ronaldo Teixeira da Silva, secretário executivo do Programa, estamos agora nos reunindo com várias autoridades para discutir e tentar solucionar a questão da segurança pública e a participação do Estado de Santa Catarina.

Convidamos para fazer parte da mesa dos trabalhos o vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Sargento Amauri Soares; o senhor Ronaldo Teixeira da Silva, chefe-de-gabinete do ministro da Justiça e secretário executivo do Pronasci; o senhor Dejour Vicente Pinto, neste ato representando o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet; o doutor

Fabiano Henrique Garcia, promotor de Justiça, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Santa Catarina; o coronel PM Eliésio Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina; o senhor Luis Ademar Paes, superintendente da 8ª Superintendência Regional de Santa Catarina da Polícia Rodoviária Federal; a senhora Rosa Ângela Silva Ribas Marinho, vice-presidente da Comissão de Assuntos Prisionais, neste ato representando a Ordem dos Advogados do Brasil/SC; a senadora da República Ideli Salvatti; e o deputado Décio Góes.

Senhoras e senhores, com certeza o tema segurança pública é muito forte na sociedade brasileira. E por isso que a partir do lançamento pelo governo federal do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e dos vários debates ocorridos na nossa Comissão de Segurança Pública, entendemos que seria importante trazer o Ministério da Justiça, trazer alguém do governo federal para debater com esta Casa, com as pessoas ligadas à área de segurança pública de Santa Catarina, com a sociedade catarinense o tema Pronasci.

Nesses últimos dias participamos de várias atividades ligadas ao tema segurança pública, e um dos grandes debates é que há necessidade de a sociedade também participar mais desse tema. Por isso entendemos ser importante esta convocação e já queremos, de antemão, agradecer às lideranças que estão aqui e que atenderam ao nosso convite para debater esse assunto. E com certeza também temos temas estaduais que podem entrar na pauta da segurança pública de Santa Catarina, porque audiência pública também abre essa perspectiva.

Então, de imediato, passamos às exposições. Consultamos os nossos deputados se desejam dar um recado antes ou após a palestra do nosso convidado Ronaldo?

(Os deputados informam que desejam se manifestar após a exposição do palestrante.)

Assim sendo, passamos a palavra ao nosso convidado, o senhor Ronaldo Teixeira da Silva, que é chefe-de-gabinete do ministro Tarso Genro e também secretário executivo do Pronasci.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA - Primeiramente gostaria de agradecer pelo convite endereçado ao Ministério da Justiça e em nome do ministro Tarso Genro cumprimentar a iniciativa da Comissão de Segurança Pública desta Casa, especialmente na figura do seu presidente, o nosso deputado Dirceu Dresch.

Igualmente quero agradecer pelo empenho da senadora Ideli, que em mais de uma oportunidade reivindicou este momento no sentido de que estivéssemos aqui apresentando o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, e também cumprimento os deputados que compõem a mesa, os comandos militar e civil, enfim, todas as autoridades que aqui se encontram acolhendo a importância desse tema.

Deputado, quero antecipar que o que também nos traz aqui, sob a orientação do ministro Tarso Genro, como já disse, é a informação de que Santa Catarina faz parte do Pronasci, sim, diferentemente do que foi propalado. Os senhores irão verificar na apresentação que o Programa é dividido em ações estruturais e em programas locais, sendo que as ações estruturais contemplam todo o território nacional e os programas locais contemplarão, inicialmente, onze territórios indicados com as mais altas taxas de homicídios e de delitos violentos, e neste caso Santa Catarina fica para um segundo momento. No entanto reitero: as ações estruturais que têm alcance no País, obviamente inserem Santa Catarina no Pronasci.

Portanto, vou tomar a liberdade de iniciar a apresentação para que, então, se estabeleça um debate seguramente proveitoso.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Nós iremos seguir na apresentação um breve roteiro que começa pelo conceito, demonstrando o foco, o território, as ações estruturais, os programas locais, a proposta de gestão, os parceiros envolvidos e os investimentos esperados.

Vamos ao conceito. Como os senhores puderam observar nessa breve introdução, que agora antecede ao conceito, o que o ministro Tarso Genro oferece hoje como possibilidade ao País é a substituição de um "ou" por um "e". O que significa isso? Por muito tempo autoridades defendiam mais armamento, mais viaturas, mais repressão, mais coletes, e igualmente houve uma evolução: muitos estudiosos e também autoridades policiais começaram a observar que esse aspecto era insuficiente e passaram, então, a defender que era preciso mais emprego, mais educação, mais saúde, mais ação social. Reitero: o que o ministro Tarso Genro fez foi retirar o "ou" dessas duas possibilidades e colocar um "e". O que o Pronasci propõe são programas de segurança pública e ações sociais. Por isso queremos incidir nas raízes socioculturais da criminalidade, respondendo, se necessário, com repressão qualificada, mas, é claro, trabalhando cotidianamente para a prevenção.

Outro aspecto em que temos um "e" é na articulação dessas ações. Também sabemos, e as autoridades presentes sabem, que a prerrogativa constitucional para tratar de segurança é do Estado, no entanto o Pronasci vem para dizer: a União quer partilhar da solução, quer enfrentar em conjunto esse problema com o Estado, e mais, quer transformar os municípios em novos sujeitos na ação de segurança. Por isso colocamos também um "e" entre União, Estados e municípios, para juntos verdadeiramente enfrentarmos a violência e a criminalidade. E tudo isso é possível com base no Sistema Único de Segurança Pública. O Susp, com certeza, foi a primeira grande conquista do primeiro mandato do presidente Lula no que se refere à segurança pública.

Quais são os nossos objetivos: valorização dos profissionais; ressocialização das pessoas com penas restritivas de liberdade; promoção de jovens e adolescentes para que tenham acesso às políticas governamentais de caráter social; acesso à Justiça, sobretudo para essa população da área conflagrada; intensificar e ampliar as medidas de enfrentamento ao crime organizado, especificamente à corrupção policial; e recuperação de equipamentos urbanos. Todos esses objetivos estão sustentados na promoção dos direitos humanos, considerando as questões étnicas, raciais, de gênero, de orientação sexual e, é claro, a imensa diversidade cultural do nosso Brasil.

Qual é o nosso público? Quando o ministro reuniu pela primeira vez o grupo de trabalho que iria formular o Pronasci, ele deixou muito claro o seguinte: que nós não iríamos ter como foco a juventude, genericamente falando, sob pena inclusive de criminalizá-la; nós iríamos incidir naqueles jovens que não têm acesso, ou não podem ir aos programas sociais, ou não podem ir à escola, ou seja, é o jovem preso o foco do nosso Programa, é o jovem egresso do sistema prisional.

Podemos afirmar que da população carcerária do País, que se aproxima de 420 mil, temos 65% de jovens entre 18 anos e 24 anos, e desses 65%, temos que 70% irão reincidir. Ou seja, esse público-alvo é bem definido: um jovem que passa por dentro do sistema carcerário, do sistema penitenciário e, lamentavelmente, quase que na maioria das vezes, no lugar de sair ressocializado e cidadão volta para a reincidência e, portanto, sai pós-graduado no crime.

Jovem preso; jovem egresso do sistema prisional; jovem em situação infracional, aquele que está no itinerário do crime; adolescentes em conflito com a lei - e no momento em que falo dos adolescentes, na verdade estou dizendo a abrangência do foco, que é de 15 anos a 29 anos. O foco de atuação do Pronasci, no que diz respeito à juventude, é essa juventude de 15 anos a 29 anos. Os senhores perceberam uma pequena separação, e ali tem o jovem oriundo do Serviço Militar.

Aqui duas razões que nos levaram a identificar esse jovem como foco. Primeiro, ele é suficientemente preparado pelo Serviço Militar para ser um jovem capaz de nos auxiliar na identificação dos demais, na aproximação dos demais aos nossos programas, portanto queremos valorizá-lo. Esse é um motivo, mas não podemos negar que tem um segundo: muitos desses jovens, oriundos do Serviço Militar, são cooptados pelo crime como mão-de-obra qualificada. Então entendemos que alcançar esse jovem também é importante para que ele nos auxilie e se afaste de qualquer possibilidade de interagir com o crime.

Esse o foco do nosso Programa no que diz respeito à juventude.

Qual a abrangência territorial? Aqui se instala a polêmica, sobretudo quando falamos de Santa Catarina - e por isso que o deputado Dirceu Dresch teve essa preocupação e que a Ideli, como disse, insistentemente nos pediu para viéssemos. Esses são os onze territórios *(aponta para a tela)*, inicialmente - isso é preciso deixar claro - indicados para a ação dos programas locais do Pronasci, e não as ações estruturais que alcançam todo o País, como irei demonstrar logo a seguir.

Alto número de homicídios e delitos violentos. Observem a realidade de Brasília e entorno: taxa de homicídios, 33 por 100 mil, mas quando fazemos o recorte por idade, a taxa de homicídios entre 15 anos e 29 anos vai a 69 por 100 mil. Em Vitória, 78 por 100 mil é a taxa, mas fazendo o recorte por idade, de 15 anos a 29 anos, que é o nosso foco, vai a 158,7 por 100 mil. Portanto, o jovem está implicado diretamente nessa ação. Aqui nós temos, senhores, Porto Alegre como a última região indicada, com 29,5 por 100 mil. Esse é o número médio do País, que é de 29,5 homicídios por 100 mil, mas quando se faz o recorte por idade em Porto Alegre, o número chega a 63,3.

Aí os senhores poderiam perguntar: e Santa Catarina? Pois em Santa Catarina, no anuário do Fórum Permanente de Segurança Pública, que inclusive trago comigo, os senhores sabem qual é a taxa de homicídio doloso hoje, por exemplo? Temos sete homicídios. O que significa isso? Nesse aspecto, todas as autoridades estão de parabéns, pois temos taxas muito tímidas comparativamente a esses onze territórios. Mas é preciso dizer que isso não significa que deixaremos de lado Santa Catarina e a colocaremos numa situação que as autoridades conhecem, que é a possibilidade do deslocamento microrregional do crime. Exemplo: Porto Alegre está aqui e Curitiba aqui *(aponta para o mapa)*, e faremos grandes ações no Paraná e grandes ações no Rio Grande do Sul, mas Santa Catarina está aqui no meio. E agora? O senhor *(aponta para um dos participantes)* já está assentindo com a cabeça porque conhece, mas nesse caso o crime pode se deslocar. Então nós iremos incidir igualmente, num segundo momento, aqui em Santa Catarina.

Agora é preciso responder a esses números imediatamente, porque são números verdadeiramente assustadores e nos afastam da condição das primeiras nações do mundo. Os senhores sabem que no Chile a média é 10 por 100 mil, no que diz respeito a homicídios? Santa Catarina ainda está abaixo dessa taxa, que são consideradas as melhores taxas do mundo. Então esse é um ponto fundamental, mas quero deixar claro que nós precisamos evitar o deslocamento microrregional do crime, assim como nós não podemos deixar que a desordem pública venha a se tornar criminalidade.

As vezes temos uma sensação muito grande de que há uma insegurança, mesmo aqui em Santa Catarina. Mas isso muitas vezes, conforme estudos, se dá mais pela desordem proporcionada: ou por esses jovens em busca de espaço na sociedade ou por criminosos que começam a chegar aqui. Mas nós não podemos, repito, deixar a desordem, que é um estágio anterior ao crime, tornar-se uma região criminosa. Então, esses são os onze territórios inicialmente indicados para a ação dos programas locais.

Como iremos enfrentar? É importante referir as ações estruturais, e aqui nós temos a inserção plena de Santa Catarina naquilo que lhe couber: modernização das instituições e do sistema prisional; valorização dos profissionais de segurança e dos agentes penitenciários; e o enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado.

Modernização: regulamentação do Sistema Único de Segurança Pública - estamos regulamentando o parágrafo 7º do artigo 144. O S USP tornou-se uma realidade no nosso Brasil a partir da articulação que o Ministério da Justiça e a Senasp fizeram ao longo do primeiro mandato, mas não está regulamentado, e nós queremos padronizar procedimentos, padronizar ações, queremos que Santa Catarina aja como o Rio Grande do Norte, pelo menos nas diretrizes gerais no que diz respeito à segurança. Estamos, portanto, regulamentando o Sistema Único de Segurança Pública e isso alcança todo o País.

Lei Orgânica da Polícia Civil, uma reivindicação histórica da Polícia Civil. Nós estamos acolhendo essa reivindicação e levando para o Programa também a possibilidade de termos uma carreira, de termos uma organização na Polícia Civil, e com similaridade no que diz respeito a todos os Estados brasileiros. Também aí temos um alcance nacional.

Outras ações: construção de estabelecimentos penais especiais para mulheres e de estabelecimentos penais especiais para jovens. Nesse item nós queremos alcançar aquela reincidência a que me referi anteriormente. Não é possível termos 70% de reincidência da população carcerária, com o jovem no centro, sem que tenhamos uma ação consistente. E esses estabelecimentos penais especiais terão sala de aula, espaço de arte e cultura, uma quadra multidportiva (um pequeno espaço, mas suficientemente capaz) para que tenhamos futebol, basquete, com possibilidade inclusive do surgimento de novos atletas, enfim, vamos ter um estabelecimento penal especial. Queremos alcançar todo o País, inclusive queremos alcançar 93 novos estabelecimentos penais especiais nos próximos dois anos e meio. Essa é a nossa previsão.

Esses estabelecimentos especiais não serão somente para os onze territórios. Começaremos, sim, nos onze territórios - e o ministro Tarso Genro já tem assinado os convênios -, mas lançados esses onze primeiros, imediatamente teremos a possibilidade de alcançar os demais Estados. Isso é decisivo para pensarmos numa mudança no que diz respeito à insegurança, à violência e à criminalidade, e se nós não tivermos competência para reformular o sistema prisional, iremos falhar no que diz respeito ao êxito do Pronasci.

Outras ações estruturais são importantes, como o Projeto Controle de Rodovias - e temos aqui toda a equipe da Polícia Rodoviária Federal, o doutor Hélio Derene, diretor-geral, que esteve conosco interagindo para a formulação do Pronasci. Essa proposta prevê um aumento do efetivo para que possamos ter a redução do tempo de resposta. Se fizermos isso acontecer nas unidades operacionais, como estão propostas, iremos também reduzir o número de vítimas e poderemos incidir sobre os crimes que ocorrem nas rodovias. Isso faz parte igualmente do Pronasci.

Quero ainda citar a manutenção da Força Nacional de Segurança Pública com sede própria. Teremos quinhentos policiais, homens e mulheres, permanentemente instalados em Brasília para qualquer emergência no nosso país, que obviamente não irão se repetir - haverá um rodízio para qualificarmos a nossa polícia. É importante também dizer, senadora Ideli, que quanto à Lei Maria da Penha, uma lei fundamental, mas que está muito mais no papel do que propriamente na ação, queremos potencializar com a construção de centros de reabilitação do agressor. A Secretaria Especial das Mulheres está conosco no projeto e nós queremos igualmente agir para que possamos incidir sobre todos esses aspectos.

Uma última questão que também tem alcance nacional e que, portanto, atinge ou atingirá Santa Catarina: construção de módulos de saúde, de educação e de informática. O que significa isso? Onde houver o sistema prisional tradicional, iremos acoplar, por assim dizer, módulos de saúde, de educação e de inclusão digital, independentemente do orçamento que há para os penais especiais para jovens.

Quero também dizer aos senhores o seguinte: cada uma dessas frases que representa um projeto tem por detrás verba prevista no Orçamento, presença no Plano Plurianual de Investimento. Portanto, tecnicamente cada item desses tem a abordagem necessária do ponto de vista financeiro e do ponto de vista do planejamento. Por isso, 94 ações e projetos organizam o nosso Pronasci.

Valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários através do Bolsa-Formação - e com isso queremos alcançar uma elevação remuneratória. Já está no Congresso Nacional, temos como urgência urgentíssima e temos a sincera expectativa da sua aprovação, ainda neste ano, para vigência já em janeiro de 2008.

O que é o Bolsa-Formação? Ele é destinado a policiais que percebam até R\$ 1,4 mil - podendo aí ter uma emenda e aumentar um pouquinho, estamos fazendo esse estudo, mas a proposta inicial que foi ao Congresso é de até R\$ 1,4 mil - a fim de que possamos ter uma elevação remuneratória com bolsas que variam de R\$ 180,00 a R\$ 400,00 (para o policial, para o agente penitenciário, para o perito, para o bombeiro, para o civil e para o militar), e em contrapartida teremos a proposta da formação, ou seja, aquele que estiver estudando poderá ter acesso à bolsa. O Bolsa-Formação tem alcance nacional, todos os Estados devem fazer parte, é claro que alguns já têm uma remuneração um pouco superior e talvez, por isso, não possam ser contemplados, mas só no item bolsa, porque serão contemplados com a formação, já que isso será aberto para todo o País.

Plano de financiamento habitacional. Nós já temos trinta mil possibilidades de financiamento para policiais que percebam até cinco salários mínimos. Nós queremos retirar daquela área conflituada muitos dos policiais que lá convivem, queremos dignidade na moradia, queremos mais do que isso, queremos ter a possibilidade de oferecer cartas de crédito que alcancem até R\$ 50 mil aos policiais que percebam um pouco mais.

E aqui, senhores deputados, é importantíssimo dizer que a Assembléia Legislativa, deputado Dirceu Dresch, tem a contribuir. Por quê? No momento em que o ministro Tarso Genro assinar o convênio de cooperação federativa com o governador, o governador assumirá o compromisso de enviar à Assembléia Legislativa a autorização para que haja débito em conta, lá no salário do policial, e que isso seja uma prioridade, porque muitos policiais têm problemas cadastrais, sabemos disso, e para essa isenção cadastral ocorrer, o Estado passa a ser uma espécie de avalista, desde que haja essa legislação, claro. Não sei se isso já ocorre aqui em Santa Catarina, mas nos demais Estados estaremos igualmente potencializado.

Plano de financiamento habitacional: inicialmente com 57 mil financiamentos; elevação remuneratória através do Bolsa-Formação; moradia digna através do plano de financiamento com a Caixa Econômica. Esses itens poderemos verdadeiramente ajudar a mudar a concepção de segurança.

Ampliação da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública. Hoje nós temos 22 universidades articuladas; até o final de dezembro, o edital já está na rua, iremos alcançar 50 universidades e até o final do primeiro semestre de 2008 teremos 80 universidades no Brasil, públicas e privadas, fazendo parte da Renaesp. E para quê? Concede a bolsa, mas o policial terá que estudar para ser tecnólogo, especialista ou mestre em Segurança Pública, e com isso ele poderá receber a bolsa referida, poderá ter essa assistência por cinco anos. Se ele entender que não está apto ainda para isso, ele poderá acessar uma das possibilidades de formação continuada, ou seja, fazer um curso de policiamento comunitário ou um curso de uso de tecnologias não-letais, que duram em média três meses, sendo autorizado a receber a bolsa por doze meses. Se ele for tecnólogo, especialista ou mestre, ele fica autorizado por cinco anos, se ele fizer um desses cursos de formação continuada, ele poderá receber por doze meses, tendo que fazer um novo curso a cada ano.

Abrimos a proposta da formação continuada há menos de cinco dias e já temos quinze mil inscritos. Isso significa a disposição dos policiais para revisarem seus conceitos, para se qualificarem, para aprofundarem seus conhecimentos e, quem sabe, contribuírem com uma verdadeira mudança de paradigma na segurança pública do País. Outros cursos: Toxicologia, Entomologia, Medicina Legal, Fonética Forense, DNA. Os agentes penitenciários igualmente estão contemplados, bem como a formação de guardas municipais, pois também queremos incidir diretamente na realidade municipal.

Enfrentamento à corrupção e ao crime. Esses atos normativos já se encontram no Congresso Nacional, pois no dia 20, quando o presidente Lula lançou ao País o Pronasci, ao lado do ministro Tarso Genro, atos normativos já foram para o Congresso: reforma do Código de Processo Penal (quatro alterações significativas para a redução do processo, para que possamos ter uma agilização e a resposta imediata, seja pela condenação ou não); nova lei de lavagem de dinheiro; tipificação do crime organizado. O que é exatamente isso? É tipificar uma conduta que hoje não é tipificada.

Então, é sempre importante referir que todas essas leis, todos esses atos normativos, todas essas ações estruturais, alcançam o País e, portanto, Santa Catarina.

Outras tantas ações: projeto da Polícia Federal para controle de fronteiras - e aqui isso é importante; apoio ao desenvolvimento de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas; campanha do desarmamento; estruturação das Ouvidorias e Corregedorias - isso é no País inteiro, todas as Corregedorias vão ter aporte de recursos, não é uma ação dos onze territórios, é uma ação nacional -; laboratórios contra a lavagem de dinheiro - nós temos prevista a instalação de quatorze laboratórios em quatorze Estados. Então, repito, essas são ações estruturais que alcançam todos os Estados.

Programas locais (a partir daqui há uma certa preocupação e por isso surgiu a dúvida de que Santa Catarina não estaria no Pronasci): Território de Paz; Integração do Jovem e da Família; Segurança e Convivência.

Território de Paz. Temos duas possibilidades aqui: ações de mobilização comunitária e policial, ou seja, nós queremos chegar em áreas conflagradas instalando o Gabinete de Gestão Integrada Municipal - nós sabemos que aqui há gestão integrada estadual, mas queremos nos municípios a serem alcançados pelo Pronasci -, articulando Polícia Civil, Polícia Militar e prefeitura, e esse Gabinete de Gestão irá estabelecer diretrizes para um núcleo de execução do Pronasci, implementando também os conselhos comunitários. A partir daí, com um aporte de recursos do governo federal, serão contratadas equipes multidisciplinares formadas por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, lideranças comunitárias, para que interajam na comunidade identificando famílias em risco, identificando aqueles jovens referidos no itinerário do crime, a fim de que pensemos verdadeiramente numa nova ambiência para a comunidade. Seguem outras ações, mas é importante mostrar agora a exceção.

Ações de mobilização policial com a Força Nacional de Segurança Pública. O que é isso? As autoridades aqui sabem que para entrar no Complexo do Alemão, lá no Rio de Janeiro, ou na Favela da Maré, não é possível pedir licença tão-somente, nós temos que entrar com repressão qualificada, nós temos que entrar com a Força Nacional de Segurança Pública, e faremos isso. Há todo um planejamento em curso para desencadearmos, a partir de 2008, uma ação muito forte nessas áreas, por exemplo, do Rio de Janeiro, mas isso é exceção. Já na Grande Recife nós não temos que entrar com Força Nacional de Segurança.

Lá em Brasília há um debate muito forte promovido pelo jornal Correio Brasiliense, que tem feito uma campanha qualificada com dez, doze edições seguidas, tratando da questão do crime no entorno, e percebem os números: em roubo de transeuntes, lá no entorno de Brasília, nós temos 904 por 100 mil, e no Rio de Janeiro tem 236. Será que a Força Nacional de Segurança tem que entrar no entorno em Brasília? Ou será que a Força Nacional de Segurança tem que entrar no Rio de Janeiro, onde a economia do tráfico determina a violência? Não ocorre isso no entorno de Brasília, não ocorre isso na Grande Recife, não ocorre isso aqui em Florianópolis! Aqui nós precisamos de ações comunitárias, que tenham caráter de segurança, mas também preventivo, para não transformarmos desordem em criminalidade.

Depois do Território de Paz temos o Integração do Jovem e da Família, e aqui há inúmeros projetos que poderiam ser trazidos para Santa Catarina como o Mães da Paz. Esse é um projeto muito caro hoje ao presidente da República, que nos pediu que incidíssemos sobre as mães. Nós fomos estudar, ficamos atentos a isso e identificamos que inúmeros estudiosos defendem, sim, que a mãe é uma instituição que inclusive enfrenta o tráfico. Há exemplos concretos, como o pesquisado pela Marisa Feffermann, que é uma grande estudiosa nessa área, que dão conta que a mãe vai lá na esquina dar um tapa na orelhinha do piá, do guri ou do jovem e o traz para casa diante do traficante. Há inúmeros depoimentos e inúmeras pesquisas que demonstram que a mãe é uma instituição afetiva capaz de nos auxiliar na reversão do crime e da desordem.

Então as mães da paz serão formadas no curso Promotora Legal Popular, um curso de direitos, no qual essas mulheres-lideranças possam conhecer a Assembléia Legislativa, possam ir até o Poder Judiciário, possam visitar um cartório, enfim, possam se integrar à sociedade formal organizada para compreendê-la a fim de que, a partir disso, possam então sentir-se cidadãs.

Essas mulheres-lideranças, a partir do Promotora Legal Popular, com uma bolsa do governo federal, portanto terão um estímulo formal financeiro, passarão a ser mães da paz para, então formadas, buscarem outras mulheres-lideranças e outros jovens para o programa.

Nós precisamos incidir, como é o foco do Pronasci, nesse jovem que hoje busca um espaço na sociedade e ainda não o encontrou; nós queremos, através do Mães da Paz, trazê-los para outros programas. Vou dar um exemplo concreto: a nossa equipe multidisciplinar, orientada pelo Gabinete de Gestão Integrada, desenvolve um plano de comunicação comunitária e começa a identificar inúmeras famílias naquela área conflagrada. Identifica uma mãe com cinco filhos, todos cadastrados através do Pronasci, sendo três menores, um filho apenado, que portanto não está em casa, e um que já se prepara para ser o sucessor do irmão mais velho. O filho apenado, lá no estabelecimento penal especial, terá Brasil Alfabetizado, Proeja, ensino fundamental com qualificação profissional, preparação para o Enem, para que possa no futuro acessar uma bolsa do ProUni, ou mesmo de dentro da prisão estudar através da educação a distância, na Universidade Aberta do Brasil - projeto que os senhores conhecem e que também se originou na passagem do ministro Tarso Genro pela Educação. Então, nós temos ações específicas para aquele jovem apenado.

Remissão da pena por estudo. Hoje existe a remissão da pena por trabalho, mas nós queremos avançar também nesse sentido. Enquanto aquele jovem está sendo assistido no novo estabelecimento penal especial, o irmão, um pouco mais novo, lá com a mãe, terá também uma bolsa para inserir-se no Protejo, que é análogo ao Mães da Paz: a mãe recebe uma bolsa para ser mãe da paz e o jovem entra no Projeto para Jovens em Território de Descoesão Social - Protejo. Ele não vai para o Promotora Legal Popular, mas irá para o curso Promotor Legal Juvenil, que nada mais é do que um curso de direitos para saber que existem leis, que existe escola, que ele tem acesso a esses equipamentos do Estado.

Percebam, senhores e senhoras, que até aí não temos ações sociais exatamente, são programas de segurança pública; não chegamos ainda às ações sociais do governo. Então nós temos inúmeras possibilidades! Queremos a reformulação dos Conselhos Tutelares: são 176 mil conselheiros tutelares e se nós mobilizarmos essa força no sentido de que nos auxiliem trazendo os jovens para o Pronasci, teremos uma verdadeira transformação na comunidade. Hoje o conselheiro ou a conselheira tutelar identifica o delito, o problema, e invariavelmente, no outro dia, encaminha o jovem para onde? Agora encaminhará para o Pronasci, encaminhará para o Gabinete de Gestão Integrada local a fim de que aquela equipe multidisciplinar leve esse jovem para o Protejo, leve esse jovem para um dos cursos de direitos que iremos oferecer.

Programa Saúde da Família. Hoje o ministro Temporão, acolhendo um pedido do ministro Tarso Genro, já prepara os seus agentes comunitários de saúde com uma nova atribuição, que chamamos informalmente de atribuição Pronasci. Agora os agentes comunitários de saúde, senadora Ideli, igualmente irão buscar os jovens, identificá-los, oferecendo também ao Pronasci. É uma grande rede que será proposta: de conselheiros tutelares, de agentes comunitários de saúde, de reservistas, de cidadãos, de jovens oriundos do Serviço Militar e de mães da paz. Nós vamos interagir com toda a comunidade, gerando um constrangimento para o crime e, inevitavelmente, criando uma nova ambiência na comunidade. E aí seguem inúmeros projetos dessa ordem, mas aqui me reservo o direito de não listar um a um, sob pena de não terminarmos esta audiência, uma vez que são 94.

Programa 3: Segurança e Convivência - e aqui é chegado o momento decisivo para a implementação de um novo modelo. Novo modelo de polícia: nós temos Comando Militar, nós temos Polícia Civil, nós temos atores centrais da segurança. Nós precisamos falar, verdadeiramente, em novo modelo, por isso nós temos oitenta universidades que começam a ser articuladas no Pronasci. Quando o grupo de trabalho instalado pelo ministro Tarso Genro foi em busca de bibliografia, não encontrou. Hoje, quantos livros será que temos à disposição para estudarmos a questão de segurança no País? Vinte, trinta, quarenta. É uma bibliografia tímida; não existe uma inteligência para combater o crime suficientemente preparada do ponto de vista intelectual e acadêmico.

Nós nos aprofundamos nesse debate para propor, sim, um novo modelo de polícia que fuja da visão tradicional do radiopatrulhamento. Não é possível mais convivermos com a seguinte situação: dois colegas sentam numa viatura, visitam um bairro, uma vila, uma favela, isso quando entram nessa vila e nessa favela... Nós queremos a polícia de proximidade, num primeiro momento, e temos a utopia de alcançar a polícia comunitária cidadã. Queremos a presença do Estado na comunidade, identificado através da força policial.

Nós sabemos a importância que tem cada um do comando militar, cada agente de segurança. Todos fomos crianças e quantas vezes tivemos orgulho em cumprimentar um policial ao caminhar em direção à escola. As crianças fazem isso até hoje, identificam aquela figura quase como um herói. Precisamos resgatar isso, mas acreditando e não simplesmente acharmos: que sonho maravilhoso, que idéia! Para isso temos recursos, temos 80 universidades articuladas, temos a disposição objetiva não só do ministro, como também do presidente.

Queremos, portanto, um novo modelo de polícia, e queremos crer que todos estarão engajados nessa implementação.

Espaços urbanos reorganizados e equipamentos recuperados. Ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estarão chegando, simultaneamente, às ações do Pronasci. Onde identificarmos uma área conflagrada, que necessita saneamento, habitação, uma praça, iluminação, o Ministério das Cidades, conveniado com o Ministério da Justiça, irá levar essas obras até essa área conflagrada para um processo de reurbanização. Nós queremos transformar aquela ambiência, e para isso é preciso também pensar no espaço público urbano e seguro.

Aqui, é importante referir, quando a gente fala em crescimento econômico, não podemos esquecer que isso também tem que ser desenvolvimento humano. Pelo menos três interditos nos impedem o desenvolvimento na área popular. O primeiro deles é o engajamento cívico, que não há. Será que surgem lideranças populares, hoje, na área conflagrada? Ou lá a liderança popular, invariavelmente, não é o líder do tráfico, que inibe as demais lideranças? Esse interdito tem que ser afastado.

O segundo interdito é a economia popular. É possível abrir um boteco na área conflagrada sem pedir licença para o traficante, sem ter de pagar imposto ou tornar aquele pequeno bar num ponto de drogas? Nós precisamos gerar economia popular também para o desenvolvimento - um segundo interdito que tem que ser afastado.

O terceiro interdito é a educação de qualidade, sabemos. Portanto temos que oferecer esse acesso a todos os nossos jovens e crianças - para tanto o percurso social informativo.

Compreendam o seguinte: instala-se o Gabinete de Gestão Integrada através do Território de Paz; um núcleo de execução igualmente está instalado a partir das diretrizes do Gabinete de Gestão; uma equipe multidisciplinar vai a um plano de comunicação e identifica Mães da Paz, mobiliza os conselheiros e todas as forças organizadas. O jovem vem para o promotor legal juvenil, depois disso tem que seguir ou para o Brasil Alfabetizado, ou para o Projea, ou para um curso preparatório do Enem. Aí iremos conduzi-lo para um programa do governo, e não só do governo federal, se aqui em Santa Catarina houver um trabalho qualificado do governo do Estado ou dos municípios, podemos destinar esses jovens a esses programas locais de Santa Catarina. Tudo isso estará orientado sob a nossa avaliação - e se precisarem recurso, percebam bem, iremos aportar recursos para aumentar o número de vagas no Brasil Alfabetizado. Se em determinada região, aqui em Florianópolis, tem mil alunos do Brasil Alfabetizado, mas identificamos 100 jovens, vamos pagar pelos 100 jovens, aqueles identificados anteriormente, em conflito com a lei, para se inserirem nos programas educacionais do governo.

Além disso, na cultura. Pontos de cultura: 308 pontos de cultura serão imediatamente implementados semana que vem. É isso, né Celso? Agora, nesta semana, quarta-feira, o ministro Tarso Genro e o ministro Gilberto Gil assinam um termo de cooperação diante do presidente, para que tenhamos esses 308 pontos de cultura oferecendo a possibilidade de arte e convivência aos nossos jovens, bem como os museus comunitários. Na área conflagrada vamos ter um museu, não com a foto do Dom Pedro I ou do II, nós vamos ter a foto das lideranças populares, do espaço onde não havia praça para depois ter uma foto do espaço reurbanizado agora com praça, para que surja identidade naquele local, para que a comunidade se sinta cidadã verdadeiramente com inclusão digital, com esporte e lazer na cidade. A gente lê "esporte e lazer na cidade" parece uma chamada de panfleto fazendo propaganda. Por trás disso tem um projeto que vai plantar uma quadra multiesportiva, para que o jovem, com um professor de Educação Física, possa preparar-se no momento em que não estiver estudando. Isso é ligado também ao Ministério do Esporte. Na sequência segue o percurso social e formativo.

Chegando ao final da nossa apresentação, temos a mostrar o modelo de gestão do Pronasci, que é formado por: Conselho do Pronasci (ministro da Justiça e parceiros); Comitê gestor (ministro da Justiça e seu secretariado); Secretaria-Executiva do Pronasci, com o necessário acompanhamento federativo e com a Ouvidoria, para a atenção social sempre estar presente; Gestão Orçamentária e Financeira; Gestão de Execução e Convênios; Gestão de Projetos; Gestão de Comunicação Social; Gestão de Monitoramento e Avaliação.

A Fundação Getúlio Vargas está conveniada conosco e irá monitorar e avaliar todo o processo, com dois índices: de uma parte, um índice que incida sobre os projetos do Pronasci; de outra parte, um índice que avalie o impacto no contexto, a partir da política pública que o Pronasci irá implementar. Chegamos ao Gabinete de Gestão Integrada, com três representantes do Estado, três do município, um do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, o núcleo de execução e o necessário monitoramento. Vamos alcançar aqui, na cidade, essa gestão.

Para assinarmos os convênios têm condicionalidades: a garantia do Gabinete de Gestão, o seu funcionamento, a infra-estrutura (se tem uma contrapartida a ser oferecida pelo Estado ou pelo município, são duas ou três salas apenas para que ali se instale o Pronasci), os conselhos comunitários (onde não houver nós temos que implementá-los). Ali tem um dado importante, compartilhamento das ações. O ministro Tarso Genro tem dito: não há ineditismo nos 94 projetos, há ineditismo no esforço de articulação dos 94. Mas se chegarmos aqui em Santa Catarina e identificarmos programa similar ao Mães da Paz, como ocorre, por exemplo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, através da Cufa (Central Única de Favelas), que tem o projeto Ramona, que é semelhante, traz mulheres para um curso de direitos, nós queremos compartilhar ações. Vamos aportar recursos e potencializar o que o Estado já faz, o que o município já produz. Seguem outras tantas condicionalidades, e podemos chegar aos nossos parceiros.

Observem todos os Ministérios envolvidos: Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Trabalho e Emprego, MDS, Cultura e Esporte, Cidades, Secretaria Nacional Antidrogas (não fiz alusão explícita aos quatro projetos de combate às drogas, são 94, como eu disse, mas a nacional está conosco), Secretaria de Juventude, de Relações Institucionais, de Direitos Humanos, Sepir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), de Políticas para Mulheres, Caixa Econômica Federal e Fundação Getúlio Vargas. São os dezenove parceiros iniciais do programa que irão nos possibilitar a aplicação desses investimentos, R\$ 483 milhões, descontingenciados.

No dia 6 de março, numa reunião com o presidente Lula, articulada pelo ministro Tarso Genro e todos os governadores, quando o ministro estava na Relações Institucionais, foi firmado o seguinte compromisso: não haverá mais contingenciamento para a área de segurança, pois os R\$ 483 milhões estão descontingenciados para que possamos aportar recursos imediatamente em todos os Estados. Depois segue R\$ 1 bilhão 406 milhões/ano, totalizando R\$ 6 bilhões 707 milhões para a segurança pública no País. Esses valores não incidem sobre o orçamento ordinário do Ministério da Justiça, sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre o Fundo Nacional do Departamento Penitenciário, não incidem, são acrescidos R\$ 6 bilhões 707 milhões para a segurança pública do nosso país. Com isso, temos a convicção de afirmar que é possível pensar, sim, no reposicionamento do Estado brasileiro no que diz respeito à segurança. A mudança de paradigma será construída por todos nós. E mais do que isso, com engajamento de Estados e municípios verdadeiramente poderemos levar a República para onde ela ainda não chegou.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Ronaldo Teixeira da Silva, chefe-de-gabinete do ministro da Justiça e secretário executivo do Pronasci.

Nossos agradecimentos também a todos os nossos telespectadores da TVAL que nos acompanham, pois esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Estado.

Abriremos espaço agora aos demais membros da mesa, para sua manifestação. Então, com a palavra a senadora Ideli Salvatti, que já tem outro compromisso. Agradecemos a sua presença.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) - Queria cumprimentar todas as autoridades que compõem a mesa, na pessoa do nosso deputado Dirceu Dresch, do deputado Sargento Amauri Soares, chegou também o deputado Décio, e de forma muito carinhosa o, como eu o conheço. Por isso ele foi tão didático aqui na exposição do Pronasci, representando o Ministério da Justiça.

Quero dizer que estamos com uma atenção muito especial para esse programa sob vários aspectos. O professor Nado colocou de forma clara que não temos grandes novidades. Talvez a maior novidade desse programa seja fazer uma junção de duas idéias que se tem sobre segurança, que não vamos chegar a lugar nenhum se elas continuarem separadas. Você só pode ter segurança fazendo repressão ao crime, não tem jeito. Quem está destinado para o mal ou quem está com a idéia colocada para fazer o mal, não tem jeito, tem que reprimir. A outra questão é que você não pode dar espaço para que o mal se propague. E você só pode não dar espaço para o mal se propagar se tiver políticas públicas para não permitir que se facilite a vida para o mal.

Então, durante muito tempo a gente ficou nessa dualidade: Não, a gente só resolve com mais polícia, com mais armas, com mais repressão, com mais cadeia e tal. E outras pessoas dizendo: Não, se a gente não der mais escolas, mais trabalho, mais saneamento, mais habitação... Ou seja, é impossível resolver o problema da segurança ficando só na repressão ou só na política pública, tem que conjugar as duas questões, e acho que o programa faz isso. A grande novidade é fazer essa conjugação. E fazer essa conjugação seja a coisa mais inovadora para um programa de segurança.

É impossível você enfrentar a questão no qual o crime se instala de forma organizada, como um poder alternativo ao Estado, sem que a comunidade seja parceira. Você não se rebela, você não consegue enfrentar o crime organizado numa comunidade, no qual o crime organizado controla a comunidade. E você não consegue fazer isso só de fora para dentro. Se você não tem apoio, se você não tem dentro da comunidade quem ajude, quem indique, quem aponte, quem articule, quem faça o trabalho ali no cotidiano, a força de repressão externa e até a própria política pública não chega, não consegue chegar. Então essa questão das Mães da Paz, de identificar os jovens, de colocar a comunidade como parceira, é fundamental.

Por último, gostaria de dizer que estamos mobilizados, e inclusive antes do lançamento do Pronasci fizemos uma importante reunião lá no Senado, com vários senadores, para que a gente possa agilizar os projetos. É uma série de projetos que já estão tramitando no Congresso Nacional e outros que foram enviados no dia que o presidente Lula assinou todas as medidas do Pronasci. É um volume grande, é mais ou menos o equivalente... Nós tivemos a primeira leva dos projetos do PAC, agora estamos na leva dos projetos da Educação e vamos entrar na leva agora dos projetos da Segurança.

Estamos mobilizados lá, inclusive eu coordeno um grupo de trabalho na Comissão de Constituição e Justiça para agilizar a reforma do Código de Processo Penal. Nesta terça-feira, viu Nado, vamos ter a apreciação, pela Comissão de Constituição e Justiça, de três projetos importantes que já vão agilizar, porque o que o presidente mandou está na Câmara. Então vamos fazer um movimento de ir ao encontro, o Senado se antecipa e a Câmara agiliza para ver se até o final do ano a gente consegue aprovar todos os projetos para que o Pronasci tenha, no aspecto legal, nas mudanças legislativas, a condição para que ele possa ser implementado integralmente.

Para nós isso é muito importante, e a gente sabe que sem as alterações da lei... Por exemplo, uma coisa óbvia, se tem remissão de pena por trabalho e nós vamos dar condição de estudo, tem que ter remissão de pena por estudo, até para incentivar as pessoas a se aperfeiçoarem, a se profissionalizarem e estudarem, para quando saírem da cadeia ter alternativas de vida que todos nós queremos que as pessoas tenham.

Quero parabenizar a Assembléia Legislativa por estar trazendo o Ministério e poder fazer o debate com todas as forças que atuam na área da Segurança aqui no Estado, e dizer que estamos muito empenhados em fazer uma boa partilha daqueles equipamentos do Pan-Americano. Além das viaturas (que nós queremos subir um pouco mais além das que já estão previstas), nós não saímos do páreo do helicóptero. Até porque, não sei se todos sabem, a equipe de Santa Catarina que foi para o Pan deu um show, principalmente o pessoal da área dos bombeiros que trabalhou na... Eu disse ao ministro Tarso Genro que nós fizemos por merecer um dos quatorze helicópteros, porque não teve ninguém no País que tenha demonstrado maior capacidade para poder utilizar bem esse equipamento do que a rapaziada aqui de Santa Catarina que foi contribuir na segurança do Pan-Americano.

Então, Nado, reforce lá com o ministro Tarso Genro, o que eu já disse a ele: Santa Catarina merece por tudo, mas principalmente pela equipe maravilhosa que tem na sua segurança e que demonstrou isso lá no Pan.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, senadora. Também quero agradecer pelo esforço que tem feito o seu gabinete para termos hoje aqui a grata presença do Ronaldo - professor Nado, como o chamam -, que fez uma brilhante apresentação. Obrigado.

Nós temos aqui um conjunto de lideranças presentes, então rapidamente vamos fazer o registro: vereador Márcio de Souza, de Florianópolis; tenente-coronel PM Fred Harry Shauffert, comandante da 1ª Região Policial Militar da Grande Florianópolis; tenente-coronel da Brigada Militar Carlos Augusto Knih, neste ato representando o comandante do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina; tenente Camila Godinho de Bona, neste ato representando o comandante da Base Aérea de Florianópolis; senhor Nauro José Ballok, do Fórum Permanente de Segurança Pública da Unisul; senhor Itamar Pedro Bevilaqua, coordenador do curso superior de Segurança Pública da Unisul; senhor Gilberto Jorge de Lima, presidente do Sindicato dos Policiais Federais; senhor Sálvio Martins, neste ato representando o Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes; senhor Hélio Gama do Nascimento, do Conselho Comunitário do município de Tijucas; senhor Luiz Carlos Senna, coordenador do projeto Estampa Livre; senhor Clésio de Luca, coordenador da Pastoral Carcerária Padre Ney Brasil Pereira; tenente do Exército João Carlos Rosalis Valter, neste ato representando o comandante da 16ª Circunscrição do Serviço Militar (CSM); senhora Neandra Flores, assessora jurídica, neste ato representando o vereador Rogério de Lima; e senhor Ildo Rosa, neste ato representando o prefeito de Florianópolis.

Passamos a palavra ao senhor Dejalir Vicente Pinto, neste ato representando o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet.

O SR. DEJALIR VICENTE PINTO - Bom-dia a todos e a todas. Saúdo o presidente da mesa, deputado Dirceu Dresch; a nossa senadora Ideli Salvatti; os demais deputados e autoridades aqui presentes.

É evidente que o Pronasci é encarado por nós numa situação bastante dúbia: se nos envaidecem, por um lado, os critérios pelos quais Santa Catarina não foi incluída nesse primeiro momento, também é evidente que a gente sempre tem um anseio e uma expectativa muito grande na captação de recursos do governo federal, até porque é o maior ente arrecadador do País.

Eu exerci várias funções dentro da Secretaria, dentre elas a mais importante, como secretário de Segurança no ano passado, e mesmo antes, como diretor-geral, e percebi, ao receber lideranças políticas e comunitárias, que existe uma trilogia muito focada, eu digo até doentia, na questão da segurança pública, porque se reverte em pedir viaturas à Polícia e vagas em cadeia - normalmente desde que a cadeia não seja construída no próprio município; pode ser construída no município ao lado, o mais distante possível, mas nunca no próprio município. Nós procuramos focar e aprender nesse período que há discussões muito mais abrangentes e profundas. Eu acho que nesse sentido o Pronasci vem oferecer esse novo patamar de discussões para a sociedade.

Saber que nós temos deficiência no número de policiais, nós sabemos, não é, coronel Eliésio? Precisaríamos pelo menos de mais 4 mil policiais militares no Estado hoje, mais 2 mil policiais civis, mais 500 agentes prisionais e outros técnicos na área de segurança. Todo mundo sabe disso aí. O que eu vejo é que há uma resistência muito grande da sociedade em encarar essa questão dentro daqueles princípios que, de certa forma, estão norteados dentro do programa que se propõe nesse momento.

Temos exemplos muito claros, muito evidentes nesses últimos dois anos aqui em Florianópolis. Lamento até a ausência aqui do padre Wilson Groh, pelo programa que ele coordena. E a Secretaria cedeu um espaço importantíssimo para a execução de parte desse programa, que é no antigo prédio da Polícia Técnico-Científica, área do Instituto Geral de Perícias, para que pudesse institucionalizar várias oficinas de trabalho para aqueles jovens do Maciço. E hoje, muito mais que do Maciço, há 16 comunidades carentes ali, para construir uma nova realidade - e a gente percebe que tem, sim, uma influência muito grande, na questão da segurança pública, na redução inclusive dos índices de criminalidade promovidos aqui na nossa Capital e também já na região da Grande Florianópolis.

Esse é o grande mérito do programa. Eu acho que a questão de verba ainda é tímida, nós poderíamos prever muito mais recursos - e é natural que todos peçam mais recursos. Nós sentimos, nos últimos quatro anos, e isso é fato, que houve uma redução, sim, no contingenciamento permanente das verbas inicialmente previstas no Orçamento da União, e sempre reduzidas. E postularia que esses projetos pudessem ser logo no início do ano para mandá-los à execução. E invariavelmente, como tem acontecido nesse momento, os projetos ficam lá para o mês de setembro, tem que ser desenvolvidos ou modificados na correria para que a gente possa captar um pouco dos recursos que têm sido disponibilizados.

Então nós precisamos, sim, de ações objetivas, concretas. Precisamos mudar o norte da discussão. Isso que eu vejo como mais importante no Pronasci nesse momento, exatamente redimensionar essa discussão. Eu não preciso receber ninguém na Secretaria, não precisava dizer que precisava mais efetivo no município, mais viatura, isso todo mundo sabe. Agora, quando ofertava sempre uma cópia do projeto do padre Wilson Groh, que é voltado para as ações sociais no Maciço do Morro da Cruz, para que fossem executadas lá, eu tenho a impressão que havia certa resistência das pessoas.

Hoje nós temos um outro elemento, uma outra ferramenta que está sendo muito cobrada como uma solução dos problemas que enfim motivam, que são causadores da criminalidade, que é o monitoramento eletrônico. Então agora o pessoal quer, além de viaturas e polícia na rua, também o monitoramento eletrônico. Seria maravilhoso se fosse essa a grande solução para os problemas motivadores dos aumentos da criminalidade, da violência em si. Mas o importante exatamente são os postulados iniciados que estão constando do programa, que esperamos tenha uma participação efetiva da sociedade, do governo federal evidentemente, do Estado, das comunidades, dos municípios, mas, sobretudo, das comunidades mais próximas à violência.

Ainda ontem vi uma matéria sobre o filme 'Tropa de elite', que enfoca também um elemento motivador muito grande da criminalidade, que é aquele que não está na periferia, não está no morro, mas está na chamada área de asfalto, que nós chamamos os prédios, que são os maiores consumidores de drogas que estão por aí, e que é a grande força motriz da criminalidade. Então, não podemos olhar só periferia, porque acabamos criando um certo olhar de hipocrisia talvez, até porque o grande problema não está lá, está em outros locais. E esse problema evidentemente não vai constar do Pronasci, que não é o programa voltado para esse segmento, mas com certeza é um segmento que muito fortalece a atividade criminosa da periferia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, senhor Delair Vicente Pinto, que neste ato representa o secretário de Segurança Pública de Santa Catarina.

Para esta atividade se tornar realidade nós tivemos aqui um trabalho importante de toda a nossa assessoria da Comissão de Segurança Pública; como também o senhor Edison Teceli contribuiu decisivamente para este evento. Nós vamos ter disponível o relatório desta audiência pública, e para isso temos toda a nossa equipe à disposição, o que agradecemos. Então, os interessados poderão ter acesso ao relatório da audiência no nosso gabinete ou mesmo na Casa.

Abriremos espaço agora para os demais membros da mesa que queiram fazer uso da palavra, porém pedimos, encarecidamente, que sejam breves para a plenária também participar e aproveitarmos ao máximo o nosso palestrante sobre o programa. A nossa equipe estará fazendo as inscrições ou recebendo as perguntas por escrito.

Deixamos livre a palavra aos interessados em fazer uso da palavra ou perguntas sobre o tema.

Com a palavra o deputado Sargento Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quería cumprimentar a senadora de Santa Catarina Ideli Salvatti, que nos honra e fortalece as nossas demandas com a sua presença. Por certo temos demandas a serem encaminhadas ao Ministério da Justiça e a sua presença com certeza fortalece as nossas teses.

Cumprimento também o doutor Ronaldo Teixeira da Silva, representando o Ministério da Justiça; o nosso companheiro Dirceu Dresch, presidente desta Comissão; o deputado Décio Góes; o coronel Dejour Vicente Pinto, representando o secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão; o coronel Ellésio Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar; o promotor Fabiano Henrique Garcia, representante do Ministério Público; o nosso companheiro Luiz Ademir Paes, representando a Polícia Rodoviária Federal; a senhora Rosa Ribas Marinho, representante da OAB; demais autoridades aqui presentes; a imprensa; dirigentes políticos e representantes de movimentos sociais, cito o presidente da Aprasc, nosso companheiro Manoel J. Costa, agora 3º Sargento; todas as autoridades, quase todo mundo aqui é autoridade, fica difícil para nominar porque a gente tem o convívio com todos ao longo de todo esse tempo.

Quero ocupar pouco tempo, presidente, mas não poderia deixar de fazer algumas reflexões. Nós também somos defensores do "e" ao invés do "ou", que separa a ação policial da ação do Estado, da ação social e da ação de governo, nas outras áreas de atuação do Estado. Não dá para separar, mas infelizmente tem andado separado, talvez na maior parte das vezes, ao longo de toda a nossa história. É preciso que mudemos as concepções, além de alterar as quantidades. E nesse aspecto estou de acordo. Não basta viatura, equipamento, efetivo, mais delegacia, mais quartel, não basta, embora isso seja necessário. De acordo com o coronel Dejour, e todos nós aqui sabemos, está faltando efetivo, equipamento, viatura, quartel, mas é preciso que mudemos as concepções. Parabenizo a ação do Ministério da Justiça por abordar a questão dessa forma. Temos visto na nossa sociedade as coisas de forma dicotômica, ou a gente vai lá e reprime, ou então a ONG vai lá e faz assistência social, ou caridade, ou sei lá qual o nome que se possa dar.

As duas coisas são necessárias, é preciso que o Estado apresente as condições para que tenha a confiança da população com relação ao potencial do Estado; e é preciso que as mães, os pais, a juventude, que as pessoas em geral possam confiar no Estado como ente a lhe preservar a possibilidade inclusive de falar a verdade, de dizer o que sabe. Se não tivermos esse suporte, a ação das instituições de segurança fica esporádica, especificamente da polícia, e, via de regra, vai ser denunciada como uma ação violenta, porque é preciso a gente entender também que não dá para dialogar tomando chimarrão ou café com quem está segurando uma arma na mão.

A gente tem visto, e por certo vai ver ainda (mas é bom trabalhar na perspectiva de se ver cada vez menos), denúncias contra a violência da polícia. E não vai ser diferente enquanto a única instituição do Estado que vai chegar a determinadas áreas da sociedade for a polícia. Se não chegar [a essas áreas] a escola, a saúde, a assistência, o emprego principalmente, sempre que a polícia for lá e atuar como tal, inclusive atuar como polícia de forma regular, legal e normal... Porque a situação vai ser de choque, há uma ausência do Estado, e quando entrar, tem de entrar usando da força!

Sou também, e não tenho nenhuma dificuldade de dizer, pelo contrário, defensor dos direitos humanos, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante inclusive o direito humano do policial agir em legítima defesa, inclusive atirar em legítima defesa. Isso também está lá na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Não estou dizendo que não existe abuso de autoridade, abuso de poder, que não existe, nunca existiu e nunca vai existir a violência desnecessária, não estou afirmando isso, eu estou afirmando que é preciso entender e separar em que condições as coisas acontecem, em que situação as coisas acontecem.

O policial não vai poder entrar, conversar e negociar - todos os policiais sabem disso - com quem está com a arma na mão. Está constituído um Estado paralelo, o termo que foi usado aqui, e na prática é isso que está estabelecido em algumas regiões, inclusive no nosso Estado.

É preciso que as ações de polícia tenham o suporte das ações sociais. Deveria ser o inverso, tem as ações sociais e de vez em quando, esporadicamente, como as ações não deram jeito, é necessário o uso da polícia. Mas em boa parte das nossas regiões, dos nossos bairros etc. é o contrário, você tem quem entrar com a polícia, porque senão os outros trabalhos também não funcionam, a não ser que seja para fazer pacto com o traficante. Acho que não interessa, para resolver o problema da violência, o pacto com o traficante.

Então, vamos ter que entrar muitas vezes com o uso da força, para depois estabelecer uma relação na qual o Estado dê suporte, esteja presente e tenha confiança. Só que para adquirirmos a confiança da sociedade vai ser preciso inclusive algum tempo de ação.

Quería abordar especificamente duas questões, para a gente também tomar cuidado para a ação do trabalho do Ministério da Justiça não ser focalizada. É preciso agir no território nacional em seu conjunto, é preciso agir nos Estados em seu conjunto. Não dá para estabelecer uma região de atuação deixando as outras de fora. Vai resolver por algum tempo enquanto perdurar essa ação naquele local, e depois vai transportar o problema para outro, ou seja, tão logo cesse, o problema volta.

A questão é estrutural, da sociedade e seu conjunto, precisa ser atacada de forma permanente, não apenas local e esporádica. Se a ação for nesse sentido, é aí que a gente precisa trabalhar e agir, senadora Ideli e demais colegas parlamentares, para que tenhamos um mínimo constitucional a ser investido em segurança. Porque daqui a cinco anos pode acabar a ação, o recurso; pode ter outras prioridades ou a criminalidade de repente dá uma amainada, passa a não ser mais o foco das preocupações sociais, e deixemos que volte.

Então, é preciso que a gente pense em estabelecer medidas legislativas e legais que possam garantir recursos necessários para a área de segurança pública, tanto em nível federal, como aqui no Estado temos feito essa discussão, esse trabalho, ou seja, o mínimo que deve ser e teria que ser aplicado todos os anos em segurança pública, assim como tem para a educação e saúde, que é justo que tenha, embora pouco. Precisaríamos também estabelecer na Constituição Federal isso para a segurança pública.

Para finalizar eu gostaria de abordar dois pontos num só: na alvissareira, não é novidade para nós que os policiais e agentes de segurança pública em geral têm desejos, vontade, querem se qualificar e querem estudar.

As notícias que têm saído, por conta do Pronasci, já têm nos trazido questionamentos. Os nossos companheiros no Estado inteiro querem saber como se faz para ter uma bolsa de estudo, como se faz para participar do programa de habitação. Ao mesmo tempo é uma alegria perceber que esses programas estruturais não estão restritos àquelas duas regiões metropolitanas. Nesse sentido, a satisfação de poder debater e noticiar isso.

Falando da questão da habitação, nós, militares, não temos FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), portanto temos que ir amontoando o nosso salário para poder comprar o terreno e construir a casa, não temos outra forma. Um programa que possa garantir que o policial...

Outra questão que eu gostaria de comentar com as autoridades presentes é que não resolve, não satisfaz a necessidade dos policiais de Santa Catarina esse programa de construção de condomínio para policial. Não resolve! Primeiro, porque isso só pode ser feito nas grandes cidades, e a maioria do nosso pessoal não está nas grandes cidades; e, segundo, porque não atende os interesses específicos. Por que cada um de nós vai ter que morar num caixote do mesmo tamanho, numa casa do mesmo tamanho, padronizada? Por que não podemos ter condições de financiamento para reformar a casa onde moramos, comprar um terreno no bairro que queremos e temos condições de comprar? É importante que o policial more dentro da sociedade. Há alguns anos falavam que seriam criados condomínios para policiais por causa do aumento da violência. Seria um absurdo. A polícia sairia do tecido da sociedade, se protegeria, se esconderia, se preservaria, vamos dizer assim, só sairia dali para...

(A senadora senadora Ideli Salvatti manifesta-se fora do microfone: "E aí vira alvo fácil!")

Então, não tem como trabalhar nessa perspectiva do condomínio para policiais.

Eu penso que é fácil resolver, só não entendo por que ainda não se resolveu.

O servidor público vai até uma agência da Caixa Econômica Federal, por exemplo, estabelece uma relação com o gerente ou com o gerente de habitação e faz um negócio, vai pagar com desconto em folha de pagamento em dez anos, quinze anos, vinte anos. A maior dificuldade que vejo é a taxa de juros, porque esse tipo de negócio para a instituição financeira, para o banco, não tem quase risco nenhum. Qual o risco desse negócio para o banco? É aquele servidor que vai sair da corporação, da instituição, vai deixar de ser servidor ou falecer. É o único risco de perda. Portanto, a taxa de juro pode ser a menor possível, de preferência, que seja financiada pelo Estado.

Tenho duas perguntas específicas para fazer ao Ronaldo, representante do Ministério da Justiça.

É possível estabelecer esse tipo de convênio, por exemplo, com a Caixa Econômica Federal, fazer desconto em folha? Claro que tem um limite que ele pode empenhar do salário, tem um limite máximo, a partir disso, que ele possa auferir empréstimo, financiamento, que tem as questões legais, se vale para comprar terreno, se vale para construir no terreno do pai. Tudo isso tem que ser discutido. É possível fazer isso? Por que não aconteceu ainda? Quando pode acontecer?

Quanto à questão das bolsas de estudo, que podem ir de R\$ 400 a R\$ 800, é possível o policial ou o bombeiro, que mora em Saudades e faz, por exemplo, curso de Direito em Palmitos, receber a bolsa de estudo para abater na mensalidade? Ou essas bolsas são somente para esse curso específico de tecnólogo na área de segurança? E onde tem o curso, porque essa é outra dificuldade, vai ter para o policial de Saudades ou é só para Florianópolis, para Chapecó?

Era isso. Estamos à disposição para continuar debatendo e difundindo essa política de interesse da segurança pública, de interesse da sociedade e de interesse específico dos servidores em segurança pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado Sargento Soares.

Com a palavra o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Bom-dia a todos.

Quero saudar os membros da mesa, o presidente da Comissão, deputado Dirceu; o deputado Sargento Soares; o representante do governo federal, o Ronaldo; a nossa senadora Ideli, que está saindo, que tem tido uma atuação importante no Estado, não tem recursos neste Estado, não tem relação importante entre o governo federal e o Estado que ela não esteja junto; o representante do governo estadual, do secretário da Segurança, da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária, enfim, todas as autoridades e agentes da Segurança Pública de Santa Catarina; os profissionais da educação, sindicais, comunitários, movimentos sociais; e o nosso ex-ministro Fritsch.

Que bom que Santa Catarina não esteja entre as onze regiões metropolitanas críticas do País, porque se aqui já é difícil viver em relação à segurança, imaginem em regiões, lugares com índices dez vezes mais graves.

Acho que o programa tem um enfoque interessante, um tratamento de choque emergencial para essas regiões e um tratamento preventivo para todo o Brasil. É importante que a gente não se esqueça que hoje, segundo a Constituição, a tarefa da segurança pública é de responsabilidade do Estado, o governo federal está sendo um dos parceiros.

Considero pouco o que se investe no Estado em segurança. Investir R\$ 50 milhões por ano, como foi investido em 2006, igual se investe em propaganda e *marketing*, acho muito pouco. Mas como diz o deputado Sargento Soares, é importante a idéia da integração. A gente precisa quebrar essa cultura de que no governo federal cada Ministério se ache um governo; no governo estadual cada Secretaria se ache um governo do Estado, e aqui, pela quantidade de Secretaria que tem, ainda essa cultura pode prejudicar bastante, ou cada secretaria municipal se achar uma prefeiturinha, o que, infelizmente, é bem comum.

Tive a experiência de ser prefeito da cidade de Criciúma, de 2000 a 2004, e um dos programas que mais me ensinou, mais deixou resultados positivos e mais me deu satisfação foi o programa Prefeito Amigo da Criança. Ele nos ensinou a trabalhar integradamente todas as Secretarias, de Saúde, de Desenvolvimento Social, de Educação, de Obras, enfim, todas mostraram que precisam trabalhar em conjunto, e isso otimiza recursos, racionaliza ações, e a população é que sai ganhando.

Com essa integração que promovemos com o programa Prefeito Amigo da Criança, e colocando os programas sociais em cima de situações e de parâmetros realmente críticos, em parceria, inclusive, com a Polícia Militar lá em Criciúma, conseguimos reduzir bastante os índices de violência. A redução foi bastante significativa, inclusive reconhecida oficialmente pelas planilhas.

Isso mostra que a linha do Pronasci é interessante. Eu acredito que o programa é uma proposta extremamente viável - já vivi uma experiência semelhante -, obriga todos a caminharem no mesmo sentido, força a União, os Estados e os municípios a terem uma ação conjunta em relação à segurança pública, e, tenho certeza, vai dar resultado.

Então, parabéns ao Ministério da Justiça, ao doutor Ronaldo Teixeira, aqui representando o ministro Tarso Genro. Eu tenho certeza de que o programa vai dar certo. Agora, precisamos todos acreditar e pegar junto, esse é o nosso grande desafio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado Décio Góes.

Com a palavra o senhor Fabiano Henrique Garcia, promotor de Justiça, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

O SR. FABIANO HENRIQUE GARCIA - Bom-dia a todos.

Inicialmente eu gostaria de saudar os membros da mesa na pessoa do deputado Dirceu, presidente desta sessão, e todos os demais deputados e autoridades aqui presentes, o representante do ministro Tarso Genro, o representante da OAB, os senhores deputados, os policiais militares e civis, a imprensa, enfim, todas as pessoas que estão participando desta audiência pública.

Eu fico feliz em ver a explanação do representante do Ministério da Justiça. Vejo que o nosso país está começando a projetar, a médio e longo prazo, projetos que visam combater uma das causas da criminalidade, uma das causas da violência, que é a questão da falta de políticas públicas sociais.

Isso é muito importante, porque combater a criminalidade não é exclusivamente prender as pessoas que estão diretamente envolvidas nos crimes. Então, ao ver esse projeto, o Pronasci, que é de uma amplitude muito grande, o Ministério Público e a sociedade, tenho certeza, ficarão felizes com essa perspectiva, a perspectiva de ver um projeto a médio e longo prazo, e é uma coisa que nós temos, como brasileiros, que amadurecer cada vez mais.

O político ocupa temporariamente um espaço administrativo. Ao sair, temos que amadurecer essa visão de dar seqüência aos projetos para que tenham eficácia e resultado. E esse projeto tem uma perspectiva muito boa. Se vai dar certo ou errado, isso só o futuro vai dizer. Mas se nós não acreditarmos nesse futuro, como podemos buscar as soluções?

Entretanto, o que me preocupa um pouco, não querendo ser crítico, são as políticas em curto prazo, porque muito embora a gente reconheça que Santa Catarina figura na ponta de baixo desse cenário de criminalidade no País, graças a Deus, fruto dessa violência não ter chegado aqui ainda, nós enfrentamos algumas questões polêmicas que devem ser refletidas.

E fico triste, numa audiência pública como esta, em que os nossos deputados, tão preocupados com essa situação, levam ao nosso Estado esse problema, marcam uma data para discutir isso, ver cadeiras vazias. Este plenário deveria estar lotado não só pelos órgãos públicos aqui representados e várias ONGs, mas pela comunidade como um todo, porque esse problema é tanto das instituições públicas como do povo.

Como já disse, fico triste em ver alguns espaços vazios aqui, lamento isso, mas, ao mesmo tempo, fico contente pela iniciativa do nosso Legislativo - vejo aqui os representantes diretamente envolvidos com a segurança pública, vários policiais militares e civis, deputados e representantes do governo federal.

Agora, dentro dessa política pública, vejo a preocupação com o bem-estar do policial militar, com a perspectiva de oferecer algo mais, projetos de financiamento de casa própria, de estudo. Dentre várias coisas positivas, uma das que mais me marcou foi essa perspectiva, porque a gente sabe que é triste o policial civil e o policial militar trabalharem o dia inteiro, enfrentando as situações como enfrentam. A gente sabe que existem policiais que não têm esse comprometimento, mas a grande maioria tem, trabalha, se dedica, veste a camisa e se preocupa com a segurança pública do cidadão, e dentro da realidade do salário que recebem e das dificuldades que enfrentam. Fico feliz de ver essa mão estendida do governo federal abrindo uma perspectiva de melhorar.

Este é um ponto positivo que eu gostaria de registrar aqui, mas, em contrapartida, não querendo ser polêmico, a preocupação que tenho também, e tenho certeza de que isso deve estar sendo tratado em nível estadual e federal, é com esse aparato de suporte, porque não adianta a gente ter um financiamento para o policial civil e militar, casa e estudo, e de repente não ter uma estrutura adequada. Vou dar o exemplo da realidade que a gente vê em Santa Catarina: poucos são os policiais militares e civis que atendem ocorrências usando um colete à prova de balas. A gente sabe! Nas comarcas que passamos, vimos que tem um, dois, três, quatro, cinco coletes apenas, e o bom policial enfrenta aquela situação sem o aparato adequado.

Também nos preocupa, vendo o lado do preso, a realidade do nosso Estado, que não é das piores, mas é muito triste a quantidade de presos. Isso tem sido noticiado, a gente tem acompanhado. A Secretaria da Segurança tem se esforçado para solucionar os problemas. Nós recentemente estivemos em Itajaí participando de uma reunião com promotores, juizes, representantes da OAB, da comunidade local pelo excesso de presos que tem no presídio. Mas é um problema em curto prazo, e nós temos que olhar com mais carinho, refletir um pouco. Não estou querendo condenar nenhum governo, porque isso é uma coisa histórica no nosso país. Infelizmente, por nunca ter sido combatida de uma forma adequada, ela tem cada vez mais tomado dimensões.

Então, ao mesmo tempo em que registro com muita felicidade o Pronasci, como brasileiro que sou fico feliz em ver esse projeto em médio e longo prazo, gostaria de registrar a preocupação com essas duas realidades que estão aqui na nossa cara, que é a falta de estrutura dos policiais civis e militares e a falta de espaço adequado para os nossos presos.

Muito obrigado pelo convite. Era isso que gostaria de deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, doutor Fabiano.

Com a palavra a senhora Rosa Ribas Marinho, neste ato representando a OAB/SC.

A SRA. ROSA ÂNGELA SILVA RIBAS MARINHO - Em nome do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina, doutor Paulo Roberto Borba, quero cumprimentar o deputado Dirceu Dresch pela excelente idéia desta audiência pública; o Itamar Bevilacqua, que também é representante do Fórum Catarinense de Segurança Pública, do qual a OAB se faz presente, e os demais membros da mesa.

Queremos agradecer pelo convite e parabenizá-los por esse projeto que é meritório, que, esperamos, não fique nas palavras, não seja uma utopia, que se traduza em ações reais.

Eu não ouvi falar em penas alternativas. Na Ordem dos Advogados do Brasil, na Comissão de Direitos Humanos, discute-se a Central de Penas Alternativas já não é de hoje. É preciso que isso se torne realidade para que os juízes possam aplicar as penas não somente de restrição de liberdade, mas de apoio à comunidade, serviços comunitários - são várias as opções.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Agradeço à senhora Rosa Marinho Ribas, que neste ato representa a Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina.

Como não temos mais nenhuma inscrição dos membros da mesa, passamos às inscrições da plenária.

Estão inscritos o major Peres, comandante da Comarca de Biguaçu; o senhor José Fritsch; e o senhor Hélio Gama do Nascimento.

Com a palavra o major Peres.

O SR. HERIBERTO PERES - Eu gostaria de fazer uma crítica. Quando a Polícia Militar trabalha bem junto com a Polícia Civil e os demais órgãos do município ou quando o bombeiro faz prevenção adequadamente, não se vê incêndios, o que se vê é um local seguro.

Eu gostaria de colocar a minha indignação como catarinense quanto a essa distribuição de verbas federais. Parece castigo ter seu Estado seguro, parece que quando a gente trabalha com inclusão social, com conselho de segurança, com uma polícia preventiva e a coisa dá certo o resultado é receber pouco dinheiro da Federação. Isso me indigna muito, porque vejo o meu suor, o meu sangue, a minha luta como profissional, juntamente com a minha comunidade, não lembrada. Infelizmente, quando o bombeiro não trabalha e acontece um incêndio é que ele é lembrado, ou quando a polícia tem mais números de crimes.

Em São José, conseguimos diminuir 50% da criminalidade, e o que ganhamos? Ou Santa Catarina, por ser um lugar seguro, o que ganha? Ganhamos o esquecimento da Federação!

Os Estados que mais foram omisso na política pública ou tiveram menos Padre Wilson Groh, menos pessoas trabalhando na sociedade receberam mais dinheiro. Santa Catarina, por trabalhar sério e cuidar bem da segurança, recebeu menos.

Então, gostaria de colocar a minha indignação, porque trabalhamos bem para ter poucos crimes e recebemos menos dinheiro.

Eu comando um município chamado Antônio Carlos, que tem pouco crime, e lá a minha política é muito séria, eu invisto muito em segurança, porque quero que continue tendo pouco crime.

Então, aqui a minha indignação em relação ao mau investimento onde a segurança funciona bem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado.

Quero pedir licença ao Fritsch, próximo inscrito, para conceder a palavra antes ao Hélio Gama do Nascimento, que tem urgência na fala.

O SR. HÉLIO GAMA DO NASCIMENTO - Bom dia.

Quero cumprimentar o presidente da Comissão, deputado Dirceu; o representante do Ministério da Justiça, e os demais membros da mesa.

Sou presidente de um conselho comunitário de segurança que aqui em Santa Catarina, por iniciativa do Estado, está sendo implantado ainda de forma embrionária. Precisa também ter o incentivo do Estado. Os Consegs precisam de mais atenção para dar uma resposta ao esforço da comunidade.

O representante do Ministério da Justiça apenas tocou no final na questão das drogas e o coronel Dejour aprofundou um pouco. Queria deixar esse tema bem forte na Comissão de Segurança Pública da Assembléia e ao representante do Ministério da Justiça, porque enquanto não encararmos o combate ao uso de drogas num programa nacional articulado... Eu não vou falar da realidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, de onde sou egresso, vou falar de Santa Catarina, do Vale do Rio Tijucas, que conheço. Posso dizer sem medo de errar que 80% da violência no Vale do Rio Tijucas estão intimamente ligados às drogas.

Quem já teve esse problema na família, ou que estuda, ou que se aproxima dele (eu me aproximei por causa da segurança pública), sabe que quando um jovem se torna dependente químico ele rouba e mata para conseguir dinheiro para consumir. Esse é o ciclo, e os companheiros da Polícia Militar sabem do que estou falando.

A Polícia Militar em Santa Catarina, professor Ronaldo, tem um programa muito bonito chamado Proerd, que é um programa de combate ao uso de drogas. Mas é uma gota no oceano. Teria que estar na escola municipal, na escola estadual e na universidade.

Se não incluirmos no Pronasci uma mão muito forte nessa linha de combate ao uso de drogas, continuaremos enxugando gelo - usando uma expressão da Polícia Militar. Por quê? Você pode chegar à cidade do Rio de Janeiro hoje e prender todos os traficantes, se for possível, mas na semana que vem, se alguém quiser consumir, vai surgir alguém para vender.

Então, a ação tem que ser dos dois lados, no combate ao tráfico e no combate ao consumo. Enquanto tiver pessoas querendo consumir, vai aparecer traficante, e a violência vai continuar girando.

Então, queria deixar isso registrado nesta manhã, nesta importante Comissão, deputado Dirceu Dresch, porque não encaramos ainda o combate ao consumo de drogas com seriedade. É apenas uma utopia. Queremos combater o traficante, enquanto os jovens continuam cada vez mais entrando no consumo da droga.

Para encerrar, o filho do rico, professor Ronaldo, quando está envolvido com drogas - e muitas famílias nem sabem identificar isso -, é internado involuntariamente. Ele tem condições de pagar de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil por mês - já consultei várias clínicas. Eu pergunto: e o filho do pobre, para onde vai? Vai algemado, porque não tem psicólogo nem psiquiatra nos municípios para atender esse tipo de problema, muito menos clínicas decentes em que haja internamento involuntário, só voluntário, e muitos casos são de tratamento involuntário.

Então, eu peço aos representantes do povo, aos deputados, às autoridades públicas, especialmente ao representante do Ministério da Justiça, que se preocupem com isso. Se não tiver alternativas para aqueles que consomem drogas, para evitar que se tornem dependentes químicos, não vamos minimizar a violência.

Muito obrigado, e peço desculpas porque preciso me ausentar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Vamos fechar esse bloco com a fala do senhor José Fritsch. Em seguida, passaremos para a mesa, para os que querem falar sobre o assunto, e, posteriormente, ao próximo bloco de inscrições.

O SR. JOSÉ FRITSCH - Gostaria de cumprimentar o Ronaldo, nosso chefe-de-gabinete do Ministério da Justiça; o deputado Dirceu; o deputado Soares; os demais membros da mesa; os representantes das corporações; e lamentar a ausência daqueles que, talvez, estariam mais interessados, mas acho que o processo vai avançando nesse sentido também de buscar essa participação.

Eu fui prefeito e tenho três experiências na área de segurança pública nessa questão da construção do constrangimento em relação ao crime, nessa área da droga. A primeira é o Proerd, que a Polícia Militar de Santa Catarina leva para a frente - e, olhem, dá pena, porque depende de doações de pessoas da comunidade para continuar existindo. Na verdade, são abnegados policiais militares e seus comandos que fazem o processo nas cidades acontecer, mas vocês não imaginam o que significa, numa escola pública estadual ou municipal, numa periferia, esse trabalho que é feito com essa garotada.

Não sei se vocês sabem, mas o Brasil é o país que tem o menor índice de fumantes no meio da juventude. Faz mais de 20 anos ou 25 anos que colocamos nas carteiras de cigarro que fumar faz mal à saúde, provoca câncer, provoca impotência sexual, e agora está escrito nos cartazes da campanha contra o cigarro que quem fuma fede.

Se pegarmos 10% do dinheiro que é gasto em segurança pública para investir no combate ao consumo, não de arma ou repressão, mas o combate ideológico, de formação, de conhecimento, com certeza reduziríamos a causa principal de toda essa criminalidade, que é, na verdade, o consumo.

Eu tive experiência como ministro, porque na área da pesca tem muito esse negócio. Para chegar ao Recôncavo Baiano, ao Rio de Janeiro, uma boa parte da droga vem através dos barcos de pesca. Os coitados dos pescadores ou morrem ou entregam o barco. Aliás, há dois meses, depois da Lei do Abate, foi preso um barco de pesca do Amazonas no norte da França, cheio de drogas.

Então, nesse sentido, nós, em Santa Catarina, mesmo com todos os problemas que o próprio capitão estava falando aqui em relação às dificuldades que existem... Temos hoje, por exemplo, uma ação de inteligência muito superior ao outros Estados. Não sei, não conheço bem os outros Estados... Acho que esse elemento da inteligência, da busca da informação para abater (é o negócio mesmo) aquele que pratica atividade de narcotráfico, do crime organizado... Não se pode ter pena, do ponto de vista de que não pode ser preso, não pode ser abordado, não pode ser inviabilizado, tirado da sua situação de prática da criminalidade, porque ela acaba, na verdade, se espalhando por todos os lugares.

Então, acho que essas coisas são fundamentais se a gente quiser avançar.

Em Santa Catarina, com todas as dificuldades, somos, de certo modo, um pouco um exemplo. Agora, uma preocupação: cada vez mais o nosso Estado está sendo esconderijo de grandes narcotraficantes. Essa é uma realidade nossa aqui. E espero que seja apenas o esconderijo, porque em alguns lugares já começa a ter uma estrutura própria montada, e aí vem o papel da inteligência.

No Brasil é interessante, o cidadão tem direito de consumir droga. É um direito individual. Sei lá se essas leis são certas ou não, a pessoa tem o direito de se matar, de se matar aos poucos. Nós temos um aparato de legislação e de conceitos construídos que de certo modo até nos impede de avançar, mas se tivermos essa ação de combate à questão do consumo, com certeza, teremos um grande resultado, não daqui dois anos ou três anos, mas talvez daqui a dez anos, quinze anos. Hoje, por exemplo, tem essa convicção de que o combate ao consumo de fumo traz redução muito significativa de pessoas que são viciadas. Amanhã ou depois, seremos proibidos até de plantar fumo, como consequência desse processo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Fritsch.

Então, fechamos esse bloco de questões.

Temos mais sete pessoas inscritas, praticamente já estamos com as inscrições esgotadas para terminar a audiência às 12h, 12h20min.

Como a maior parte das questões foi para o Ronaldo Teixeira, concedo a palavra a ele. Depois, haverá espaço se mais pessoas da mesa quiserem falar sobre alguma questão levantada aqui na plenária.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA - Obrigado.

Vou procurar ser extremamente objetivo a partir das considerações feitas.

O deputado Amauri chama a atenção de dois ou três aspectos que julgo pertinentes. Ele usa uma expressão: é hora de rever concepções e não de rever quantidades. É exatamente isso que o Pronasci proporciona. Ele não é um novo fundo e mais ampliado. Por vezes, onde passamos escutamos reivindicações as mais variadas ainda da visão tradicional. O Pronasci não é um novo fundo com mais recursos, é uma política pública que quer combater a violência e a criminalidade através de uma mudança de paradigma.

É importante também dizer, deputado, que o plano habitacional que estamos oferecendo através do Pronasci em absoluto tem a ver com a construção de condomínios. Portanto, isso vai ao encontro da sua ponderação. São financiamentos que autorizam o policial a morar onde bem entender, mesmo porque isso contraria hoje um princípio básico que é o do confinamento e de tornar o policial alvo, uma vez que mora num condomínio onde todos são policiais. Então, também corroboramos com essa sua afirmação.

Uma última questão sua que gostaria de responder: o ministro Tarso Genro, em especial, quando esteve no Ministério da Educação, propôs ao País o Pronoi, o Programa Universidade para Todos, uma ampliação e uma expansão da rede federal de universidades - foram dez novas universidades a partir da passagem no ministro Tarso pela Educação -; a criação da Universidade Aberta do Brasil; e a potencialização das escolas técnicas também, transformadas em curso superior. Por que estou dizendo isso? As bolsas são destinadas rigorosamente para quem estuda segurança pública. Então, não cabe acolher aquela sua consideração sobre eventual estudo de Direito sendo potencializado pela bolsa, isso não é papel do Pronasci e, sim, do Ministério da Educação.

O deputado Décio traça um aspecto importante, que é o da integração. E o Pronasci é verdadeiramente essa proposta de integração. Os senhores que atuam na área da segurança sabem disso, até hoje sempre fazemos referência à Senasp, a Secretaria Nacional de Segurança Pública. No Pronasci, a Senasp é tão-somente mais uma secretaria.

A Secretaria do Direito Econômico, por exemplo, que é do Ministério da Justiça, tem três ações no Pronasci, inclusive, mobilizando os Procons através do Canal Comunidade, como chamamos o projeto, fazendo com que a rede de Procon interaja tanto no que diz respeito à segurança quanto aos conselheiros tutelares; a Secretaria da Reforma do Judiciário... Inclusive, treze mil imóveis adjudicados estão sendo trazidos para uma relação de mediação de conflitos, que, igualmente, é a ação do Pronasci. Portanto, a reforma do Judiciário tem ações no Pronasci, assim como a SDE (Secretaria de Direito Econômico); o Depen (Departamento Penitenciário Nacional), a Polícia Federal e a Rodoviária Federal, todos estão presentes no programa.

Estou citando isso para dizer - reforçando o que o Décio havia dito - que hoje a questão da segurança é responsabilidade do Ministério da Justiça, é isso que vem dizer o ministro Tarso Genro, e não de uma secretaria especificamente. Portanto, é uma ampliação do conceito de segurança, entendendo segurança como segurança jurídica, como segurança política e como segurança pública. Então é de fato uma proposta que muda a perspectiva no que se refere ao paradigma.

O doutor Fabiano também traz um aspecto fundamental quando afirma que os políticos vão passar, que esta gestão vai passar, que o governo vai passar, e os governos passam, mas a política pública tem que continuar. E o ministro Tarso tem dito, como fizemos na Educação quando lá estivemos, que temos que retirar da pauta, da agenda política a questão da segurança, torná-la uma questão de Estado. Então, não importando se o deputado, o prefeito ou o governador seja desse ou daquele partido. Portanto, tomar a segurança uma questão de Estado e não uma questão política.

O promotor também faz uma referência, e aí eu avanço numa questão que também foi abordada especialmente pelo major Peres... Nós não afirmamos aqui, mas agora cabe afirmar que além dos 6,7 bilhões destinados ao Pronasci continuaremos a ter no Ministério da Justiça 400 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública, aproximadamente, ano a ano, mais outros 400 milhões do Fundo Penitenciário Nacional. Portanto, são outros 800 milhões que totalizam, nos próximos quatro anos, 3,2 bilhões. Se o Pronasci incidir mais nas regiões conflagradas, seguramente aqueles recursos do Fundo Nacional e do Fundo Penitenciário Nacional irão aumentar para destinação, por exemplo, a Santa Catarina.

Portanto, eu refuto a tese de que aqueles que estão atuando bem não estão sendo contemplados, e reivindicado, inclusive, o mais aguçado sentimento de nação que necessariamente devemos ter, porque esse problema que ocorre aqui próximo, em Porto Alegre ou mesmo em Curitiba, onde os números são quase cinco, seis, dez vezes maiores, não podem ser simplesmente desconsiderados, compatibilizando uma realidade de Santa Catarina, que viemos aqui para dizer, é uma realidade, no que diz respeito à violência de Primeiro Mundo, são sete homicídios por cem mil, não são 78, como em Vitória; não são 62 ou 63, como no Rio de Janeiro; não são sequer 29, como é ali em Porto Alegre. Então, esses recursos estarão disponibilizados igualmente, e nós temos convicção de que haverá o aumento.

O legado do Pan, por exemplo, é uma distribuição praticamente igualitária que está se dando entre todos os Estados que participaram, inclusive, da Força Nacional. E Santa Catarina será contemplada também com recursos, com viaturas, com a tecnologia que o Pan implementou.

Eu espero, major Peres, que essa competência continue aqui em Santa Catarina, porque, seguramente, estará auxiliando a possibilidade concreta de fazer com que os demais Estados, igualmente, alcancem números civilizatórios, coisa que em alguns casos não há.

O nosso ministro Fritsch fez uma ponderação apoiado também na consideração do nome que o antecedeu, que não estou identificando neste momento, mas que diz respeito à questão das drogas. Nós temos uma articulação com quatorze Ministérios parceiros, dentre eles o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social. Os Centros de Atendimento Psicossocial, os Caps, estão no nosso programa e serão ampliados. Tem recursos para isso, para que tenha, sim, assistência àquele que é usuário da droga. E mais do que isso: para falar dessa questão das drogas, temos também no nosso programa a reformulação dos Conselhos Tutelares; nós temos recursos que potencializam o Proerd, que hoje é uma gota no oceano, na expressão do cidadão que ocupou a tribuna anteriormente; temos recursos para imediatamente formar sessenta mil conselheiros comunitários da Segurança Pública para o combate à questão da droga; temos um projeto que avança, como ocorreu em Diadema, que foi trazido para o Pronasci, que diz respeito ao álcool, à redução da sua venda a partir de horários determinados que a comunidade irá estabelecer, que, igualmente, é um enfrentamento com as drogas; estamos tipificando o crime organizado, como eu havia referido; temos um programa valorizando a vida nas escolas para, igualmente, combater as drogas; e temos a ação conjunta da Polícia Federal.

Então, do que compreendemos em relação à questão do narcotráfico e das drogas, é preciso toda uma ação coordenada, que, igualmente, o Pronasci irá produzir, para que tenhamos, verdadeiramente, uma redução não só de usuários como também de narcotraficantes. Nós temos ações objetivas, e procurei fazer uma observação pontual.

Por último, a doutora Rosa fez referência a penas alternativas. E nós estamos, já foi feita a encomenda, por assim dizer, porque em outro debate já fomos suscitados a esse respeito e o Departamento Penitenciário Nacional, juntamente com a nossa Secretaria de Assuntos Legislativos, está formulando penas alternativas para sua implementação, por dentro, igualmente, do Pronasci - é pertinente a sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, senhor Ronaldo.

Neste próximo bloco o primeiro inscrito é o senhor Ildo Rosa, representando o prefeito de Florianópolis.

O SR. ILDO ROSA - Inicialmente, bom-dia a todos e a todas. Começo agradecendo o convite formulado à Prefeitura da Capital para que participasse deste evento. Ao mesmo tempo friso que estamos muito contentes em o Ministério da Justiça, através da representação desse programa, hoje, de uma forma ou outra, liderar essa iniciativa, no sentido de que algo que até então estava mais concentrado no âmbito da Senasp, mas muito bem concentrado, diga-se de passagem, porque desde Eduardo Soares até Luiz Fernando Correa a única doutrina vigente no âmbito da segurança pública brasileira é feita através do governo federal...

Nós percebemos que muitos governos chegavam ao âmbito do Ministério da Justiça e lá se demonstravam apoiando, muito estimulados pelo fato de captarem recursos. Mas nos seus Estados, nas suas secretarias, por vezes, os recursos eram aplicados de forma totalmente diferente da doutrina que emana do âmbito da própria Senasp.

Hoje o Pronasci evolui e se torna uma questão do Ministério da Justiça. Eu sei que existem programas que já enveredam para a questão da regularização fundiária, existem projetos que adentram na área social, mas percebo uma estranhável ruptura no que diz respeito à sua aplicação ainda no âmbito do município.

Eu acho muito acanhada a iniciativa, não do Ministério da Justiça, que justamente contém e estimula através da sua doutrina a municipalização, não da prestação dos serviços de segurança, mas da formação dos conselhos municipais de segurança pública, em que o município entra com mais questões a não ser a questão de recursos. Quase todas as prefeituras são chamadas a contribuir, mas muito poucas se sentam para discutir de forma franca, honesta, como serão encaminhadas as questões da segurança no âmbito dos municípios. Eu entendo que fomentarmos essa iniciativa, estimularmos essa intervenção, ao mesmo tempo em que qualifica, ela coloca o trabalho do município em sintonia com a doutrina que emana do Ministério da Justiça e ao mesmo tempo envolve as comunidades nesse trabalho, o que eu reputo como algo fundamental hoje.

Então, eu acho que o Ministério da Justiça deveria condicionar a questão dos planos municipais de segurança pública e dos conselhos municipais de segurança pública, porque nós sabemos que ainda, infelizmente, muitas secretarias são conduzidas e direcionadas com viés tão-somente político. Aliás, esta é uma questão que tem que ser enfrentada com coragem: a necessidade de profissionalizarmos o trabalho da segurança pública. Segurança pública é vocação para profissionais. Cada vez mais, o nível de dificuldade de quem trabalha na área, está mais do que visto. Só que as decisões, por vezes, são meramente políticas.

Portanto, entendo que a municipalização, os planos municipais, os conselhos municipais de segurança pública são ferramentas fundamentais para a implementação do Pronasci, já que se baseia fundamentalmente na questão de segurança.

Outra questão que eu acho que tem que ser enfrentada de uma vez por todas pelo governo federal é a questão da Senad. A Senad continua com as mesmas práticas de quinze anos atrás, quando praticamente surgiu! Então, de uma vez por todas nós temos que enfrentar que a Senad não é só para fazer a RDC 101, que exige que as comunidades terapêuticas se tornem mini-hospitais, sem nenhuma contrapartida. Conseqüentemente, nós temos as comunidades terapêuticas, que são as únicas que se dispõem a receber para tratamento dependentes químicos sem recursos, porque o Caps AD, simplesmente, está fragilizado nas prefeituras. Em Florianópolis, hoje o Caps AD é uma ficção. Então, de uma vez por todas nós temos que reconhecer a envergadura do problema. Nas comunidades, a RDC 101 vai à Vigilância Sanitária, que se preocupa com o piso azulejado, exige mil coisas, mas sem nenhuma contrapartida! E as comunidades à míngua!

O Poder Público faz o possível e o impossível para, justamente, evitar que esses jovens voltem para a droga e para a criminalidade, como muitos acabam vindo. Essa seria a minha contribuição.

Agradeço a presença do professor Ronaldo. Acho que o Ministério da Justiça está de parabéns: primeiro, pelo fortalecimento da Polícia Federal, que hoje é uma instituição modelar no Brasil inteiro; segundo, por toda a doutrina que emana, pelos recursos que de uma forma ou outra são permeados para os Estados. Mas acho que a partir dos Estados e das próprias prefeituras nós temos que encarar isso, em sintonia com essa doutrina que vem do governo federal.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, senhor Ildo Rosa.

Gostaria de registrar que nós convidamos a Fecam para estar presente nesta audiência, mas até o momento não temos sua representação.

Com a palavra, para se manifestar, o tenente-coronel Fred Harry Schaufert, da Polícia Militar.

O SR. FRED HARRY SCHAUFFERT - Só quero lembrar ao ilustre palestrante, reforçando a afirmativa da senadora Ideli Salvatti, que o chefe de operações aéreas dos Jogos Pan-Americanos - pelo espaço de um ano, praticamente, planejou e executou as missões - foi o tenente coronel Amorim, o nosso comandante do Grupamento Aéreo da Polícia Militar de Santa Catarina.

As operações transcorreram sem nenhum incidente de voo, e em razão disso eu gostaria de reforçar o pedido dessa aeronave para o Grupamento Aéreo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, como uma contribuição e uma retribuição aos relevantes serviços prestados ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - O próximo orador inscrito é o senhor Manoel João da Costa.

O SR. MANOEL JOÃO DA COSTA - Bom-dia, senhores. Cumprimento o presidente, o deputado Dirceu Dresch; o camarada deputado Sargento Soares; o companheiro da Polícia Rodoviária; o coronel Eliésio; o coronel Dejair; a OAB; o promotor; e o doutor Ronaldo Teixeira.

Senhores, no dia 17 do mês passado, no Rio de Janeiro, nós tivemos um encontro das entidades de praças da Federação. Lá, doutor, nós avaliamos uma proposta que tinha vindo do governo do Estado: um subsídio de R\$ 1.600,00 para o piso dos policiais na Federação. Estávamos representados pelos 26 Estados e o Distrito Federal, e colocamos outra proposta em votação: R\$ 2.500,00. Fizemos isso por um motivo muito simples: não é possível que policiais e bombeiros militares, na Federação, sejam tratados com discriminação. Não tem jeito de fazer segurança pública na Federação com um salário de R\$ 1.200,00 (proposta do governo).

A senadora Ideli estava aqui; infelizmente, teve que sair, mas alguém deve levar o recado para ela. Ela foi professora, diretora do Sinte e, muitas e muitas vezes, fez atividades por essas ruas da Capital. Eu, como policial militar, também trabalhei, e, aí, não dá para esquecer.

Amanhã, dia 25, vamos fazer uma atividade em conjunto: segurança pública, saúde e educação, que são a base do Estado, portanto, não poderia deixar passar essa oportunidade em branco, sem falar. Não existe segurança pública sem investimento na educação, na saúde e na própria segurança pública. Isso tem que ser prioridade, e prioridade é emergência. Está morrendo mais trabalhador neste Brasil de homicídio e de outras causas do que nunca. Provavelmente, aqueles problemas de saúde que existiam antigamente não mataram tanto quanto agora, e é por falta de investimento, sim, é por falta de investimento na educação, na saúde, na segurança.

Com relação ao projeto das casas, a fazer condomínios, não vejo por que sermos discriminados. Isso é discriminar o policial militar, que precisa de um salário digno, que precisa ser respeitado. Não é possível que esses companheiros, que, diuturnamente, põem uma farda para defender esse povo em toda a Federação, tenham que ser discriminados, não tendo um salário justo e digno para poder comprar sua própria casa, escolher o local onde querem morar.

É preciso que os policiais e os bombeiros militares sejam tratados com dignidade. Não tenho dúvida: com esse salário de R\$ 1.200,00 por aquilo que nos cobram, penso que é difícil. Se quiserem ver na prática, é só olhar o que acontece no Rio de Janeiro e em São Paulo, infelizmente, onde há salários de aproximadamente R\$ 800,00. Os responsáveis por isso são os gestores da segurança pública. O responsável por isso não são os companheiros que estão se matando por aí afora nos morros e nas grandes cidades, e sim o governo federal, o governo do Estado. E falo governo do Estado porque o de Santa Catarina não é diferente, não.

Eu pergunto: quanto vale uma vida? Estou na Polícia Militar desde o início de 1981, e quando ocorria um homicídio, nós ficávamos, no mínimo, uma manhã inteira discutindo quem falhou, como e por quê. Hoje morrem dois, três, já tivemos casos de quatro, cinco por dia, e somos tratados com medidas paliativas. Portanto, é preciso que haja planejamento e investimento acima de tudo para se resolver esse problema da segurança no Brasil.

Em alguns municípios do Estado nós temos uma viatura e um policial trabalhando. Eu pergunto: diante de uma ocorrência, com bandidos armados, equipados, o que vai fazer um policial com uma viatura, na maioria das vezes, com problema?! Então, como é que Santa Catarina ficou fora do PAC? É discriminação sim, não tem outra palavra. É discriminar Santa Catarina!

Ora, se em Santa Catarina os índices de criminalidade são baixos, com certeza não é porque tem bom salário ou porque estão sobrando equipamentos, é porque esses companheiros que envergam essa farda fazem de tudo, dão o máximo de si para poder dar conta do recado, muitos deles sendo feridos. E fazem isso inclusive na hora de folga deles.

Esses companheiros não estão aqui por acaso, mas porque são profissionais, não correm da parada.

Eu não estava aqui, mas já me passaram a questão: cuidar que em Santa Catarina a desordem não vire problema de segurança pública. Não existe desordem em Santa Catarina, pelo menos não conhecemos. Eu não sei, então gostaria que o senhor se expressasse com relação à desordem.

Na verdade, o que falta aqui é prioridade, e gostaria que o senhor levasse isso ao ministro e que chegasse ao governo federal. O que falta é uma medida de emergência.

Quero saber quem paga, quem é o responsável por esse monte de homicídios que acontecem no Brasil. Nós vamos discutir isso logo, espero, na Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais (Anaspra), criada há cerca de quinze dias, de cuja diretoria executiva faço parte - sou representante da região Sul. Nós vamos estar lá lutando, e é preciso dizer que esperamos reunir todos os companheiros. Se não for possível, nós vamos para Brasília, sim, reivindicar isso mais perto do governo federal, para que ele possa dar condição, se é que não existe, para o governo estadual.

É de fundamental importância que a gente possa acabar ou resolver em parte os problemas de segurança pública no Brasil. E aí, não tem jeito, sem investimentos, sem medidas emergenciais, não vamos resolver.

Prioridade já para o povo trabalhador na Federação!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Geraldo Pereira Lopes.

O SR. GERALDO PEREIRA LOPES - Bom-dia a todos. Sou poeta, pensador, cientista social e licenciado em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Poderia aqui, senhoras e senhores, expressar-me em vários ritmos, em várias línguas e em vários tons. Poderia expressar-me em linguagem poética, em prosa poética ou, pura e simplesmente, em prosa, mas nada disso fará sentido se, com a licença de todos, continuarmos cegos, mudos e surdos diante da realidade social do nosso país como um todo.

Quero enaltecer a iniciativa do deputado Dirceu ao promover esta audiência pública e cumprimentar as demais autoridades que compõem a mesa.

Alinho-me com o representante do Ministério Público quando fala da pouca frequência nesta audiência, muito aquém da sua seriedade, da sua grandeza, da nobreza do tema e do programa aqui apresentado.

Quero aqui me alinhar também com uma das autoridades (e estou olhando para ela) quando pediu e sugeriu mudança de norte. Eu diria o quanto é importante essa mudança de norte, mas com novo olhar sociológico, com aumento considerável dessa lente também em direção ao umbigo do outro.

Sou otimista sempre, pessimista nunca. Agora, sou realista, isso não deixo de ser. Não vejo nada como surpresa, e acredito que os senhores também; está dentro da lógica. Não deu nenhuma zebra com relação à segurança ou à insegurança pública; está dentro da lógica, porque tudo é estrutural e historicamente construído. Ao achar que é zebra, estamos nós (e eu não faria isso) nos isentando dessa culpabilidade, mas como não busco culpado e sim solução, vamos buscar soluções.

Eu diria que as soluções estão claras e são simples, sim, senhoras e senhores. Não vou esgotá-las aqui por uma questão de tempo, por isso sugiro que tenhamos mais que uma audiência ou, por que não, um seminário sobre esse tema aqui, e me coloco à disposição para aprofundá-lo com o conhecimento que tenho.

Portanto, é preciso que se diga: eu vim também com esse dom. Chego a qualquer cidade do mundo e, pela geografia arquitetônica, conheço a realidade, a geografia social e as suas mazelas. O índice de violência na geografia arquitetônica, eu destaco dentro de mim: a social e a sua população carcerária.

Tudo é estrutural, quero deixar isso bem claro. E vamos parar - é um pedido - de usar uma linguagem dicotômica ou maniqueísta para usar um verniz acadêmico mais adequado quando muitas vezes nos pedem. (sic) Mas fico com a dicotômica: o homem e a mulher, o alto e o baixo, o pobre e o rico, o bandido e o mocinho. Tudo é estrutural; pobreza e riqueza também.

Quando alguém me pergunta se eu também escrevo poesia, respondo que sim. Se perguntam se escrevo outra coisa, respondo que, dentro da literatura, "surfo" em várias áreas, domino várias áreas, mas escrevo, acima de tudo e de todos, sobre consciência. Porque não é preciso dizer, mas vou dizer, que conhecimento temos até demais, ainda que nunca o seja; agora, em relação à consciência, senhoras e senhores, e não me considero exceção, precisamos nos aprimorar, com certeza!

Enaltecer o trabalho de todos, da nossa Polícia Militar, dos homens, dos seres humanos que a compõe é chover no molhado. Isso, historicamente, já é reconhecido, mas às vezes é preciso fazer chover para que as pessoas acordem para esse nobre, digno e competente trabalho.

Portanto, coloco-me à disposição como poeta, como pensador, como compositor, como cientista social e como licenciado em Sociologia. Fico triste, como disse o nosso promotor público, pela baixa frequência diante de um tema e de um problema tão sério, [de cuja solução] todos nós precisamos.

Gostaria de citar Fernando Pessoa, um poeta internacional, que disse: "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena. Também quero citar um catarinense de Timbó, não menos internacional, Lindolfo Bell, que disse: "Menor que meu sonho, não posso ser!"

Fechando, cito um terceiro poeta, que diz: "Ainda que meu sonho possa me tornar marginal diante da ignorância e da hipocrisia do olhar alheio, que vive por demais centrado no seu próprio umbigo, e quando dele se afasta, ou nos afastamos, vamos em direção tão somente do nosso quintal." (sic)

Realizamos, senhoras e senhores um belo jardim. Recebemos *n* elogios com relação à nossa casa, ao nosso jardim, só que nos esquecemos que o nosso quintal, que a nossa casa nada mais é que o nosso próprio umbigo ampliado!

Portanto, é preciso olhar em direção ao umbigo do outro, aí as soluções serão claras e simples. Elas continuam claras, mas simples, não, porque infelizmente (e faço parte também), existe o bicho-homem, que complica.

Desculpem se me excedi um pouquinho. Finalizo dizendo que temos que parar e ensinar aos nossos que tempo é dinheiro. Eu acrescentaria ainda, senhoras e senhores, que tempo é muito mais do que dinheiro, tempo é vida!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Clésio de Luca, representando o coordenador da Pastoral Carcerária Padre Ney Brasil Pereira.

O SR. CLÉSIO DE LUCA - Gostaria de agradecer o convite formulado à Pastoral Carcerária. Vim aqui representar o padre Ney Brasil Pereira, que é o nosso coordenador e há mais de trinta anos conduz a Pastoral Carcerária aqui na região e nas demais regiões do Estado de Santa Catarina.

A gente vem participar de um assunto tão importante e, desculpem os oradores, mas parece que é um esforço para a gente mostrar o que é, o que sabe. Vou logo criticando isso.

Na explanação feita pelo Ronaldo, do Ministério da Justiça, foi mostrada a maneira de mensurar o número de mortes e homicídios em Santa Catarina, considerado como de Primeiro Mundo: sete em cem mil habitantes.

Concordo com o representante da Polícia Militar. Não sei qual a entidade que ele representa, mas lembro que do ano passado tivemos 97 homicídios na Grande Florianópolis e que neste primeiro semestre de 2007 houve uma redução para 64. Então, o número de homicídios foi reduzido em 37,5%, e a mídia colaborou para esse resultado.

Ele fez menção que para nós uma vítima, que pode ser um familiar nosso... Olhem, nós não temos segurança. Não que não exista a Polícia, mas existe um descaso, principalmente no âmbito do governo estadual. Sei que o governo federal não destina verbas suficientes, mas é um descaso do governo estadual, aqui representado pelo secretário da Segurança Pública... A coisa mais difícil que tem é a gente falar com um homem desses, com a Secretaria.

Aproveito a oportunidade para dizer que nós, da Pastoral Carcerária... Sou aposentado, me aposentei em 2002, e há cinco anos sou voluntário da Pastoral Carcerária, e milito com esse assunto segurança 24 horas por dia na minha vida. Faço por mim, não ganho nada. Tenho um programa na Rádio Cultura, e em todos os eventos que (sic) sou convidado, eu estou presente.

Então, para não me alongar e para a coisa não ficar só no discurso, como às vezes aparenta ser, parableno o governo federal pelo Pronasci. A princípio estranhei que Santa Catarina não fazia parte dele, mas soube que vai fazer parte, só que em segundo plano. É um fundo lá não sei do quê, do Depen... Não sei, eu pergunto se vem realmente dinheiro para a Segurança. Há pouco alguém falou aqui que a destinação para a Segurança é igual a que o governo do Estado, ou o governo federal, não sei, destina para propaganda. Então, eu fico pensando assim: nós não temos segurança... Vamos tentar convencer as pessoas da importância que elas têm em participar de todo esse conjunto de atividades, e vamos falar um português claro, dizendo e demonstrando a realidade e as condições que nós precisamos (sic).

Há pouco aqui a advogada falou em penas alternativas. O Estado não cumpre a Lei de Execução Penal, então tem que ter uma forma para agilizar a sentença, a condenação, o juízo, e não deixar o preso... Porque a lei prevê 81 dias, e o preso fica quase dois anos aguardando sentença, fazendo escola lá no complexo penitenciário sem saber se é culpado ou inocente, se merece ou não estar lá.

Outra coisa: Santa Catarina é o único Estado do Brasil que não tem Defensoria Pública. Vi que a advogada que agora acabou de sair é a favor da Defensoria Dativa, que esse representante do Estado, o Zanotto, fez um artigo no jornal dizendo que a Defensoria Dativa é a melhor coisa do mundo. Eu não entendo por que todos os Estados têm Defensoria Pública e aqui no Estado... Há um interesse da OAB e do Estado; eu já vi o líder do governo dizer que é contra a Defensoria Pública porque gera muitos custos. Tudo bem, e os custos da Defensoria Dativa?

Sabem qual é a diferença entre a Defensoria Pública e a Defensoria Dativa? Eu não sou a pessoa mais indicada para estar tratando desses assuntos, não sou bem informado, mas burro eu não sou, entendeu? Entendo que a Defensoria Pública é mais importante, presta um serviço melhor ao pobre, ao que não pode contratar advogado, do que a Defensoria Dativa.

Existe, parece assim, um acordo entre a OAB e o Estado de Santa Catarina, e a liderança fica defendendo que é a favor da Defensoria Pública. Sei que esse assunto não é pertinente ao debate, mas eu quero aproveitar, como voluntário da Pastoral Carcerária, e fazer essa reclamação, porque nós sentimos na carne dia a dia o que é um preso aguardando sentença. Ele quer saber, faz as contas lá junto com o administrador penal; ele já tinha que estar na rua e ainda está preso.

Também sou a favor da polícia preventiva, da polícia comunitária, mas vejo polícias que são contra isso; eu não entendo.

O Programa contempla os policiais com salário, casa, moradia, e não vejo indignidade para o policial receber um financiamento para construir a sua casa própria, só estranho que ele não tenha os mesmos direitos que os civis. Por que ele não tem Fundo de Garantia se ele é um trabalhador igual?

Hoje a gente chega à conclusão de que o policial é mais importante do que o coitado do nosso trabalhador. Às vezes eu fico perguntando assim: me diz, tu estás cuidando de preso, por que não vais cuidar do operário, aquele que trabalha trinta dias para ganhar R\$ 350,00? E não vejo discurso de nenhum político em defesa do trabalhador.

Eu vou ficar por aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado.

Com a palavra ao senhor Dejour Vicente Pinto.

O SR. DEJAIR VICENTE PINTO - Quero agradecer a oportunidade de estar aqui.

Li hoje pela manhã, numa coluna do jornal Diário Catarinense, que nós teríamos aqui uma audiência muito concorrida, com muita platéia, e não foi isso que aconteceu, só ratificando o que foi falado agora há pouco, mas o que importa é que nós estamos aqui participando desse processo.

Nós somos parceiros, continuaremos sendo parceiros do governo federal e esperamos ser mais bem aquinhoados no futuro. Temos sofrido, como falei, algum contingenciamento nesses últimos anos, mas somos, sim, parceiros.

A nossa representatividade na força de segurança nacional está sempre presente; todos os pedidos de reforço foram atendidos. Temos uma relação de amizade muito grande com o doutor Luiz Fernando Correia, ex-secretário nacional de Segurança pública, e temos certeza de que essa parceria vai continuar, pois temos uma expectativa muito grande na implementação desse novo programa, desse projeto.

Queremos acreditar que existem, sim, soluções, e nós temos que buscá-las. Sabemos que os problemas são seculares, que não existe milagre que vai reverter um processo que é insidioso já em tantos e tantos governos que se sucedem.

Nós estamos cumprindo a nossa missão e esperamos ser recompensados por esse trabalho que fazemos aqui, cada vez mais envolvendo municípios, autoridades e a comunidade também.

Os investimentos são necessários em âmbito municipal, estadual e federal. Não há milagres a serem realizados e não há governo que vá realizar esse milagre. Nós temos é que trabalhar com medidas de curto, médio e longo prazo; esse é o nosso empenho, e acho que isso nada mais é do que a nossa obrigação.

Parabéns ao Ministério da Justiça. Somos companheiros, somos parceiros e esperamos ser também agraciados. É como quando a gente trabalha com criança, a gente tem que reforçar a boa ação. A criança tem que ser premiada pela boa ação, não pode ser castigada quando comete um erro. E nós queremos ser prestigiados, beneficiados pelas boas ações que temos feito no enfrentamento desse desafio, que é de todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Passo a palavra para o Ronaldo Teixeira da Silva, para responder às questões que foram levantadas e fazer suas considerações finais.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA - Obrigado, deputado Dirceu.

Doutor Ildo Rosa, representante da prefeitura, nós queremos, sim, fazer um grande esforço para que os municípios se tornem novos sujeitos no combate à violência e à criminalidade. O senhor fez referência aos conselhos comunitários, e eu acrescentaria o gabinete de gestão integrada municipal, que são, doutor Ildo, condicionalidades para conveniarmos. Isso é fundamental, porque vai ao encontro do que o senhor colocava.

Nós temos recursos previstos no Pronasci para potencializar tanto o CAPs quanto o CAPs-AD. São recursos previstos também a partir da articulação que fizemos com os ministérios parceiros, tanto a Senad, o MDS, como o Ministério da Saúde, igualmente integrados. Precisamos reorganizá-los onde, lamentavelmente, não funcionam a contento para que eles possam, de fato, assistir sobretudo a juventude, que é foco do programa.

O coronel Fred pede o helicóptero, reforça o pedido da aeronave (ri), e nós vamos disponibilizar o delegado do Pan (sic) aproximadamente 4 milhões imediatamente para Santa Catarina e aproximadamente 30 viaturas. Disso já há previsão.

Aproveito esse espaço para convidar a Secretaria de Estado a fazer uma audiência conosco, em Brasília, para verificar se há necessidade de mais recursos ainda para 2007, porque nós dispomos, como disse, de 483 milhões para serem executados.

O Manoel, que é a nossa liderança sindical, faz considerações pertinentes. O debate sobre o piso esteve muito presente na formulação do Pronasci. Depois, dialogando com os governadores, o ministro viu por bem instituir imediatamente no lugar do piso uma lei que estabelecesse o Bolsa-Formação, aqui apresentado. Mas esse projeto não deixa de ser um indutor para que cheguemos ao piso - esse é um dado importante -, e não é de R\$ 1.200,00 o valor-referência, como te referiste, mas de R\$ 1.400,00.

Sabemos da possibilidade, ainda, de o Congresso Nacional emendar esse valor, quem sabe chegando a R\$ 1.600,00, que era o número inicial do debate.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, que tem o mais baixo salário da Polícia Militar do País, o valor inicial da nossa brigada militar, como chamamos lá, é de R\$ 783,00!

Então, é um esforço que tem que ser feito, sim. Nós temos que elevar a remuneração do policial, e o governo federal faz um primeiro gesto. Desses valores disponíveis, aproximadamente R\$ 600 milhões/ano serão disponibilizados para o aumento remuneratório do policial, através do Bolsa. E nós temos a estimativa de alcançar, dos aproximadamente 600 mil policiais do País, em torno de 225 mil com o Bolsa-Formação. É mais de um terço, portanto.

É um começo. Sabemos que não é a solução nem a dignidade merecida, traduzida por remuneração ao policial, mas é um começo. É como nós fizemos, eu digo sempre, na educação. Tu citaste em mais de uma oportunidade que é preciso elevar a remuneração do professor, valorizar a educação, investir mais, e o ministro Tarso deixou lá o Fundeb, que serão R\$ 48 bilhões novos para a educação brasileira nos próximos dez anos, aumentando inclusive a receita vinculada da Constituição para a educação.

Quero deixar bem claro aqui, se não fui, porque foi citado inicialmente pelo deputado Sargento Amauri, e agora tu trouxeste novamente, que não há plano habitacional de condomínio para policiais. Eu não sei se há aqui no Estado, até faço essa indagação. Não há no Pronasci isso. Nas duas intervenções que foram feitas, eu consegui entender que haveria alguma idéia nesse sentido de condomínio. Não há no Pronasci. São planos de financiamento para os policiais, que uma vez acessados (os planos), deverá decidir onde morar.

Quanto à questão da desordem, a que me referi, desordem pública, é do ponto de vista conceitual. É o estágio em que uma sociedade se encontra antes de tornar-se uma área conflagrada de crime. Portanto, o estágio que poderíamos considerar aqui do ponto de vista conceitual é no máximo de desordem pública, devido aos números que são alcançados pelos senhores que se encontram aqui em grande parte: os policiais militares e também os civis.

Então, é só uma questão conceitual. Não há desordem aqui, é apenas uma referência conceitual, porque isso antecede à área de criminalidade, como hoje temos no Rio. Lá não tem desordem pública, lá tem zona de anomia e de criminalidade.

Aproveito para dizer mais uma vez a todos os senhores que aqui se encontram que Santa Catarina faz parte do Pronasci através das ações estruturais e fará parte do Pronasci num segundo momento, após alcançarmos os onze territórios mais violentos do País. E, mais do que isso: teremos um acréscimo de recursos para Santa Catarina e não diminuição. Por quê? Porque se temos R\$ 6,7 bilhões destinados a serem empregados via Pronasci, naturalmente esses onze territórios se afastam da disputa pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e pelo Fundo Penitenciário Nacional. Portanto, os outros R\$ 3,2 milhões do governo federal, do orçamento ordinário do Ministério da Justiça, serão distribuídos para os Estados que não incidem diretamente na ação do Pronasci, num primeiro momento.

Então, haverá aumento de recursos para Santa Catarina e não diminuição. Insisto nisso, sob pena de não ficar clara essa informação.

Com relação à consideração do Geraldo, quero dizer que é estrutural, sim, por isso que o governo federal, nesse segundo mandato, instituiu o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), para termos mais empregos, tanto é que tivemos uma taxa do trimestre de 5,4% de crescimento econômico. Isso é uma transformação importante na economia do País.

O governo do presidente Lula também instituiu o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) a partir da conquista do Fundeb, o segundo aspecto estrutural de uma transformação possível no País. E agora lança o Pronasci, que é a questão de segurança, igualmente necessária para falarmos numa mudança estrutural.

O nosso companheiro da Pastoral Carcerária fez a consideração sobre a Defensoria Pública, que acho pertinente. Nós temos verbas no Pronasci para a potencialização das defensorias onde já existam ou para a organização dessas estruturas onde porventura não haja.

Com relação à Pastoral Carcerária, também quero dizer aqui, de público, se não é da informação de todos ainda, que numa relação dialogada, portanto dialógica, com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), tivemos, no último encontro da CNBB, o acolhimento da proposta do ministro Tarso Genro para que em 2009 a campanha da Fraternidade seja "Fraternidade e Segurança Pública". A CNBB já deliberou a esse respeito, e em 2009 teremos o engajamento da CNBB, da Pastoral Carcerária, num grande investimento para as consciências do nosso país no que se refere à questão segurança.

Por último, deputado Dresch, quero parabenizá-lo, mais uma vez, e a todos os deputados aqui presentes, por essa iniciativa. E cumprimentando o promotor e o representante da Secretaria de Estado, quero dizer que fico muito feliz com a disposição da prefeitura em engajar-se de fato nesse movimento pelo Pronasci.

Podemos tirar um encaminhamento deste encontro, que pode ser, depois, articulado pelo presidente da Comissão com a senadora Ideli, com as autoridades dos municípios, ou do município de Florianópolis, e da Secretaria de Estado da Segurança. Nós estamos dispostos a recebê-los em audiência com o nosso secretariado em Brasília para avaliarmos, dos 483 milhões, que recursos poderiam ser destinados ainda este ano para Santa Catarina. Inclusive, essa é uma orientação do próprio ministro Tarso Genro, para dar uma demonstração formal e concreta de que Santa Catarina não está fora do Pronasci. Pelo contrário, pode ter um aporte de recursos já para este ano, uma vez tendo esse encontro em Brasília com os nossos técnicos e os demais secretários, para, quem sabe, ampliarmos os recursos, a fim de não nos preocuparmos somente em incidir na redução das taxas, que aqui já são taxas, como disse, muito alentadoras, mas para, pelo menos, mantermos essas taxas, que, seguramente, são resultado do bom trabalho que aqui produz a comunidade, que aqui produzem as suas forças policiais e as autoridades governamentais.

Parabéns pelo encontro e muito obrigado. O Ministério da Justiça e o gabinete do ministro estão à disposição de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Agradecemos ao representante do Ministério da Justiça.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por dois minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Rapidamente, até porque o horário está bastante adiantado.

Quero ressaltar que o papel do policial e do agente de segurança pública em geral é civilizatório. Essa compreensão a sociedade precisa ter, o Estado precisa ter. O nosso papel é civilizatório, é restabelecer a paz social; então, é evidente que onde a situação está muito desestruturada, fica mais complexo. E o recurso da força às vezes é necessário para restabelecer a paz social.

Civilização é estabelecer o fato de que os preceitos morais e éticos que a sociedade define como normais vão ser seguidos por todos. Nós ainda não temos a capacidade de parar uma ação criminosa pela força da mente, então, temos que usar a força às vezes, e aí quase sempre isso é dito como ação arbitrária, quando, na verdade, é uma ação necessária.

A capacidade que o Estado tem de fazer o seu trabalho, através das suas instituições de segurança inclusive, é que garante o maior nível de civilização ou de barbárie de uma determinada sociedade, e nós estamos devendo em vários aspectos.

Eu penso que a legislação, e gostaria de passar isso para o Ronaldo também... Estamos devendo para a população mudanças institucionais importantes. Nós precisamos potencializar a capacidade de cada agente. Quando eu falei da importância da mudança do conceito, tão importante quanto a quantidade, estava me referindo ao fato de termos uma quantidade que não é bem utilizada por conta da estruturação filosófica e jurídica estabelecida.

Aqui no nosso Estado, nesse aspecto, temos recentemente a Polícia Militar agindo na perspectiva de fazer o termo circunstanciado, elemento que tem provocado calorosas discussões. O que eu quero dizer é que nós precisamos dividir mais o poder de polícia. Se o termo circunstanciado está dentro da lei, precisamos intervir, tanto em nível local como nacional, no sentido de mudarmos a Constituição, de potencializar o trabalho daquelas instituições que têm um maior efetivo.

Precisamos ter instrumentos, e lamento que o Bolsa-Formação seja tão-somente para os cursos da área do tecnólogo. Penso que seria muito importante que fosse para todos os cursos de nível superior, porque o nosso pessoal quer se qualificar, quer se formar, e todo conhecimento é muito bem-vindo na segurança pública, inclusive os de sociologia, que também é minha área.

Então, Ronaldo, acho ruim que sejam só os cursos para tecnólogos, que serão oferecidos, quando forem, nas grandes cidades. Serão de uma situação específica para um grupo específico, não vai ter a possibilidade de capilarizar e abranger a instituição no seu conjunto.

As outras questões, principalmente com relação à habitação, temos que continuar o estudo para ver como a gente faz para auferir essa possibilidade de recurso.

Parabenizo vocês pela presença, pelo esforço que está sendo feito. Temos muito no que avançar; entendo que a gente está só começando esse trabalho de discutir essas mudanças necessárias nesse debate nacional de segurança pública.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA - Deputado Dresch, quero te passar em mãos o CD que apresenta os 94 projetos. Nele também constam a apresentação que fizemos aqui, o caderno que orienta os projetos e os primeiros projetos de lei, já enviados para o Congresso Nacional.

Ao te entregar esse CD, quero, na verdade, entregá-lo a todos os deputados, bem como deixar uma cópia aos representantes do secretário da Segurança e do governo do Estado, para que possam avaliar igualmente a nossa participação e estudá-la um pouco mais, porque a nossa apresentação, obviamente, oferece lacunas. Como disse, são 94 projetos, os quais os senhores poderão aprofundar a partir desse material.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Particularmente, estou contemplado com a discussão, com o objetivo desta audiência pública. A verdade é que poderíamos ter muito mais público aqui; agora, a representatividade foi muito grande, e certamente as pessoas interessadas no assunto vão levá-lo para frente, para a comunidade catarinense.

Entendo que cumprimos uma função importante aqui como Comissão de Segurança Pública, e agradeço, em nome dos membros desta Comissão, a presença de todos vocês.

Aprendi bastante hoje, embora já tivesse um conhecimento importante do Pronasci, do papel de Santa Catarina, das oportunidades que temos. Estou aqui também presidindo a subcomissão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e acho que grandes programas, quando pensam na estratégia nacional - União, Estados e municípios -, são fundamentais, porque começam a desenhar um outro rumo.

Falou-se aqui por vários momentos que a gente precisa abrir também espaços, responsabilidades com Estados, municípios e comunidade para tocar esses programas, esse trabalho nosso como lideranças públicas.

Agradecemos ao senhor Dejour Vicente Pinto, representando aqui a Secretaria da Segurança Pública; ao Ronaldo, cuja presença foi fundamental pelo conhecimento que tem do assunto, e, quem sabe, num outro momento possamos trazer também o ministro para cá, para contribuir; ao coronel Eliésio Rodrigues; ao doutor Fabiano Henrique Garcia, promotor de justiça, representando aqui o Ministério Público de Santa Catarina; ao Luiz Ademar Paes, da 8ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina; à senhora Rosa Ângela Silva Ribas Marinho, da OAB, que já se retirou porque tinha outro compromisso; a todas as pessoas que aqui falaram e contribuíram para o debate no dia de hoje.

Temos aqui algumas idéias, algumas propostas de encaminhamento. O Ronaldo propôs aqui uma reunião em Brasília, e isso nos interessa. Vamos nos organizar aqui para fazer essa audiência lá e discutir o papel de Santa Catarina dentro do Programa, inclusive já colocando à disposição a nossa Comissão. Certamente Santa Catarina vai ter que fazer algumas adaptações às suas legislações para entrar no programa e tal, então precisamos conversar com a Secretaria e discutir esse... Mas isso nós podemos fazer na audiência em Brasília; lá podemos combinar esses encaminhamentos.

Outra coisa importante é divulgar para a sociedade. Aqui foi distribuído um livrinho, quem sabe a gente vê com o Ministério se tem mais, para fazermos uma distribuição maior para a população catarinense interessada.

Não sei se tem mais algum outro encaminhamento para tirar desta audiência pública. Pelo que peguei aqui, é mais ou menos isso.

Gostaria de agradecer mais uma vez a presença de todos. Sempre atrasamos um pouco, nunca é possível cumprir o dito horário do almoço, que aqui é meio-dia, por isso muita gente acaba saindo antes.

Muito obrigado aos nossos telespectadores da TVAL, ao jornal da Assembléia, à Rádio Alesc Digital, à imprensa, aos nossos colaboradores e aos funcionários da Casa, que estão cumprindo um papel importante.

Até uma próxima oportunidade.

Está encerrada a reunião.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO PARA DEBATER SOBRE O DESTINO DO TERRENO DE PROPRIEDADE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 18H, NA ESCOLA BÁSICA AMÉRICA DUTRA MACHADO

O SR PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) -

Senhoras e senhores, pedimos a gentileza que cada um tome assento para que possamos dar início à nossa audiência pública; e desde já agradecemos a presença de todos.

De acordo com os termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, nós damos início a esta audiência pública, convocada pelo senhor deputado Reno Caramori, presidente da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através do requerimento de autoria deste deputado, para debater o destino do terreno de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, Cohab.

Convidamos para compor a mesa a senhora Melita Maria Marques, presidente da Carmocris; o senhor Flávio Bernardes, diretor-geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, representando o senhor Valter Galina; o senhor Jorge Augusto Lopes, que representa o secretário municipal de Habitação; o senhor Marcos César Pinar, da União Florianopolitana das Entidades Comunitárias, Ufec; a representante da senadora Ideli Salvatti, senhora Mirian Darós; e o senhor Lino Bragança Peres, arquiteto e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Antes de a gente abrir a palavra, quero dizer que vamos ter a oportunidade de fazer aqui as nossas manifestações, mas pedimos que isso seja feito sempre de forma muito tranqüila, aberta, naquele grande e profundo objetivo de avançarmos naquilo que nos estamos propondo. A audiência sempre é feita para refletir, ouvir e dar encaminhamentos. Então, é com esse espírito que viemos esta noite aqui na escola, para ouvir lideranças e pessoas das diferentes comunidades que aqui se encontram: Chico Mendes, Novo Horizonte, Conjunto Habitacional Panorama, Santa Terezinha I e II, Nossa Senhora da Glória e Nova Esperança.

Vou fazer uma pequena introdução que acho importante, porque vai-nos ajudando um pouquinho a nos contextualizar neste momento. Depois, é claro, com muita propriedade, o professor da UFSC fará isso, para que todos nós possamos estar revestidos profundamente de todo o processo, de toda a caminhada que aqui as diferentes comunidades e lideranças têm feito durante esse tempo todo.

Esta audiência pública, como toda ela, tem o caráter específico de ouvir a comunidade. Há muitos anos essas comunidades, com mais de 20 mil moradores, sofrem com grandes carências de todo tipo, e isso os moradores sentem no dia-a-dia da sua caminhada e da sua vida. Há necessidade de espaço para a prática do lazer, do esporte, da cultura, é uma questão que diz respeito diretamente a esta audiência pública, uma vez que estamos aqui para tratar do assunto do imóvel da Cohab.

Já houve todo um movimento de luta, de mobilização dessas comunidades, para conseguir do governo o espaço para a criação de um parque metropolitano. Como devem estar lembrados, na semana passada houve aqui o gesto do abraço à praça, ao terreno, manifestando, através desse gesto, a busca, o desejo de a comunidade poder ter esse espaço para a realização das diferentes necessidades dessas comunidades.

A comunidade está lembrada também que em 25 de setembro de 2001 foi encaminhado ao então governador do Estado, senhor Esperidião Amin, um pedido assinado por várias lideranças, vereadores, deputados estaduais, com o intuito e o desejo da solicitação do terreno para a comunidade, havendo também um compromisso, à época, de ceder o terreno para aquilo que a comunidade estava-se propondo. Passaram-se alguns anos e alguns questionamentos, algumas interrogações ainda se fazem presentes.

Foi nesse sentido que a audiência pública foi solicitada por várias lideranças, entidades dessas diferentes comunidades, para que pudéssemos ouvir os diferentes representantes, das diferentes esferas, municipal, estadual, para a gente chegar a um entendimento e a um encaminhamento sobre a questão do terreno.

Antes de passar a palavra ao professor Lino, rapidamente eu gostaria de comunicar a todos que a diretora-presidente da Cohab, senhora Maria Darci Mota Beck, encaminhou ofício dizendo que por motivos de agenda em outras regiões do Estado, com o governador do Estado de Santa Catarina, não poderia fazer-se presente neste ato. Também o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia, encaminhou telegrama agradecendo o convite, porém, em função de compromissos já assumidos, não poderia comparecer a esta audiência pública. Da mesma forma, o deputado Valmir Comin, devido a outros compromissos assumidos, comunicou que não poderia fazer-se presente. Ambos desejando êxito e bons trabalhos na noite de hoje.

Então, com a palavra o professor da UFSC, Lino Bragança Peres, para fazer o relato, uma recuperação do processo, da caminhada, da situação que se encontra, até para nos colocar elementos e facilitar a audiência na noite de hoje. Só peço que seja bastante objetivo, que as colocações sejam feitas com tranqüilidade, mas de forma objetiva, para ouvirmos o maior número possível de pessoas nesta noite.

O SR. LINO BRAGANÇA PERES - Boa-noite aos membros da mesa, às lideranças, ao deputado, à representação da Prefeitura, à entidade comunitária Ufec, e a todos os moradores locais que vieram.

Quero parabenizar a iniciativa de fazer esta audiência pública no local da comunidade e não distante dela. Acho que é uma conquista importante, assim como o fato de a gente recuperar o diálogo com as autoridades e com o governo do Estado, que havia estancado por um período, vamos dizer, desde 2005, 2006. Então, acho que é importante essa nossa conquista histórica.

Na realidade, só para destacar, esse projeto é produto do esforço das nove comunidades, e já vem desde 2001. Não quero estender-me muito, mas esse projeto faz parte de uma luta anterior, ocorrida ao longo dos anos 80, e na época também acompanhei com os meus alunos as ocupações que ocorreram e a Polícia tentando reprimir. Aqui era uma área aberta, começo com Nossa Senhora da Glória, Chico Mendes, enfim, era um terreno vazio - o Panorama ficou com um terço do seu tamanho em função da crise na época do general Figueiredo, o Promorar - e as comunidades foram ocupando a área. Toda essa área aqui foi conquistada com muito suor e muita luta, mas hoje a comunidade, com esse terreno e com o projeto Habitar Brasil e Habitar Brasil BID, está finalmente realizando... Tudo isso não foi dado de graça, apesar de que deveria ser, porque já pagamos impostos, mas foi conquistado com muita luta e resistência das comunidades locais.

Pude acompanhar uma parte desse processo, em 1988 e 1989, junto com outras pessoas, com o padre Vilson, junto com o Caprom, que na época lutaram para que a gente garantisse que as pessoas ficassem nesse lugar. Nova Esperança, Santa Teresinha I e II, Novo Horizonte, Chico Mendes, enfim, foram ocupando essa área toda aqui e com os anos foram lutando e arrancando do Poder Público as demandas todas e os equipamentos, e foi com muito custo.

Esse projeto ainda está em andamento e tem uma série de problemas do Habitar Brasil BID que está incompleto. Temos comunidades que ainda não completaram as suas casas aqui nessa região. Eu pude acompanhar a dor dessas comunidades locais, depois retornei em 1995, 1996, com pesquisa com os alunos. Na época, numa pesquisa que fizemos com algumas lideranças, com o senhor Antônio, o senhor Jair, com o Habitar Brasil, acompanhamos a prefeitura, que começou a carrear recursos para a área. Nós ficamos, numa espécie de observatório, vigiando a prefeitura, para que realizasse um projeto realmente participativo, antes do Estatuto da Cidade, que agora, sim, reconhece que as comunidades é que controlam o projeto desde o início até o fim. Isso que é a garantia da conquista do movimento da reforma urbana, do Conselho da Cidade etc.

Então, na época já se apontava à participação da comunidade. Sempre criticamos que a comunidade tinha que ser realmente participativa, e não foi naquele momento, com essas casas que foram feitas do lado, casas com dimensões muito pequenas. Eu e meus alunos denunciávamos isso, e depois de muitas mobilizações conseguimos ampliar um pouco as casas.

Mas essa via aqui, nós éramos contra, sair no meio. Enfim, conseguimos vários projetos alternativos para a época e tentamos ajudar no que era possível naquele período de 2001, 2002, 2003. Uma das reclamações que havia, na época, era a falta de áreas de lazer. Vocês sabem que o Chico Mendes ali é uma cama de futebol, em cima foram colocadas aquelas unidades e perdeu-se uma parte da área, falta de arborização e área de lazer.

Esse terreno, que na época era destinado para conjunto habitacional, ou outra ocupação mais privada, é uma área que responde às deficiências. A gente calcula, mais ou menos, que toda área do Estreito, do Continente, está abaixo de 1 metro quadrado por habitante de área de lazer, área verde, quando se recomenda em torno de 12 metros quadrados, no mínimo.

Curitiba, na parte central, tem 40 metros quadrados por pessoa, por área de lazer, área verde, e estamos com menos de 1 metro quadrado no Estreito. Então, com esses 3 hectares aqui, sobe um pouquinho essa área de lazer por pessoa nessa região, que são 28 mil pessoas, mas ainda está baixo.

Já vou anunciando que no plano diretor, que estamos lutando, temos representantes, criamos novas áreas como essa aqui na área continental. Essa é uma grande luta nossa, a área do Exército, que pode ser questionada hoje. O aterro que vai ser construído tem que ser uma área de lazer para a comunidade, que é uma grande deficiência que temos nessa região, como também na parte da Ilha. Se pegarmos São José, tem o mesmo problema. A única que tem 12 metros quadrados por habitante é a parte do aterro central da Ilha. Mas se for olhar, o que é aquilo lá? É uma colcha de retalhos! Foi descaracterizado do projeto original, que tinha áreas de lazer, tinha parque, e hoje aquilo ali é uma coisa, não tem qualificação. Então, são 12 metros quadrados, mas com qualidade, espaço para crianças, para os idosos, para os jovens enfim. Isso que é área para a gente usar, parques, espaço para qualificação profissional, ginásio para esporte, circo, espaço para as crianças soltarem pipas etc.

Essa área dos sonhos dos encontros vai além de só casa, vai além. Eu queria colocar que com esse projeto que saiu aqui, essa é a grande questão no País hoje, você recupera a dignidade das famílias. Não basta um posto de saúde, uma escola, infra-estrutura e esgoto, temos que ir mais além, temos que sonhar! Criar áreas para as pessoas se encontrarem, para jogarem, para brincarem, para os adultos voltarem a ser criança. Não sei se está claro! Levar a arte, levar a música, isso é importante, e não lá no CIC, do outro lado da ponte. A Orquestra Sinfônica tem que vir para cá, levar a cultura para o povo. Isso que é realmente incluir as pessoas na cidade e torná-las cidadãs.

No Rio Janeiro, tardiamente, o governo atual está começando a fazer projetos de inclusão social na Rocinha, tendo como primeiro ponto a área da cultura e do esporte para os jovens. É a educação! É isso que vai mudar alguma coisa, depois vem a polícia comunitária. Mas estão fazendo o contrário, mandam a polícia primeiro!

A comunidade que está invisível, não existe no mapa, porque não está legalizada, agora que estão legalizando, nós temos que deixá-la visível. Nós, que estamos aqui, existimos! É área de lazer é fundamental. Agora o governo do Lula está começando a incorporar com política social.

Então, é um grão de areia o que estamos colocando nessa contribuição, mas é uma experiência nova, inédita no Estado. É importante essa área como experiência piloto, porque a partir daqui encorajamos, damos exemplo, através dessa área de lazer, para começarmos a espalhar para outras áreas que estão empobrecidas, que sofrem, que não tem nenhuma área de lazer, como a área do Maciço Central, com dezessete comunidades, que tem que subir e descer morro. Aqui só desço! Mas lá está pior ainda, porque não tem nem área de lazer, é sobe e desce morro. Então, isso é importante, gente. Se ganharmos essa área, nós vamos lutar juntos para criar embriões de esperança, de encontro, de lazer e de arte, e levar para todas as comunidades. Esse é o nosso grande sonho.

Deputado, a partir da iniciativa do Mauro Passos... Em 1º de abril de 2004, depois de muita luta, muito esforço, conseguimos uma audiência com o governador e com várias lideranças, o seu Antônio, o seu Chico, o seu Jair. Tenho medo de errar os nomes, mas muita gente estava naquela audiência com o Mauro Passos, como o Grando, a presidente da Cohab, que chegou com um projeto quase pronto para ocupar essa área com um conjunto habitacional, porque a ideia na época era vender essa área para conseguir recursos para casas no interior do Estado. Nós chegamos lá e depois de muita conversa com o governador mostramos a importância disso.

Aqui do lado, a Ângela Amin ganhou a eleição em cima das casas geminadas do Bom Abrigo, casas com 36 metros quadrados, nas quais uma família de cinco pessoas não entra.

Dissemos para o governador: esse projeto é superior, o senhor pode marcar história se ceder essa área para a comunidade. E todos lá colocaram a sua dor, a sua luta de anos. E o governador, depois de muita conversa, resolveu na hora ceder o terreno para a comunidade, quando a presidente da Cohab estava com uma proposta na mesa. Então, de lá para cá nós ficamos com a palavra do senhor governador de que cederia. E o que aconteceu? Foi passando o tempo. Com base nisso, nós desenvolvemos um projeto da universidade e a coisa foi complicando, porque não conseguimos falar com o governador posteriormente - o seu Chico depois vai explicar melhor isso, as lideranças locais vão explicar, a senhora vai explicar melhor. Mas desenvolvemos o projeto com base nisso.

Aí eu quero colocar a segunda etapa disso. Esse projeto não é tradicional, no qual o arquiteto, o engenheiro vem e diz: vai ser assim e pronto. Como trabalhamos em várias comunidades, já estou há muito tempo nisso, a partir do diálogo com a comunidade o arquiteto vai plasmando e colocando na mesa o sonho dela. Esse é um trabalho de ida e volta. A gente aprende muito com a comunidade nesse trabalho de ida e volta, que não é tradicional. Porque a visão que se tem dos arquitetos e engenheiros é essa: sim doutor, não doutor! Vamos parar com esse sim doutor, não doutor, porque é o contrário. As comunidades é que dirigiram o projeto e nós fomos mais ou menos colocando no papel, em maquete, o que ela estava demandando.

Então, o importante é uma nova prática profissional, pela qual venho lutando há muitos anos nos cursos de Arquitetura. Em vários lugares do País tem muitos colegas nessa direção de mudar o perfil do profissional. O profissional deve ser humilde, tem que escutar a comunidade e, a partir dela, ir construindo um sonho. Não sei se está claro. Não é um projeto tradicional. Isso dá muito trabalho, muita reunião, tem que ir e voltar, para cima e para baixo todo tempo. Eles sabem bem que dá uma trabalhadeira - e cobraram-me todo o tempo: como é que é, e o projeto, não vai sair? Aí tem problema com os alunos, tem aula, aquela confusão. No final, tive que pedir apoio aos arquitetos Arles(?) e Cristiano, da Unisul, a minha filha e meu genro, para me ajudarem nesse projeto junto com os alunos da Unisul e da Federal. Foi um trabalho de parceria. Aí conseguimos desenvolver o projeto final.

Não vou explicar todo o projeto, eu esperava ter *datashow* aqui, mas a maquete está ali e dá para explicar melhor. Basicamente o projeto é deixar a área mais livre possível, espaço para colocar circo, praça para as pessoas caminharem no entorno e ter a abóbada celeste, as estrelas que nos cobrem, e não fechar todo o ambiente. Queria colocar esse ponto importante.

Segundo, que possamos olhar o horizonte no final da tarde e o entorno, que é belo o crepusculo. São as montanhas ao fundo. A nossa saída está acabando com os visuais, ocupando toda a orla, o direito à paisagem, de respirar no entorno; que a construção, pelo menos, não ocupe o centro, que fique na lateral.

Outra coisa: que fique aberta a parte em direção ao Monte Cristo - essa zona do lado de cá é integrada com o terreno -, que não seja fechado com um bloco de edifícios do lado de cá. Portanto, se vocês observarem, a edificação ficou toda do lado de lá do ginásio, que está na ponta, ele fica mais afastado; e as oficinas, é só daquele barranco que está do lado de lá, para o lado do BIG, que desce.

Então, aí vem uma ideia, e é contribuição da comunidade, não nossa. Tem pista de *skate*, tem campo de futebol, mas está faltando alguma coisa para gerar emprego. Então, colocamos essas oficinas do lado de lá, embaixo vai ter oficina de padaria, vai ter geração de emprego, de renda, doces e salgadinhos, tem umas oficinas embaixo que ficam voltadas para as lojas, para o BIG, para o pessoal que vem de lá, do estacionamento. Em cima o pessoal produz o pão e embaixo vende, não sei se está claro. Em cima, fica ao nível do terreno. Então, (*ininteligível*) uma linha de oficinas do lado de lá.

Terceiro, o ginásio é para esporte, de modo geral. Na frente tem uma parte para colocar orquestra sinfônica, teatro no entardecer. Imaginem a orquestra sinfônica no entardecer! Mozart! O pessoal dançando ali no final da tarde, na pista, numa noite de verão! Então, colocamos em frente ao ginásio. Por que não?!

Tem um aluno meu no TCC, um aluno não, eu estive na banca, que propôs lá em cima, no topo, sabem o quê? Piscina para a comunidade. Eu fiquei: o que é isso? Lá é posto de saúde, que história de piscina é essa? Isso é muito luxo! Sabem o que aconteceu lá em cima? As piscinas do entorno, da classe média, ali perto, estão todas sem água, o pessoal vai ocupar a água dos vizinhos. Por que não piscina para a comunidade lá em cima do morro, com direito à água, à hidroterapia? Isso aí é coisa de bacana, de classe média. Por que não? Para as crianças brincarem na água, porque estão longe do mar (tão perto e tão longe!) e porque a água é poluída. Então, vamos manter uma piscina lá em cima. Por que não? Por que não sonhar? Por que não sonhar aqui embaixo com a orquestra sinfônica, teatro junto ao ginásio? Então, fizemos do lado de lá.

Depois, colocamos para o jovem a pista de *skate*, porque é fundamental o jovem se movimentar. Do lado de cá, junto com essa passarela atual, que vem do outro lado, e outra que cruza por cima da BR e chega ao terreno do lado e tem uma pista de *skate*. No centro, tem a tradição do nosso povo, que é o futebol. As quadras polivalentes, direito a fazer exercícios físicos para além da escola.

Então, nessa escola aqui, as crianças vão recrear lá no terreno. É junto à escola para além da escola. Depois, uma pista para as pessoas caminharem, ciclovias para andar no entorno. Além do ginásio tem salas para qualificação profissional, para informática, para complementação, que é fundamental, porque em qualquer lugar hoje tem que ter qualificação profissional para gerar emprego, e, se possível, uma creche embaixo.

Esse conjunto de equipamentos responderia um pouco os anseios da comunidade. Esse programa foi tirado das nove lideranças. Na época, eu disse que seria melhor consultar a comunidade local - imagino que eles fizeram o dever de casa. Todo mundo foi consultar a comunidade local para colocar esses equipamentos. Pode ser que hoje, passados três anos, talvez tenham novas propostas para a área, porque essa coisa está sempre mudando, mas essa foi a proposta possível para a época, na correria, com o esforço das lideranças, para poder fazer um programa que contemplasse a área.

Então, mais ou menos, gente, é essa a proposta, o resto é passarela. Ah, esqueci, e é importante: do lado de dentro do terreno colocamos uma cobertura enorme para dar sombreamento e criar uma feira. Os produtos tanto podem ser para o lado de fora como para o lado de dentro do terreno, também para a comunidade local.

E respeitamos os caminhos. Hoje, o pessoal sai daqui, vai lá para o BIG, atravessa o terreno. Respeitamos o movimento natural de cortar o terreno, respeitamos esse cruzamento por dentro do terreno. Vão ser respeitados os percursos normais para ir e voltar do BIG. É isso. O resto é muita arborização para criar área de sombreamento.

Iluminação noturna. Vai ter uma guarita lá, para controlar a área - é melhor não ter guarda. A idéia é criar iluminação para as pessoas utilizarem à noite. Ai há um problema com as lideranças, que já se dividiram: "Não, mas à noite é complicado, porque os jovens vão se esconder aqui atrás e fazer algumas coisas". Eu chamei a liderança e disse: vamos confiar, com muita iluminação. As pessoas usam à noite e aí acabam as desconfianças noturnas. Então, o espaço tem que ser usado também à noite, até a uma, duas horas da manhã, como na Espanha, em Madri, lá o pessoal usa as *ramblas*, os passeios, até a uma da manhã com as crianças. Por que não utilizar noturnamente? Então, queria colocar isso também.

É essa a proposta que a gente fez. Infelizmente não deu para mostrar as imagens, mas ali está a maquete. Esse trabalho foi exposto também na II Bienal Internacional de Arquitetura, em São Paulo, e foi classificado como um projeto de inclusão social.

Portanto, é essa a nossa contribuição, que é uma proposta que hoje está sendo lançada na América Latina inteira, assim como em Bogotá, onde estive. Em Bogotá e Medellín é muito pior que no Rio de Janeiro o problema do cartel da droga. E lá tem, além do Exército, os paramilitares. Uma violência incontrolável. E sabem o que aconteceu? Eles baixaram em 20% o nível de violência. A grande estratégia: além de pagar bem os policiais e a polícia comunitária, começaram com um projeto parecido com esse, um projeto de arquitetura, um projeto de lazer, de inclusão das pessoas. As pessoas confiaram e hoje a Colômbia é uma referência.

Então, a idéia é dar para o povo não só pão, mas a possibilidade de ser cidadão, de poder realizar seus sonhos, de voltar a ser criança - nós somos crianças que endurecemos os nossos corações de muita dor, mas precisamos voltar a ser crianças.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, professor.

Gostaria de registrar a presença de algumas lideranças: João Ghizzoni, representando o Ministério dos Esportes; Cedenir Simon, representando a Famesc; Elizabeth Aparecida dos Santos, presidente da Associação Nova Esperança; Francisco dos Santos, vice-presidente da comunidade Promorar; Dirceu Antônio da Silva, presidente da Associação dos Moradores de Santa Terezinha II; Wander Luiz, representando o vereador Guilherme Grillo; Adir Silveira de Oliveira Junior, representando a Associação dos Moradores do Estreito; Jair Alves, presidente da Associação Comunitária Ambiental do Monte Cristo (Acamoc); vereadora Angela Albino, do PCdoB; e o vereador Márcio de Souza, do PT. (*Palmas.*)

O professor gostaria de fazer um complemento sobre a questão da verba.

O SR. LINO BRAGANÇA PERES - Pergunto se a liderança vai explicar essa parte, porque eu posso explicar como foi a tramitação do projeto dos R\$ 4 milhões que passaram para R\$ 10 milhões e chegaram a R\$ 1,7 milhão. Posso explicar?

Só um detalhe: esse projeto foi orçado, na ocasião, em quatro milhões e pouco para desenvolver os projetos todos. Isso aqui é o anteprojeto, não é nem projeto. A partir daí, se a verba fosse liberada, teríamos que detalhar a parte de paisagismo, a parte externa, os edifícios, as construções, tem o projeto hidráulico, o projeto de cálculo estrutural e vários outros. Isso aqui é só uma parte inicial, e nós orçamos em R\$ 4 milhões a R\$ 5 milhões, na ocasião.

Depois, o Mauro Passos conseguiu fazer tramitar essa emenda lá no Congresso e a partir de uma mobilização se conseguiu o apoio de toda a bancada federal de Santa Catarina.

Eu queria destacar esse ponto, é da maior importância: é um projeto que começou com o Mauro Passos e teve o apoio unânime de todos os partidos - para ver a importância social desse projeto.

A partir daí se orçou e chegou-se a R\$ 10 milhões - eles aumentaram a verba, chegando a R\$ 10 milhões. Isso tramitou lá no Congresso Nacional e depois se liberou R\$ 1,7 milhão - nós entendemos que R\$ 1,7 milhão seria para a primeira etapa do projeto, a parte de espaços abertos, não o ginásio, mas uma parte aberta para já começar a ocupar.

Bom, aí a tramitação dessa verba começou a dificultar tudo - e quero agradecer ao Ghizzoni, que está presente, que na época estava no Ministério do Esporte e também nos ajudou muito a fazer tramitar essa verba lá, mas, devido a essa insegurança do terreno, a gente não tinha uma garantia do terreno, em particular. E nós enfrentamos dificuldades com a verba - o Mauro Passos saiu do mandato, a gente perdeu a conexão com essa verba. Agora nós teríamos que garantir a segurança jurídica desse terreno para poder novamente voltar a pleitear a verba, tem que reatualizar o orçamento - esse é um ponto que agora a liderança pode explicar melhor.

O outro ponto que eu quero destacar é que esse terreno era da Cohab mas foi quase vendido pela Câmara de Vereadores por R\$ 4 milhões na época, mas depois de muita pressão da comunidade local, que realizou uma audiência pública na Câmara de Vereadores, já em 2005, com a Lei Complementar nº 2002, a área passou a ser área comunitária institucional e área verde de lazer.

Então eu queria dizer que não dá para colocar qualquer coisa dentro desse terreno. Tem que ser uma área com equipamentos na área social e área comunitária institucional. Ou seja, equipamentos públicos de modo geral para atender a comunidade, senão tem que alterar a lei.

Eu quero dizer que há uma segurança legislativa com essa mudança no plano diretor, que está (*ininteligível*). Só falta o governador ceder o terreno e nós voltarmos à luta para conseguir aquela emenda lá, que acho que já caducou, de R\$ 1,7 milhão - nós vamos ter que, novamente, pegar aquela bancada federal (parte dela não foi eleita e parte foi) e tentar começar novamente essa luta, a partir do terreno, com a verba.

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Eu gostaria de oportunizar uma rápida saudação por parte dos membros da mesa. Depois, nós vamos ouvir a comunidade.

Começando pela ponta, com a palavra o Marcos.

O SR. MARCOS CÉSAR PINAR - Boa-noite a todos.

Eu sou coordenador regional da Ufec no Continente e gostaria de justificar a ausência do presidente Modesto Azevedo. Ele teve outra atividade, mas disse que também está na luta com a gente - ele acompanhou o processo.

Quando a gente vê a paixão do Lino contando esse projeto, vemos que não é só a paixão do Lino, é a paixão de todos os líderes comunitários e de toda a comunidade. Percebemos com esse plano o prazer, o sonho que todos nós temos desse parque metropolitano.

É bom nos fixarmos nisso: a paixão do Lino é a paixão de toda a comunidade. (*Palmas.*)

O SR. JORGE AUGUSTO LOPES - Boa-noite a todos, eu represento a Secretaria da Habitação, de parte do secretário Átila.

Quero agradecer todos aqui e dizer que a Secretaria hoje está desenvolvendo o projeto habitacional do Chico Mendes. Fez o HB há alguns anos, agora é o HBB e todas as semanas a gente tem reuniões com os líderes comunitários, que levam os seus problemas e as suas esperanças. E, como sempre, a Secretaria se põe à disposição para qualquer reivindicação da comunidade; naquilo que a Prefeitura puder fazer na parte de auxiliar, tanto em parceria municipal, estadual ou federal, ela se põe à disposição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Passo a palavra à senhora Melita.

A SRA. MELITA MARIA MARQUES - Em primeiro lugar, quero agradecer ao pessoal da mesa, cumprimentar os nossos amigos e dizer que esse parque é um sonho nosso, é um sonho das comunidades. Podemos, sim, ter o nosso parque. É um direito nosso ter lazer, esporte. Então, o parque é nosso, só não conseguiremos se não quisermos. No nosso bairro tem muita gente e o nosso povo pode, o povo pode tudo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Passo a palavra ao senhor Flávio Bernardes.

O SR. FLÁVIO BERNARDES - Boa-noite a todos.

Sou diretor-geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis e estou aqui representando o secretário Valter Galina, que pediu desculpas por não estar presente em razão de um compromisso inadiável.

Deputado Padre Pedro Baldissera, ouvir o professor Lino é muito gostoso. Como existe gente boa neste mundo ainda! Muitas vezes a gente liga a televisão, mas de repente acaba desligando porque só tem porcaria, notícias ruins, gente que mal sonha, gente que nem sabe o que significa a palavra sonho. Mas olhem o sonho! Com o relato que ele fez, a gente sente ainda que tem gente de fato no nosso meio.

Padre Pedro e professor Lino, vocês já observaram quantas mulheres estão presentes aqui? As mulheres estão saindo de casa, participando de uma audiência pública. Há alguns anos se via isso? Era difícil! Estamos evoluindo!

A essas mulheres, principalmente, meus parabéns. Aumentem essa força, essa energia que vocês têm e tragam mais pessoas para participar de audiências públicas, porque o povo realmente tem que se envolver. O povo juntinho, forçando a barra mesmo, estudando, encontrará melhores maneiras de chegar aonde quer.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a senhora Mirian Darós.

A SRA. MIRIAM DARÓS - Boa-noite a todas e a todos.

Na condição de representante da senadora Ideli Salvatti, que se encontra em Brasília em agendas no Senado, e na pessoa do nosso companheiro sempre presente deputado Padre Pedro, quero cumprimentar as pessoas da mesa - e, em nome da senadora, deixar um abraço - e parabenizar mais uma vez pelo resgate, pela continuidade desse projeto, que, de fato, não pode morrer.

Como professora, talvez seja necessário a gente fazer um resgate com alguns estudantes, com alguns professores, com algumas figuras públicas e com as lideranças comunitárias que estão aqui, que acompanharam, em 1995, quando essas comunidades passaram por uma organização comunitária, um projeto social que se implantou dentro da Escola América Dutra Machado, um projeto de parceria entre professores, direção, comunidade, Universidade Federal e Udesc - está aqui o professor Canela, que não deixa a gente titubear nessas informações do ponto de vista da importância que foi o projeto Escola Aberta, em 1995, nessas comunidades aqui.

Ficávamos de domingo a domingo trabalhando com a Escola Aberta em todas as questões de cultura, esporte, lazer, prevenções e outras questões, como alimentação das crianças - a gente percebeu que as crianças não aprendiam muitas vezes por não se alimentarem descentemente. E aí essa parceria tomou vulto, trouxe para dentro desse projeto o CDL de Campinas, São José. Por quê? Porque nós também estávamos trabalhando o projeto de tirar as crianças da rua.

Os comerciantes começaram a perceber que aos sábados e domingos as crianças dessa região aqui, que é uma região de assentamento, com uma característica de luta, de perseverança, de busca de qualidade de vida, não apareciam mais na porta dos restaurantes em que faziam pedidos constantes. Eles quiseram saber o porquê dessas crianças terem desaparecido das ruas, e descobriram que foi através do projeto da Escola Básica América Dutra Machado que estava se desenvolvendo dentro das comunidades.

Então, gente, por que estou dizendo isso? Estou dizendo isso porque essa é a característica dessas comunidades e desses representantes comunitários que estão aqui, a Melita, o Dirceu, o Chico, o Antônio e outras pessoas, a importância da continuidade dessa luta e da busca de parceria.

Para não me alongar, quero dizer, Lino, que o mandato da senadora Ideli Salvatti é parceiro na construção e na busca da implementação desse projeto. Naquilo que a gente tiver que atuar com os ministérios e com o governo federal, vamos ser parceiros incansáveis. A gente acredita que é dessa forma, através do governo do Estado, do governo municipal, do governo federal e da comunidade, que vamos conseguir implementar essa política, fazer dela algo que venha a trazer bem-estar não apenas para a população ou para as comunidades dessa região, mas para toda a região da Grande Florianópolis. Esta região aqui é a vitrine da Capital, é a entrada da Capital. Portanto, temos que trazer qualidade de vida, não podemos abrir mão desses projetos por conta de algumas pessoas hoje tentarem impedi-los.

Mais uma vez que agradecer pela oportunidade de trazer a vocês essa questão das parcerias e, também, a importância de os governos estadual e municipal não titubearmos do ponto de vista das decisões da implementação. É aquilo que a Melita diz: o terreno não é da Cohab, o terreno não é do município, o terreno não é do Estado, o terreno não é da Federação, o terreno é das comunidades que pertencem a esse conjunto de lutadores que a gente acaba definindo como Monte Cristo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Eu quero registrar, ainda, a presença da senhora Andréa dos Santos, representante do Grêmio Esportivo do Monte Cristo; do senhor Fábio Silva, da Agremiação Filhos da Luz; do senhor Nildomar Freire, o Nildão, ex-vereador de Florianópolis; da senhora Francisca Chagas dos Santos, presidente da Associação Novo Horizonte; do senhor Rui da Luz, presidente do PT de Florianópolis; e da irmã Dalva Maria Pedrini, catequista franciscana.

De imediato, vamos ouvir a nossa comunidade, pois desejamos que as pessoas façam as suas manifestações. Apenas apelo para que não sejam muito extensos, que façam objetivamente as suas colocações.

Com a palavra o primeiro inscrito, o senhor João Ghizzoni, do Ministério do Esporte e ex-vereador de Florianópolis.

O SR. JOÃO GHIZZONI - Obrigado, deputado Padre Pedro. Eu quero saudá-lo, e também todos os componentes da mesa; o professor Lino, com toda a sua efusividade em defesa da habitação popular; a Melita, essa grande e combativa mulher, de fibra, e em seu nome cumprimento todas as lideranças comunitárias e todas as mulheres que estão aqui. Se nós tivéssemos pelo menos umas cem mulheres como a Melita, talvez já teríamos avançado muito mais nas conquistas da nossa cidade. (Palmas.)

Estou em Florianópolis em férias e, quando fiquei sabendo que iria acontecer esta audiência pública na comunidade, não podia deixar de comparecer para trazer o meu apoio, a minha solidariedade e para dizer que o Ministério do Esporte, evidentemente, será parceiro na implantação de projetos esportivos para esta comunidade, se conseguirmos viabilizar esse projeto.

Eu quero falar porque conheço aqui, não é Melita? A Melita sabe, assim como todos os amigos que a gente tem nesta comunidade, todo o trabalho que foi feito aqui para garantir o direito à moradia - e uma grande parte dos moradores mais antigos e os mais novos que estão aqui. Eu me inscrevi para dizer, sobretudo, que eu acho insaniamente transformar essa área em mais um espaço de moradia, seja de qualquer tipo que for.

Aqui, nesta região, temos um adensamento populacional muito grande, talvez um dos maiores da nossa cidade. E eu pergunto para vocês: qual é o espaço de lazer, qual é a área, de fato, de sociabilidade das pessoas que existe aqui para todos os moradores desta região? Já temos verdadeiros absurdos neste país, comunidades que se formaram sem que tenham a mínima possibilidade de integração. E o que nós estamos vendo? A violência de tal forma incontrolável neste país.

Quero dizer que hoje eu escutei, por incrível que pareça, que existe uma polêmica: onde vai ser construído o Cadeião de Florianópolis? Mais uma vez, parece que estão querendo mandar para São Pedro de Alcântara, como se lá fosse o depósito de tudo que é ruim que acontece em Florianópolis.

Agora, pode construir cadeia em tudo quanto é lugar! Mas se não for feito um trabalho de base com fundamento no ponto de vista do esporte, do lazer, para dar oportunidade às nossas crianças, pode construir cadeia em tudo que é lugar que não vai ser suficiente para prender as nossas crianças que não terão oportunidade! Se elas não têm oportunidade de lazer, de se manifestar, de gastar as suas energias em atividades sadias, que ajudam no desenvolvimento social, no desenvolvimento mental dessas crianças, que, sobretudo, contribuem para a saúde da nossa população, eles têm um caminho fácil nas mãos dos marginais.

Por isso eu acho que isto aqui é uma luta que nós devemos travar com toda dedicação! Se for preciso, teremos que acampar ali dentro para não deixar vender. Vamos lutar para construir esse espaço de lazer, porque só assim nós vamos conseguir impedir que Florianópolis caminhe cada vez mais na direção do que hoje é o Rio de Janeiro, dessas grandes cidades que se transformaram numa verdadeira guerra civil não declarada neste país, pela quantidade de pessoas que morrem diariamente assassinadas no nosso país.

Portanto, eu trago aqui a nossa solidariedade, a minha solidariedade. Eu estou muito feliz com essa luta que está sendo travada e acho muito oportuno a Assembléia Legislativa estar realizando esta audiência pública. O que depender de nós, Lino, pode contar com o Ministério do Esporte. No que nós pudermos fazer, em Brasília, vamos ajudar a viabilizar recursos para que esse parque seja implantado, que talvez seja o maior parque da cidade de Florianópolis.

Parabéns à comunidade aqui presente e às lideranças que realizam este evento.

Peço desculpas, pois terei que sair porque tenho um compromisso neste exato momento.

Obrigado, Padre. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Nós é que te agradecemos, João Ghizzoni, pela participação, pela presença, representando aqui o Ministério do Esporte.

O próximo inscrito é o senhor Raulino Degracia, da comunidade Promorar e membro da Carmocris.

O SR. RAULINO DEGRACIA - Boa-noite, autoridades da mesa e todos os presentes. Quero saudar todos, principalmente a nossa comunidade.

Que ótimo, que bom que as autoridades começaram a fazer essas audiências públicas, vindo às comunidades para ouvi-las de perto, saindo dos seus gabinetes para realmente escutar o que a comunidade quer, o que ela precisa, o que ela necessita. Isso é muito bom!

Realmente, vamos olhar para frente, vamos olhar São Paulo, vamos olhar as grandes cidades, que hoje não têm mais um espaço sequer para promover o lazer, o esporte, a cultura, e estão na marginalidade. Não se tem mais espaço para fazer a reeducação dessas comunidades. Não tem mais opção, porque as empresas, os grandes empresários, estão sufocando as classes pequenas, colocando essas classes baixas cada vez mais afastadas do seu direito! Estão sufocando com prédios, empresas.

Então, vamos berrar! Nós estamos gritando! Eu espero que as autoridades ouçam o nosso sufoco. Não vamos deixar a nossa comunidade aqui ser sufocada, como hoje a gente vê nas grandes cidades.

Esse projeto é de suma importância para a Grande Florianópolis. Vai ser um exemplo para muitas outras cidades, porque ali, sim, nós teremos o espaço para reeducar a nossa sociedade, dando a ela o seu direito para poder crescer como cidadã! Pois, do jeito que estamos, estão tirando a nossa cidadania.

Minha gente, nós não vamos cruzar os braços. Vamos à luta! Esse terreno não é das autoridades, não pertence à Cohab, ela apenas tem a posse, porque quem manda realmente neste Brasil é o povo! Ou será que nós vamos ter que fazer uma nova independência?

É isso o que eu tenho a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Informo os presentes de que tudo o que é falado aqui está sendo gravado e registrado, o que servirá de documento para fazermos os encaminhamentos necessários.

Com a palavra o próximo inscrito, o senhor Frank, da Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis.

O SR. FRANK - Boa-noite, gente! Eu quero dar boa-noite para o deputado Padre e cumprimentar a mesa. Parabéns para vocês por esta iniciativa.

Eu trabalho na Fundação Municipal de Esporte com um cara maravilhoso que tem se preocupado muito com esta comunidade, o Badequinho. Estou aqui hoje porque o Badequinho não pode estar presente, pois está com uma enfermidade, está doente.

Vocês sabem o quanto ele ama este lugar. Ele tem mantido aqui uma escolinha de futebol, deputado, com cerca de trezentas crianças. Estou registrando isso porque o Badequinho tem lutado praticamente sozinho no governo do Estado, na Prefeitura, para fazer com que essas crianças tenham lazer, que essas crianças tenham um natal mais adequado, um natal mais feliz, um dia das crianças mais feliz.

Essas crianças que estão na escolinha do Badequinho têm demonstrado muito mais atenção na escola. As professoras têm falado o quanto grande é esse trabalho que a escolinha do Badequinho está fazendo aqui, nesta comunidade.

Por isso, quero dizer para vocês que, no momento em que o governo do Estado briga com as comunidades para construir presídios, é muito esquisito que hoje o governo do Estado, ou o governo municipal, ou o governo federal, venha brigar com a comunidade para não construir área de lazer! Eu acho que está na hora, deputado, de eles começarem a pensar na área de lazer para que depois não tenham que brigar com a comunidade para construir presídio! Sai muito mais barato para a sociedade fazer área de lazer!

Olha, deputado, uma coisa é certa: se esse projeto for feito e uma pessoa só, dessa comunidade, for tirada do mundo da marginalidade, do mundo das drogas, do mundo da prostituição, como hoje vem acontecendo na Grande Florianópolis, já valeu a pena. Se uma só!

Eu digo mais: se tivéssemos um projeto desse tipo quando Fernandinho Beiramar era criança, lá na comunidade dele, se tivesse sido realizado lá, ele não estaria nessa marginalidade, e nós teríamos salvado muitas e muitas pessoas que hoje fazem parte da corja dele. É isso que está acontecendo aqui na nossa comunidade do Monte Cristo e dos arredores.

Esta é a preocupação que o Badequinho pediu para que eu trouxesse aqui, porque é a preocupação dele: a preocupação quanto a que essas crianças tenham lazer. Mas como? Nós não podemos ter lazer quando temos tantas crianças que estudam de manhã e depois da escola, à tarde, ficam na ociosidade! Se elas estudam à tarde, de manhã ficam na ociosidade! O professor explicou muito bem: vamos ocupar esse espaço também à noite.

Esta comunidade, e não só a comunidade, deputado, tem a ganhar, mas toda a sociedade! Porque, se tirarmos uma criança da marginalidade, o empresário, o filho dele, poderá andar na rua livremente. Nós estaremos livrando o empresário, estaremos livrando aquelas pessoas de serem agredidas por pessoas violentas. E por que não vai existir pessoa violenta? Porque alguém se preocupou enquanto eles eram crianças, e fizemos área de lazer, demos esporte para essa criança.

Além de tudo, deputado, o senhor que leva o nome de padre, nós temos também que orar. Temos que orar muito para que Deus venha ajudar essa comunidade! Porque a palavra de Deus diz: busque a Deus em primeiro lugar, e o resto Eu vos acrescentarei.

Então, tenho certeza que Deus está querendo, está ajudando, e Ele quer que esta comunidade tenha a sua área de lazer e essas crianças tenham o seu lazer, o seu esporte e saiam da marginalidade.

Este bairro vai ser o exemplo da coisa maravilhosa que nós pensamos e temos no nosso coração. Vai ser um exemplo para toda a Santa Catarina e, por que não dizer, para o Brasil.

Essa é a mensagem do Badequinho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Temos mais ou menos doze pessoas que gostariam de se manifestar. Nesse sentido, peço que controlemos um pouquinho o tempo, para darmos oportunidade a todos de se manifestarem.

Concedo a palavra ao senhor Francisco dos Santos, vice-presidente da Associação Comunitária Promorar.

O SR. FRANCISCO DOS SANTOS - Boa-noite, deputado. Cumprimentando o senhor quero saudar a mesa, a Melita, e em nome dela todas as mulheres e todas as lideranças.

Eu quero fazer uma ressalva: aqui, temos 2 vereadores de Florianópolis, faltaram 14; temos 1 deputado, faltaram 39. Então, nós, até, estamos ganhando: temos 26 mil habitantes e aqui estamos com quase 100. E são pessoas guerreiras, são pessoas que sempre estão procurando o bem para os outros.

Eu fico contente de escutá-lo, senhor Frank, pois estamos aqui há muito tempo lutando. Muito tempo! O Badequinho está desenvolvendo um trabalho bom, em parceria com a Fundação Municipal do Esporte. E muitas vezes nós temos que comprar a bola para as crianças jogarem, porque é muito gente! Segundo o Badequinho, ele atende trezentas crianças. Mas quantas crianças nós temos desassistidas por não termos apoio? As lideranças não têm apoio para desenvolverem o esporte aqui na região.

Existem estatísticas por esse Brasil afora (não vou falar só de Florianópolis, de São José, da Grande Florianópolis) sobre onde existem índices de violência. É caracterizado que essas áreas não são assistidas e não são apoiadas. Está nos documentos, que não fomos nós que fizemos! São os próprios Poderes Públicos municipal, estadual e federal, e por aí afora.

Eu não quero me alongar, até mesmo respeitando o que o senhor falou, mas não agüento mais ficar lutando, juntamente com as demais lideranças, com as pessoas voluntárias, que muitas vezes não fazem parte de uma associação e estão brigando juntas, com as pessoas de fora, como o Marcos, que vem de Coqueiros, representando a Ufeco, que estão lutando. Eu nem queria citar o teu nome, Marcos, porque de repente posso falhar com outras pessoas que estão aqui.

Portanto, pessoal, vejam bem: nós estamos implorando, nós temos uma maquete, nós estamos com um projeto na mão do professor Lino e de algumas lideranças, e simplesmente nós estamos dependendo de um terreno. E um terreno que há muito tempo está sendo pago com dinheiro público para uma pessoa cuidar. "Se alguém vier aqui, vamos chamar a polícia, vamos denunciar, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo." Mas o que é para se fazer não se faz.

Então, eu até fico meio envergonhado de estarmos lutando por uma coisa que o Frank citou... Sou funcionário público, trabalho na Penitenciária e muitas vezes até questiono aqueles que lá ingressam com 18 anos, 19 anos de idade e perdem toda a sua juventude lá. O que ele vai ter de retorno à comunidade?

Ali nós temos um terreno para desenvolver trabalhos, porque muitas dessas pessoas dizem que o problema é com a estrutura familiar. E o que temos a oferecer? Só palavras? São só palavras!

É o que muitos políticos fazem aqui: somente palavras. Temos vereadores que vêm aqui e levam chuva de votos, mas o problema fica aqui, para as lideranças da região. (Palmas.) E muitas vezes elas ficam brigando entre si, porque temos os nossos compromissos, os nossos trabalhos, a nossa família, e não podemos participar ativamente, pois possuímos limitações. Simplesmente, temos somente promessas.

Eu quero dizer que confio no governador e apostei no governador. Quero dizer que no segundo turno do seu primeiro mandato eu até fiz uma aposta e coloquei o nome dele no meu filho, em homenagem, para nascer um vitorioso, mas um vitorioso que olhe por essas pessoas que estão conclamando, que pedem ajuda. É isso o que eu quero dizer, porque nós estamos lutando aqui, lutando, lutando e lutando, mas daqui a pouco virá outra campanha política e nós iremos trabalhar dizendo que o cara é bom, que as pessoas são boas, que os políticos são bons. E é aquilo que eu digo: temos dezesseis vereadores, mas aqui tem dois - perdoem-me, alguns mandaram representantes; perdoem-me. Mas a realidade é assim, a realidade é essa! A nossa política de Florianópolis, do Estado e por aí afora é essa, certo?

Então, isso ali é uma reivindicação muito antiga, e as pessoas estão cansadas. Mas elas não desistem, e certamente não vão desistir, porque são guerreiras!

Era isso. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo inscrito é o senhor Jair Alves, presidente da Associação Comunitária Ambiental do Monte Cristo (Acamoc).

O SR. JAIR ALVES - Boa-noite, Padre; boa-noite, Lino; boa-noite, Jorge; boa-noite, Marcos; boa-noite, Flávio; boa-noite, Melita; boa-noite, Mirian; e boa-noite, plenário.

Eu quero dizer para o deputado que já fui presidente da Carmocris, quando também assumi uma tarefa junto com as nove comunidades, as entidades e as escolas que fazem parte da nossa região do bairro Monte Cristo. Estamos todos juntos nesta caminhada e batalhando pela inclusão social das nossas crianças que hoje têm 3 anos, 5 anos.

Em 2003, 2004, um professor da universidade ajudou a gente a formar, no papel, as características do projeto da comunidade da região do Monte Cristo. Lutando pelo projeto de inclusão social, o professor dizia: "Vamos lutar para que esse projeto saia do papel e para que os nossos governantes cumpram com o que dizem, com a palavra." Porque, hoje, se não for no papel, dizem que não tem validade. Mas com a nossa comunidade e com a nossa liderança vai ter que ter validade!

O professor Wilberto(?) falava que essas crianças, daqui a 6 anos, 7 anos, estarão com 14 anos, 15 anos, e poderiam estar socialmente incluídas, mas estão no caminho errado, sem apoio, e as lideranças sem a resposta do Poder Público. A gente está pedindo este projeto que oferece todo esse conforto que o professor Lino explanou e que é o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos e até dos nossos adultos que estão aqui - eles poderão se beneficiar do projeto.

Eu sou presidente da Acamoc. A mesa não tem conhecimento do que vem a ser Acamoc, mas o Jorge e a comunidade sabem: Acamoc é Associação Comunitária Ambiental. A gente trabalha em parceria com o governo municipal; as secretarias do governo municipal são parceiras e ajudam a financiar o projeto. Ela gera alfabetização, conscientização ambiental, conhecimento ambiental para as famílias, que trabalham no grupo por 3 meses, porque é uma associação sem fins lucrativos. Ela não pode contratar, pois passando de 2 meses e 29 dias a pessoa pode ter vínculo empregatício. Então, é uma ONG sem fins lucrativos, com lideranças na sua diretoria que trabalham voluntariamente, por amor à comunidade, para dar emprego, por 3 meses, para uma família que está desempregada e que tem que pôr alimento na mesa para os seus filhos.

Então, voltando ao projeto...

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Vamos tentar concluir.

O SR. JAIR ALVES - Mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Isto, mais um minuto, senhor Jair.

O SR. JAIR ALVES - Então, voltando ao projeto, eu quero pedir para o representante do secretário Galina... O secretário Galina, quando tivemos uma reunião lá - acho que há 15 dias, eu não lembro se foi no dia 10 ou se foi no dia 9 -, prometeu às lideranças, pedindo 20 dias para termos isto: uma reunião com o governador, possivelmente no local do terreno, e esses 20 dias vão fechar no dia 29.

Então, um recadinho para o secretário: as lideranças estão afiadas em não parar por aqui, e pedimos agilidade no processo, que siga um encaminhamento feliz para a comunidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, Jair.

Eu quero fazer mais um pedido: que todos fiquem ligados no tema que estamos discutindo e no tempo de três minutos.

Com a palavra o próximo inscrito, o senhor Dinarte Veridiano da Costa.

O SR. DINARTE VERIDIANO DA COSTA - Boa-noite a todos. Agradeço à mesa e a todos os outros vereadores que hoje vêm nos prestigiar.

Pelo que estamos lutando? Estamos lutando por uma causa que nos falta. Temos a nossa juventude, que hoje, a que está dentro dos projetos, está bem servida. E a que não está? Terminada a 8ª série, as crianças não têm mais projetos. Completados 16 anos, ficam onde? Ficam na mão da marginalidade.

E nós é que deixamos, porque não corremos atrás de projeto para colocá-los em algum lugar. Hoje, temos ONGs, temos o Cedep, o SEC, a Cidade da Criança, tudo para jovem até 14 anos, 15 anos. E de 16 anos para frente fica onde? No mundo da marginalidade, porque não ele pode trabalhar. O pai não pode colocá-lo para trabalhar, pois, se botar para trabalhar, o Conselho Tutelar vem e proíbe o pai.

O que estamos pedindo hoje? Uma oportunidade para podermos dar a eles uma área de lazer, onde possam ocupar a mente para não caírem no mundo da marginalidade. Hoje temos uma juventude pequena, porque 90% da nossa juventude já se foi, deixando para nós uma proposta bem mais pesada. O jovem que está nascendo hoje deixa um peso ainda maior para nós, que é o órfão de pai e mãe. Então temos que abraçar esse jovem com muito mais carinho e fervor.

Isto é o peço aos nossos vereadores, que abracem essa cláusula com o maior carinho e de coração.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo inscrito, o senhor Dirceu Antônio da Silva, presidente da Associação dos Moradores de Santa Terezinha II.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DA SILVA - Boa-noite, mesa, todos moradores da comunidade e entidades presentes.

Eu venho aqui fazer um apelo, porque me arrepiava falar em violência: não adianta passar para o discurso. Eu quero amarrar as coisas aqui: peço ao representante do governador do Estado que coloque isso para nós, que amarre alguma coisa neste dia 29, que realmente traga um documento e passe para a comunidade, porque a grande Monte Cristo precisa mesmo disso. A gente fala grande Monte Cristo porque não é apenas o Monte Cristo, não são somente as nossas comunidades presentes, mas Sapé, Jardim Atlântico... O pessoal só fala nessas comunidades quando tem violência e só lembra da coitada da Chico Mendes, nunca fala nas outras comunidades; acontece lá no Estreito, mas fala da Chico Mendes. A gente quer acabar com isso!

Queremos amarrar com o secretário e com quem está representando aqui a Prefeitura; só precisamos amarrar com o Galina, porque ele prometeu para nós. Eu quero que o secretário coloque como ele assegura essa idéia ali, a do terreno; como está representando essa questão da Prefeitura; como a gente vai amarrar isso com o Galina - deixar isso já amarrado. A gente já tem o vereador Deglaber, que lá nos garantiu (ele e o Galina).

A gente quer direcionar para ti a palavra: nisto aí, o que você amarra para nós? E o representante do secretário Galina: o que ele pode deixar amarrado hoje, aqui? E, essa questão, a gente também está pedindo ao deputado Padre Pedro, que está representando os deputados: que leve esta idéia, dessa emenda. Nós já estamos em outubro, o mês que vem está aí, e nós estamos pedindo esta garra de vocês para fazer essa nova emenda. A senadora também, se puder; que a Miriam leve até a senadora, para ver o que ela pode fazer.

Nesse meio, a gente amarra essa área e acaba com essa violência, porque direito de criança é lazer, é cultura! Eu nem gosto de falar muito, porque me arrepio, fico indignado. Fico muito bravo em falar que a criança não tem direito ao lazer, não tem direito à cultura, não tem direito a sentar embaixo de uma árvore, não tem direito a uma pista para correr ao redor de um espaço. É só Coqueiros, Abraão, Beira-Mar e outros.

Eu nem gosto de comentar isso, porque a gente vai só se alongar, e conversa não adianta. A gente está cansado. Cansado! A gente já não sabe mais o que faz: se fecha a BR ou o que faz. A gente já não tem mais para aonde correr. A gente vem aqui e quer amarrar essa idéia, quer amarrar esse projeto, porque esse projeto é de extrema importância!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo inscrito é o senhor Cedenir Simon, representando a Famesc.

O SR. CEDENIR SIMON - Boa-noite a todas e a todos. Parabeno ao Padre Pedro por ter feito a audiência, e aqui, na comunidade. Eu acho que ele cumpre a tarefa e o papel de outros.

Aqui, muitos já me conhecem; também há uma história, aqui, de construção coletiva. Acho que não sou tão antigo na comunidade como o doutor Lino, mas também tenho acompanhado.

Eu quero fazer uma pergunta: se tem uma história de construção, se tem a vontade da comunidade, se tem um projeto muito bem feito e muito bonito para todos, se tem dinheiro, o que falta? Falta o quê?

(A plenária responde, em coro: "Vontade política.")

Falta o terreno! Falta o terreno! Porque, apesar de ele estar aqui, o governador disse e ainda não cumpriu! Essa é a verdade. A Cohab disse, mas não cumpriu!

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Vontade política!")

Então, não adianta vir aqui fazer discurso!

A pergunta é a seguinte: a Prefeitura e a Secretaria Regional concordam ou não em que esta área aqui seja um parque? Essa é a pergunta! Porque, se concordam, têm que autorizar a construção do parque. É simples ou não é simples? Até porque já tem a promessa, certo?

Outra pergunta: por que a presidente da Cohab não está aqui? Por que tinha outro compromisso? Ela é sozinha, lá não tem mais ninguém? Veio aqui o representante da Prefeitura, o representante do secretário Galina, e cadê a representante da Cohab? O que está acontecendo?

Sabe por quê? Porque aqui em Floripa há dois tipos de políticos: tem os que de fato defendem as comunidades e defendem o que a comunidade pensa (aqui tem alguns), e tem os que defendem o que os outros pensam. Estes preferem fazer prédios, construir apartamentos e fazer concreto ao invés de fazer parque. Essa é a verdade! Ou não é verdade?

(A plenária responde, em coro: "Sim!")

O deputado Padre Pedro fez um pedido de informação, e eu sei que o prazo para isso está vencendo. Então tenho três perguntinhas simples à nossa amiga da Cohab: "O terreno de propriedade da Cohab, localizado nas margens da via expressa daqui, foi alienado?" Essa é a primeira pergunta para ela responder. Já que ela não veio, o pedido está feito por escrito. "Existe edital em andamento para alienação desse imóvel?" Porque eles têm que alienar para poder construir qualquer coisa ali. Terceiro: "Se há interesse por parte da Cohab de viabilizar a alienação do terreno." Então está feito o pedido de informação. E o Padre Pedro fez, vencendo esta semana.

A questão é simples: se tem projeto, tem terreno e tem dinheiro, é só dizer: esse terreno vai ser um parque, vai ser como a gente quer, e é o que se precisa, certo?

Então, a gente espera que a partir de hoje todo mundo aqui da (*ininteligível*) fale assim: nós concordamos e vamos fazer, de fato, com que o governador cumpra a sua palavra! É só isso!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo inscrito é o senhor Nildomar Freire, o Nildão, ex-vereador de Florianópolis.

O SR. NILDOMAR FREIRE - Em primeiro lugar, parabeno a Comissão de Transportes da Assembléia, na pessoa do deputado Padre Pedro, pela iniciativa e as lideranças presentes.

Eu também queria me unir a essa preocupação colocada pelo Cedenir; acho que não cabe mais discutirmos aqui a importância. Essa é uma longa história, como já foi dito pelo Frank e outros aqui.

O fato é que tinha um compromisso do governador, que foi reafirmado no processo das eleições. Esse compromisso era importante, porque eu, quando era vereador, e o Márcio, que está no mandato, ouvíamos muitos deboches quando íamos discutir isso. O Mauro Passos também tem levantado sempre isso lá na Câmara, e deve ouvir muito deboche, porque lá na Câmara tínhamos um vereador que era, na época, diretor da Cohab.

O compromisso do governador já é outra história; esse compromisso estava firmado, tinha o projeto por mérito do professor Lino e de uma série de pessoas envolvidas nisso, tinha o empenho do mandato da senadora no governo federal, ou seja, tinha toda uma expectativa construída.

O que mudou? Nós tínhamos um seminário sobre os destinos da cidade, a gente veio trazer aqui a Melita (foste tu Melita, ou foi o Dinarte? O Dinarte, ou o Dirceu, ou o Chico, né?), quando a gente passou por uma placa de "vende-se" no terreno. Eu disse: "Ué, tem o compromisso do (*ininteligível*)! Estava todo mundo tranqüilo com relação a isso aqui, só à espera de o projeto ser executado.

Quando vi uma placa de "vende-se", eu disse: "Escuta, gente, não é possível, será que não é um terreno..." Disseram: não, aquele terreno todo é da Cohab. No outro dia, alguém ligou da Cohab com uma explicação muito mal dada: "Não, porque você sabe que tem penhora..." Ora, mesmo com penhora, a decisão é política, e a única decisão é do governador do Estado de Santa Catarina. A gente pode pedir para o prefeito, como amigo, aliado, fazer gestão; pode pedir para o prefeito Fernando Elias também fazer gestão; para a Assembléia fazer gestão, mas a decisão é, única e exclusivamente, do governador; então, não vamos dispersar as nossas atenções.

Todo movimento nosso... A Assembléia vai fazer um movimento formal, e mesmo com toda a boa-vontade, a gente sabe que o mundo é da política. Quando chegar lá, o Padre Pedro vai estar com mais cinco do PT (e falo como ex-vereador e militante do PT também), com mais um tanto de cá, talvez outro do PMDB, mas o [ponto] central é que lá não vai resolver. O que vai resolver é uma ampla campanha de cobrança no sentido de que o governador tem que mostrar a importância dos grandes projetos, por exemplo, o porto, que ele está anunciando e que é uma iniciativa do setor empresarial.

É importante atracar navios que vêm com turistas, essa coisa toda; agora, tem que mostrar importância para a periferia, e a periferia é como aquele rio caudaloso: se a gente comprime, aperta, ele vai se revoltar em algum lugar. É isso que tem que se dizer ao governador.

Então, trata-se de reencaminhar uma grande campanha, encher de faixas, de cartazes, fazer atos quinzenalmente, aos domingos, aos sábados - não nas sextas, porque o pessoal trabalha -, até o governador fazer jus à sua honra, à sua palavra, ao seu bigode e fazer com que a execução se dê nesse terreno; do contrário, vamos desperdiçar energia, força.

O alvo é um. Nós já conquistamos para a periferia, como foi o caso de um terreno lá perto do aeroporto, na comunidade Panaia, que muitos aqui conhecem, que já estava na fase de execução na Justiça federal. Ou seja, mesmo em fase de execução, conseguimos reverter. A Secretaria municipal agiu, depois, com outro governo e com o atual governo também, executou obras lá.

Então, acho que o alvo único e exclusivo é cobrar do governador a sua própria palavra e a sua própria honra empenhada.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a Andréa dos Santos, representante do Grêmio Esportivo do Monte Cristo

A SRA. ANDRÉA DOS SANTOS - Boa-noite a todos.

Primeiramente, quero agradecer a compreensão da vereadora Ângela Albino e do senhor Márcio de Souza, que está aqui presente.

Eu gostaria de dizer que fiquei muito triste, e tenho certeza de que muitos de vocês também, pelo descaso das nossas autoridades. Não estou desfazendo os representantes que estão aqui, mas quem deveria estar aqui ouvindo isso eram elas. Deveriam estar aqui o prefeito e as demais pessoas que foram convidadas; o descaso já começa por eles muitas vezes.

Aqui falam sobre a exclusão social da Chico Mendes, mas vocês têm que parar e analisar uma coisa: acima de tudo, a nossa comunidade tem lutado muito, e quanto a esse terreno ali, não estamos pedindo um favor, porque, queiram ou não, o governo está devendo aquilo ali para nós, porque eles acabaram com o nosso campo lá em cima.

A violência na nossa comunidade começou depois disso. Foi depois que acabaram com aquele campo, que era a diversão das nossas crianças, que era a diversão dos nossos adolescentes, que começou a mortandade na nossa comunidade.

"Não, mas vai sair um parque ali!" De promessa, estamos cansados; eu gostaria que eles estivessem aqui e dessem a palavra deles, gostaria que hoje eles chegassem aqui e fizessem a palavra deles. Porque na hora de pedir votos, eles vêm, entram na comunidade, pegam nas mãos, batem nas costas, mas na hora de lutar pela nossa comunidade, cadê eles?! Ai, mandam representantes!

Gente, não que eu esteja menosprezando vocês que estão aqui, até agradecemos por vocês terem vindo, mas será que na hora de pedir votos eles vão mandar vocês também? Não, aí eles vêm pessoalmente, porque é interesse deles.

O individualismo é que está acabando com o nosso país, com o nosso bairro. É cada um por si e Deus por todos! É o capitalismo; quem tem mais não pode ajudar o pequeno. "Ah, não, mas o meu está na reta, então eu tenho que defender!" Não, nós temos que pensar em quem está vindo. O nosso futuro são as nossas crianças que estão aí, é nelas que temos que pensar! (*Palmas.*) Porque se não pensarem nelas agora, o que será do nosso país daqui a pouco? Gente mal instruída, adolescentes se acabando entre eles. Daqui a um tempo, o que vai acontecer? O nosso país vai acabar sem líderes!

A revolta de cada um de nós aqui é porque nós lutamos pelas nossas crianças. Aqui tem vários projetos que a gente luta, insiste (*sic*). Nós fundamos o grêmio estudantil, que é integrado à Escola Básica América Dutra Machado; trabalhamos com vários adolescentes e jovens até as 22h, no ginásio, mas quando a gente procura verba, quando corre atrás dela, muitas vezes demora. Nós estamos há um ano e seis meses e não conseguimos nada até hoje. Muitas vezes, temos que juntar o nosso dinheiro, tirar do nosso dinheiro (não que isso seja uma coisa ruim, porque eu faço de coração, faço com alegria) para comprar uma bola e eles poderem jogar.

Eu fico triste com o descaso das nossas autoridades em relação às nossas crianças, porque as crianças deles não passam por isso, as crianças deles estudam nos melhores colégios, têm os melhores professores, têm os melhores parques para passear, têm aulas de natação, têm tudo. E os nossos? Porém, quem paga a conta? Somos nós que pagamos as contas deles. Então, eu fiquei muito chateada com o descaso deles conosco, e isso já mostra o descaso.

Por isso, agradeço pessoalmente à senhora, vereadora Ângela Albino. Vindo aqui, a senhora mostrou que não se preocupa somente consigo, mas também com o nosso bairro. Vindo aqui, vereador Márcio de Souza, a gente nota que você tem realmente interesse pela nossa comunidade.

Eu peço a cada um de vocês, não por mim, mas pelas nossas crianças, pelos nossos adolescentes, por aqueles que estão para vir morar nesse bairro, que pensem de coração, que façam o que gostaríamos que fizessem aos filhos de vocês. E se isso fosse o contrário, se fossem eles que dependessem de nós para fazer algo por eles?

Eles vêm, eles pedem, a comunidade toda a vida aceita, dá uma chance, faz de tudo, e na hora que a nossa comunidade precisa, é esse descaso que eles têm conosco?!

Agradeço a vocês, e gostaria que levassem essa nossa indignação para eles. Agradeço mesmo, de coração, porque sei que cada um de vocês aqui também luta pelos seus ideais. Sei que muitas mães deixaram os seus filhos em casa para estarem aqui, sei que vocês também têm os seus compromissos, ou poderiam estar em casa descansando, mas estão aqui, e agradeço a cada um por isso.

Quando forem votar esse projeto, gostaria que dissessem aos chefes de vocês que eles pensem nos filhos deles, que olhem para dentro deles e pensem assim: será que se fosse com o meu filho eu iria aceitar uma situação dessa, de o meu filho não ter onde brincar, de o meu filho não ter o que fazer no final de semana?

É só isso que eu peço: vão, peçam para eles e firmem esse espaço ali para a nossa comunidade, para que não venham a morrer mais adolescentes na nossa comunidade, como têm morrido crianças que a gente vê crescer e que dali a pouco estão dentro de um caixão! Lutamos aqui para que isso não aconteça, e peço a vocês de coração, peço como mãe. Os meus filhos também estão ficando adolescentes, e tem muitas crianças na nossa comunidade que não merecem passar pelo que estão passando.

Então, peço para que vocês nos ajudem a conquistar aquele espaço, que vai trazer alegria novamente para a nossa comunidade. Ali era uma amizade, era todo mundo amigo; se podia ir para lá, para cá; era campeonato, era festival que fazíamos no final de semana. Era uma coisa linda na nossa comunidade, e aí acabaram.

Então, peço a cada um de vocês que se empenhe. E se vocês precisarem votar, votem por nós, falem com eles, digam que a comunidade está lutando. Porque não vamos parar aqui, precisamos e queremos lutar pelos nossos filhos, sim, e pelos filhos de muitos que estão aqui, pelas mães, que às vezes saem de manhã cedo e só voltam à noite porque têm necessidade de trabalhar e de ter onde deixar o seu filho, de saber que ele está lá e está alegre, contente.

É isso que deixo para vocês.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Temos ainda duas inscrições.

Com a palavra o próximo inscrito, senhor Rui da Luz, presidente do PT de Florianópolis.

O SR. RUI DA LUZ - Boa-noite a todos e a todas.

Querida cumprimentar aqui, em nome da Melita e do Padre Pedro, toda a mesa.

Acho fundamental a Assembléia vir aqui fazer uma audiência pública através da Comissão, mas tem muito também da iniciativa de alguns parlamentares, e queria parabenizar a iniciativa do deputado Padre Pedro de trazer esta audiência para cá. Geralmente as audiências públicas são feitas na Assembléia, e o deputado Padre Pedro, querendo trazer esse diálogo para a comunidade, preferiu fazê-la aqui. Então, primeiramente, faço esse registro.

Em segundo lugar, queria justificar a ausência do companheiro Mauro Passos, um dos articuladores das emendas para construir o parque. Infelizmente, ele não pôde estar aqui em função da sua agenda de trabalho. Como ele não é mais parlamentar, tem uma agenda a cumprir do instituto que está tocando, por isso a ausência dele.

Também estou numa missão aqui de falar em nome do Partido dos Trabalhadores. O PT tem tido uma preocupação muito grande com essa cidade, sobretudo porque grandes obras aqui são, muitas vezes, construídas sem alvará. A gente viu agora na Operação Moeda Verde como é que se constrói nessa cidade. Mas para as casas populares, para os empobrecidos dessa cidade, sempre é mais difícil, e a gente sabe qual é a luta desta comunidade aqui em ter avanços, seja do ponto de vista da habitação, da saúde, enfim. Há também a luta hoje pelo parque metropolitano.

Seguramente, se fosse para construir um *shopping center* ali, talvez fosse mais rápido, já teria sido liberado, mas como é para construir um benefício que não é só para a comunidade, mas para a população de Florianópolis... Porque o que a gente precisa hoje em Florianópolis é espaços de lazer, de convivência.

A maioria das verbas públicas tem sido usada para construir via pública para carro andar, para construir melhorias para as grandes mansões. Para isso tem sido utilizado o dinheiro público hoje. Então, é preciso que a gente hoje discuta e lute por espaços públicos de convivência. É disso que essa cidade está precisando, e essa tem que ser a nossa luta, como é a luta pelo parque metropolitano.

Outra coisa: ninguém precisa vir aqui com pena da comunidade, porque ela já conquistou muita coisa na luta. Não é preciso ninguém trazer piedade para essa comunidade, que já conquistou as coisas na luta e vai conquistar o parque metropolitano também na luta, porque tem vontade, tem garra.

O Partido dos Trabalhadores, em Florianópolis (e estão aqui vários membros da executiva, como o Marcão, o Murilo e outros companheiros), tem o compromisso de também ajudar vocês nessa luta. Está aqui o vereador Márcio de Souza, que tem seu gabinete à disposição, assim como outros parlamentares do Partido dos Trabalhadores. A gente conversou com a senadora e com a bancada federal sobre a nossa disposição de reabilitar lá aqueles recursos para a construção do parque. Então, já tem aqui o nosso compromisso de buscar a reabilitação desses recursos para viabilizar a construção do parque.

Por último, queria dizer que a gente só estranha que a Cohab, uma entidade estadual, que tem terreno a dar com o pau por tudo quanto é canto deste Estado, vai alienar um terreno aqui que é da comunidade, tendo tantos outros terrenos.

Então, quero aqui fazer uma sugestão à Assembléia Legislativa, na pessoa do deputado Padre Pedro, que é um lutador e está do nosso lado: tentar buscar uma audiência com um juiz. A gente já tinha feito essa sugestão aqui para o... Já que está demorando lá com a Cohab, que se busque uma audiência com um juiz sobre esse terreno, que está alienado lá em alguma vara (e tive informação de que a Cohab não quis informar qual é a vara). Tenho certeza de que o juiz vai ter sensibilidade; ao perceber que tem aqui um terreno que vai favorecer a comunidade, vai exigir da Cohab a alienação de um outro terreno. Tenho certeza que ele vai pedir a substituição dessa alienação.

Então, é uma sugestão aqui para o deputado Padre Pedro, que está à frente dessa luta na Assembléia Legislativa.

Deixo aqui o nosso abraço e o nosso empenho nessa luta. O Partido dos Trabalhadores está com esta comunidade aqui e com todos os moradores nessa luta. O partido do presidente Lula tem lado: o dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Um grande abraço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Concedo a palavra ao último inscrito, vereador Márcio de Souza, de Florianópolis.

O SR. VEREADOR MÁRCIO DE SOUZA (Florianópolis/SC) - Meu boa-noite a todos e a todas.

Também quero dirigir a minha saudação e o meu reconhecimento ao esforço desenvolvido por esta Comissão, presidida pelo Padre Pedro. Também saúdo a Melita, o Flávio, a Mirian, o professor Lino Peres.

Estava fazendo as contas agora há pouco: há 20 anos que ouço o Lino falar dessa forma, com esse empenho. Em 1986, o Lino fez um encontro do nosso partido na prefeitura, que antigamente era na Almirante Alvim, ocasião em que apresentou parte da sua investigação sobre o destino da cidade, sobre a transformação de Florianópolis numa Miami do sul do mundo. Quem prestou atenção naquilo que o Lino desenhava como arquiteto e, sensivelmente, colocou no processo, poderia evitar, daquele período em diante, de maneira significativa, os danos que foram introduzidos na vida de todos nós, municípios.

Saúdo também o representante da Secretaria da Habitação, representando aqui o secretário Átila; o Marquinhos, nosso companheiro, militante comunitário e de partido; a vereadora Ângela Albino; o vereador Nildão; o Rui, presidente do partido; o Frank; o professor Canela(?), da Udesc; todos os queridos companheiros; as lideranças comunitárias deste bairro.

Vim exatamente para promover mais uma saudação e colocar-me, do ponto de vista pessoal e do ponto de vista do mandato, coletivamente associado a essa luta, que é a luta da nossa vida: a possibilidade de termos a ampliação dos espaços que dignifiquem a vida em toda a sua expressão.

A cidade padece dessa transformação organizada, já na concepção de destino previamente concebido, que o Lino organizou nos seus estudos. Eu diria que desde 1979, quando o Abrigo de Menores foi incendiado criminosamente para que aquela área fosse entregue ao patrimônio privado, a cidade ingressou num processo de retirada dos espaços públicos, de diminuição da circulação para os populares, partindo para um processo de privatização dos espaços.

Conforme parte dos estudos do Lino, as populações seriam jogadas para o interior de Biguaçu, de Palhoça, de São José e, quem sabe, de Garopaba. Há essa tendência colocada. Eu encontrei, no interior de Palhoça, outra cidade atrás dos montes, como diria o bom português, povoada por pessoas que migraram dos morros de Florianópolis.

Ora, essa afirmação política de querer exatamente esse espaço não é somente para circulação, ou por paixão, por essa vibração toda que o professor Lino colocou, é também uma afirmação política emblemática, de significado, de símbolo para o conjunto da cidade que padece desse mal.

Dia desses eu estava no Morro da Caixa d'Água, onde fomos perceber a questão estrutural de um campinho de futebol no topo do morro, na Nova Descoberta, para aquelas crianças que também vivem as mesmas agruras, as mesmas dificuldades que as crianças aqui localizadas.

O bairro da Agrônômica ingressou num processo de criminalização do delito a partir do desaparecimento do Abrigo de Menores. O Flávio era funcionário do Abrigo de Menores e sabe exatamente do que eu estou falando.

A droga ingressou e se ampliou de maneira significativa quando os campos de futebol desapareceram; há uma relação direta. Tínhamos oito campos de futebol, pista de atletismo, quadra de basquete, um teatro e um cinema, e tudo isso foi incendiado criminosamente, tiraram as crianças numa tarde de domingo para dar um passeio ali por perto e atearam fogo. Aqui a modalidade de fogo é outra, mas há também sinal de um sinistro organizado; talvez não precisem de combustível nem de lenha, porque são de outra natureza, mas existem.

Para encerrar, queremos dizer que estamos associados a essa luta e que o mandato cumpre rigorosamente com aquilo que prometeu na sua carta-compromisso: desde 1992 nós vamos às ruas dizer o que faríamos com o mandato e estamos fazendo. Temos conquistado, nesses últimos... Para dizer que nem tudo é ruim, quero mostrar outra face da minha fala, porque senão acreditamos que estamos padecendo, que estamos no inferno, e não é isso! As vezes falamos das coisas ruins mais enfaticamente, talvez para aflorar a inteligência de alguns, os sentimentos e o coração de muitos, mas também é preciso dizer que obtivemos conquistas, inclusive se estamos aqui instalados no dia de hoje é por força da nossa determinação, do nosso princípio de luta, da nossa organização e da nossa compreensão política. Tudo isso aqui, todo esse arredor aqui foi motivo de (*inteligível*) policial, de disputa com o capital privado imobiliário, e resistimos bravamente.

Então nós conquistamos coisas boas, e temos que olhar para essas coisas boas, aprender com a nossa história e fazer a resistência devida, que vai nos levar, inexoravelmente - palavra essa tão usada no passado, mas que aqui cabe -, à conquista desse espaço, à garantia de vida para as futuras gerações que precisam exatamente do nosso empenho, da nossa parte cumprida regidamente neste momento.

Boa-noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Como nesta noite contamos com a presença de dois vereadores, do Márcio e da Ângela, gostaria também de oportunizar a palavra à vereadora Ângela Albino. (*Palmas.*)

A SRA. VEREADORA ÂNGELA ALBINO (Florianópolis/SC) - Boa-noite a todos e a todas.

Eu já havia dito ao Frank que não iria falar, porque em geral, Padre Pedro - e aproveite para cumprimentar o senhor, a Melita e todos os amigos da mesa -, nas Assembleias e nas Câmaras a gente fala muito e ouve muito pouco, e a oportunidade que temos de ouvir a população é justamente quando se realizam essas audiências.

O vereador Márcio de Souza trouxe para cá uma audiência pública da Câmara de Vereadores no ano passado, não é, Márcio, e aqui se discutiu, mas essa é a hora que temos para ficar bem quietinhos e ouvir, porque o espaço que o nosso povo tem para ser ouvido é muito pequeno. Por isso eu estava ali, quietinha, especialmente depois da fala da Andréa, que invocou os nossos filhos. Sinceramente, Andréa, acho que não há mais nada o que dizer aqui! Temos que ouvir agora especialmente o representante do governo do Estado, e que pena realmente que a Cohab não esteja aqui.

Mas só queria sugerir - e aí já tomo o Márcio como parceiro, mesmo sem pedir a ele, mas sei que é compromisso seu também - que nós, da Câmara de Vereadores, poderíamos enviar um ofício ao juiz alertando que o zoneamento daquela área não permite nenhuma construção que não seja posto de saúde, posto policial ou um parque para a comunidade. Nenhuma alteração de zoneamento pode ser feita hoje na Câmara de Vereadores até se construir o novo plano diretor, e obviamente que não vamos permitir que ali se bote um espigão ou qualquer outra coisa.

Portanto, Márcio, o compromisso que podemos firmar em nome dos dois mandatos é o de já enviar essa comunicação e dizer que obviamente não vamos permitir que se altere o zoneamento para prejudicar a comunidade. E aí, Andréa, pela tua fala e também pelo que o Frank colocou, eu fico imaginando todos os filhos que não estão aqui e que poderíamos estar embalando hoje se tivéssemos esse espaço colocado. E também não quero focar em governo nenhum, porque esse é um processo histórico de exclusão de muito tempo, de dizer que lá é depósito. Inclusive ouvi um sujeito falando esses dias que a nossa Ilha é a linha de produção. Não entendi a frase e perguntei: como assim? E ele disse: "A nossa indústria é o turismo e a Ilha é a linha de produção. Pobre é da ponte para lá!" Então, como eu moro da ponte para cá, fico bem à vontade, estou em casa e não há problema nenhum. Mas tem gente fazendo projeto político, achando que dentro da Ilha de Florianópolis só cabe turismo de alto nível, e de propósito eles constroem cada vez menos condições para a gente viver bem. Então, a resistência e a organização do povo é que são capazes de mudar a história e dizer: alto lá que essa terra tem dono!

Parabéns pela organização histórica de vocês e espero que a gente possa encaminhar esse clamor. Tenho certeza que o Flávio vai levar as palavras não dos políticos que estão aqui, mas da mãe que quer que os seus filhos cresçam e que essa terra dê bons frutos, como sempre deu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Depois de termos feito todas as ponderações, todos os questionamentos e as reflexões necessárias, passamos a palavra ao Flávio, que representa o nosso secretário Valter Galina, já que o pessoal espera uma resposta sobre a questão.

O SR. FLÁVIO BERNARDES - Pessoal, houve alguns depoimentos aqui, e a Ângela lembrou bem, eu até tinha anotado o nome dela... A Andréa não falou em política, a Andréa não falou em partido, a Andréa falou como mãe, a Andréa falou como família, a Andréa falou como gente. É aquilo que coloquei no início quando me apresentei: eu falei em gente, e existe gente e gente! A emoção da Andréa, a maneira como ela se expressou é o que deveríamos ouvir diuturnamente, principalmente dos nossos políticos, dos nossos vereadores, dos nossos deputados, dos nossos prefeitos, dos nossos governadores, dos representantes dos nossos secretários e dos secretários.

Eu também sou de família humilde, Andréa, sou filho de pai pedreiro e de mãe doméstica. Estudei muito, gastei muita sola de sapato e ainda tenho muito pela frente. Hoje estou trabalhando numa Secretaria que tem o propósito de descentralizar suas ações, ou seja, levar o governo para mais próximo do povo, tendo como mentor intelectual disso o próprio governador Luiz Henrique, e isso está acontecendo, embora muitas pessoas digam que não. O governo está chegando bem mais próximo do povo. É evidente que há uma resistência por parte de muitas pessoas em função da cultura existente de que um governador decide, dá de dedo e pronto. Mas hoje não é assim, e eu sou testemunha disso.

Embora eu esteja na Secretaria há pouco tempo, Andréa - não faz dois meses que assumi a diretoria, mas sou funcionário público concursado há 33 anos, não entrei pela janela, e também sou professor universitário -, sensibilizo-me muito com os problemas das comunidades carentes, porque também fui presidente da Associação de Moradores do Bairro São José e sou fundador das associações... Então eu entendo o que tu estás dizendo. A gente diferencia um pouco o discurso político e a fala, e tu não fizeste um discurso, mas uma fala, porque saiu do coração tudo o que tu falaste. Sim, vou levar isso ao secretário, Andréa, e vou levar da forma como estou te falando, porque anotei aqui para não esquecer o teu depoimento emocionante.

O secretário, em função de um compromisso assumido, me ligou uma hora antes e disse para eu vir conversar com vocês, que era para ouvir tudo e depois repassar a ele o que estava acontecendo, mas pediu-me para dizer que não é para vocês se assustarem com a placa que está ali, porque ela não foi autorizada pelo governador e muito menos por ele, e que a questão da venda ou não do terreno ainda não foi discutida. Também disse que conversou com o governador há uns dez dias e o governador pediu para fazer por escrito, para pôr no papel o que estava acontecendo. Na verdade, ele me passou que o governador não sabia até então que a Cohab queria tomar posse do terreno. Mas na segunda-feira o secretário mandou por escrito ao governador e agora estamos esperando o retorno.

Eu estou sabendo desses trinta dias que o secretário pediu a vocês, e ele também pediu que falasse que se não conseguisse conversar com o governador até o dia 29, se não conseguisse dar uma resposta no dia 29, que é para vocês não se assustarem. Mas ele vai conversar com vocês, ele quer conversar com vocês, é do nosso interesse, mas nós temos que discutir todas as questões que envolvem a cedência do terreno, que eu não sei a quem pertence, se o terreno está ou não alienado, se pertence à Cohab ou não, e o que é necessário para poder liberar esse terreno. Motivos justos para a liberação desse terreno existem; todos os motivos vocês já colocaram aqui. Acho que com isso todos concordam, quem é maluco... Meu Deus! Não tem como não concordar com a liberação do terreno pelos motivos já colocados aqui.

O meu papel é levar o que ouvi hoje aqui. E prestei muita atenção, enchi umas quatro folhinhas com informações, fui anotando alguns nomes e alguns depoimentos relevantes. Tenho certeza que o secretário Galina vai dar um retorno. Vocês têm até o dia 29, e se isso não acontecer, não percam as esperanças, não se desespereem que a resposta vem; é uma questão de contato com o governador, de um retorno do governador.

Vocês também colocaram uma outra questão: muitos disseram que o governador Luiz Henrique assumiu um compromisso, e digo que se ele assumiu um compromisso... Até o momento não vi o governador voltar atrás quando assume um compromisso, e olha que estou acompanhando o governo... A Mirian me acompanhou na Secretaria da Educação quando eu também trabalhava lá e sei que muitos fazem promessas e não cumprem, mas quanto à promessa do governador e do saudoso professor Jacó Anderle, não ouvi ninguém dizer que não foi cumprida. Então, se ele disse isso, acredito que as coisas vão acontecer conforme o desejo de vocês. Não estou falando por ele, mas este é um pensamento meu em função daquilo que acredito que ele possa fazer.

Padre Pedro, eram essas as informações que eu tinha para passar. Não tem nada oficial, nem posso trazer nada oficial aqui agora, e acho que ninguém tem, mas penso que satisfaz para o momento.

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, Flávio.

Passo, de imediato, a palavra ao Jorge Augusto Lopes, que representa a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis.

O SR. JORGE AUGUSTO LOPES - Pessoal, acho que depois de todos esses discursos e todas essas apresentações que tivemos aqui, não há muito o que falar.

Eu me coloco à disposição para o que a comunidade quiser, se desejar encaminhar algo para a Secretaria, pode mandar para mim que faço chegar às mãos do secretário. Eu vou repassar isso tudo para ele e me ponho à disposição de vocês para encaminhar qualquer outra coisa que desejarem.

Eu acho que isso é supernecessário, no meu ponto de vista; eu não posso responder pela prefeitura, mas posso fazer com que chegue a quem de direito as reivindicações de vocês. Está certo?

Então eu agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - O.k., Jorge, obrigado.

Vamos passar rapidamente a palavra aos demais membros da mesa e, no final, o professor Lino vai fazer o fechamento para que depois possamos apontar alguns encaminhamentos. Então eu gostaria que as próximas falas fossem objetivas para que possamos passar aos encaminhamentos finais, até em função do adiantado da hora.

Com a palavra o Marcos César Pinar.

O SR. MARCOS CÉSAR PINAR - Eu acredito que muitas vezes temos uma visão errada do que seja política. Na verdade, essa paixão que o Lino apresentou hoje, que a Melita tem, que a Andréa colocou, é política! Isso se chama política participativa, que é a política que vem das comunidades e que conta com a participação de todos.

O que estamos precisando encaminhar é o seguinte: o primeiro passo é termos o empenho do governador em tirar esse terreno da Cohab para acabar com a nossa dor. Isso porque enquanto esse terreno estiver na Cohab, não teremos sossego. Pode acontecer de a gente conquistar e, de repente, a Cohab acordar um dia de mau humor e tomar o terreno de novo da gente. Então, o primeiro passo é tirar esse terreno da Cohab. Essa é a proposta que nós gostaríamos que o governo do Estado tivesse nos trazido hoje, mas infelizmente ela não veio.

Outro ponto que queria colocar é que a Ufeco, a universidade, através do Lino, e também conversamos muito com o pessoal do Nesop, da assistência social, e principalmente as associações de moradores aqui - e esta audiência pública hoje foi realizada em função do empenho que tiveram todas as associações de moradores daqui - fizemos várias e várias reuniões para chegarmos onde estamos. Esse empenho trouxe um encontro com o secretário, um encontro com a Cohab, uma referência na Conferência Municipal das Cidades, a participação do Chico no plano diretor, a participação na Conferência Estadual das Cidades, que sairá na semana que vem. Então esse empenho de todas as pessoas que querem participar para trazer o apoio do governo federal, do governo estadual e do municipal objetiva transformarmos o nosso sonho em realidade.

Até hoje nós demoramos muito para aprender, porque confiamos demais nos outros e não tomamos nenhuma ação, mas a partir do momento que o governador nos prometeu esse terreno, vamos nos empenhar para transformar o nosso sonho em realidade o mais rapidamente possível.

Era isso o que eu queria dizer. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a Mirian Darós para as suas considerações finais.

A SRA. MIRIAN DARÓS - Considerando tudo o que a gente ouviu aqui, eu quero reafirmar que a senadora Ideli Salvatti é parceira desse projeto de busca de verbas, Lino, nos Ministérios da Cultura, das Cidades, do Meio Ambiente e tudo o mais, para que isso se concretize.

Como encaminhamento, quero dizer para vocês que amanhã estaremos com a senadora no gabinete aqui em Florianópolis e eu, particularmente, Andréa, vou pedir a ela que intervenha e fale com o governador do Estado para que esse terreno seja imediatamente liberado a fim de que o projeto seja implementado. A senadora Ideli sempre foi parceira dessas comunidades, conhece a trajetória, viveu muitos e muitos episódios junto com vocês, e vai continuar sendo a parceira que sempre foi.

Então, vamos fazer também esse esforço no sentido de provocar o diálogo entre o governo federal e o governo do Estado para que mais esse projeto seja implementado.

Muito obrigada pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a senhora Melita Maria Marques.

A SRA. MELITA MARIA MARQUES - Eu só quero agradecer a todos e dizer que agora o mais importante para nós, lideranças, é o encaminhamento, ou seja, qual o próximo passo a ser dado para que o terreno seja nosso mesmo!

Era isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, Melita.

Antes de passar a palavra para o Lino fazer os encaminhamentos, eu gostaria de agradecer à diretora do colégio, senhora Maria Clara Vinoti (palmas), pelo espaço cedido para que pudéssemos realizar a nossa audiência pública. O nosso muito obrigado.

Professor Lino com a palavra.

O SR. LINO BRAGANÇA PERES - A definição do governador tem que ser colocada por escrito. Não dá para ficar como da última vez, o governador falou que ia dar o terreno, e foi virar as costas e acontecer de novo! Então, tem que ser por escrito, e para isso eu penso na formação de uma comissão que vá ao governador e para a qual ele se comprometa, confeccionando um documento oficial.

O segundo ponto é que salvo algumas atualizações daquele valor de R\$ 10 milhões, é importante que se faça um esforço para se conseguir essa verba na sua totalidade e não ficarmos somente com R\$ 1,7 milhão que nós conseguimos. Então, voltar a ter esses R\$ 10 milhões, logicamente que tem que atualizar um pouco mais, e conseguir as assinaturas de toda a bancada novamente - uma parte da bancada acho que não foi reeleita, mas tentar pegar daqueles que foram eleitos -, buscando o comprometimento de todos.

Então, acho importante que a bancada federal confirme e apoie essa emenda até outubro para que entre no Orçamento do ano que vem, senão não adianta, vai ficar só para 2009. Esse é um ponto importante que eu queria reforçar.

Quería colocar também a questão interna da comunidade. Na ocasião, quando elaboramos o programa, ele tinha ficado muito limitado às lideranças, a juventude de modo geral não estava envolvida na ocasião - e gostei que o Badeco está aqui, envolvido com a comunidade. O importante é que com esse projeto, com essa maquete, ele faça um trabalho de encaminhar o povo dessas comunidades.

Uma outra coisa que já coloquei algumas vezes para as lideranças é fazermos uma ocupação simbólica no terreno e promovermos um campeonato de futebol, na área prevista para a cancha polivalente. Tem uma coisa importante que eu não sei se vocês se deram conta: mesmo que seja aprovado, que tenha o dinheiro, essa questão ainda vai demorar. Eu acho que temos que ver onde vai ficar a cancha, aplinar o terreno com as máquinas e já começar a promover campeonato de futebol, porque isso ainda vai demorar. Temos que ocupar, e se vier um guarda e disser que não pode, então a gente cria um fato na imprensa.

Portanto, estou propondo que a gente já desenhe o projeto na prática, de uma vez por todas. Um outro mecanismo, caso a coisa demore, é bloquear a BR, mas o que estou propondo é que ocupemos o terreno imediatamente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, professor.

Então vamos resumir um pouquinho os encaminhamentos: constituir uma comissão com representantes das comunidades, com os vereadores e com os deputados; o segundo encaminhamento seria essa comissão agendar uma audiência com o governador e com o juiz; o terceiro é a emenda parlamentar, tendo a intervenção das bancadas federal e estadual e dos senadores para que possamos conseguir esse recurso para viabilizar o projeto; o quarto encaminhamento seria enviar cópia da ata desta audiência para o secretário regional Galina, para o governador e para a Maria Darcy Mota Beck, da Cohab.

(A plenária se manifesta dizendo que uma cópia tem que ser entregue também para a comunidade.)

Uma cópia para a comunidade? Perfeito! Uma cópia também será entregue para a comunidade.

Vamos dar esses encaminhamentos, tudo isso ficou registrado, vamos encaminhar a cópia...

(Um dos participantes manifesta-se fora do microfone: "Só queria que nessa audiência com o governador e o juiz, o prefeito estivesse junto também.")

O.k., bem lembrado: para que o prefeito também esteja junto nessas audiências.

O SR. FRANCISCO DOS SANTOS - Só respeitando o secretário regional Valter Galina, que disse que até o dia 29 teria uma resposta favorável, provavelmente - o percentual é de 99% favorável -, sugiro que essas audiências sejam marcadas após esse dia, até para respeitar, porque acho que o secretário e o governador estão do nosso lado, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (deputado Padre Pedro Baldissera) - O.k.! E gostaria de lembrar a todos e a todas que aquilo que foi dito hoje a TVAL irá reproduzir na íntegra durante esses dias. Então vocês poderão acompanhar, em casa, toda a audiência, com os depoimentos etc.

Queremos agradecer pela presença de todos e de todas, das nossas autoridades aqui já nominadas, dos servidores da Assembléia Legislativa, da TVAL, da imprensa, dos nossos seguranças, enfim, da nossa Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, na pessoa do Reno Caramori, e do nosso presidente da Casa, deputado Julio Garcia. Bom retorno a todos e que possamos colher bons frutos desta nossa audiência.

Obrigado, uma boa noite a todos e damos por encerrada esta audiência pública. (Palmas.)

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

PRESIDENTE

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 012, DE 2007

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Institui o programa de adequações e estações para o acesso de bicicletas à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o programa de adequações necessárias para o acesso de bicicletas ao Palácio Barriga-Verde, sede da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para garantir o acesso a que se refere a presente Resolução, deverá ser implantado bicicletário coberto em local de fácil acesso a visitantes e funcionários nas dependências do Palácio Barriga-Verde.

§ 1º O bicicletário deverá conter, no mínimo, 30 (trinta) vagas.

§ 2º Na hipótese do número de vagas tornar-se insuficiente para a demanda, deverá ser ampliado para suprir a necessidade, considerando como número máximo a proporção prevista na Lei Complementar nº 78, de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 155, de 2005, do Município de Florianópolis.

Art. 3º As futuras reformas do Palácio Barriga-Verde devem contemplar a construção de vestiários.

Art. 4º Atribui-se aos setores competentes da Assembléia Legislativa a criação de um programa de incentivo ao uso de bicicletas pelos funcionários lotados no Palácio Barriga-Verde.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Resolução ficam sob responsabilidade da Assembléia Legislativa.

Art. 6º A Mesa da Assembléia Legislativa regulamentará a presente Resolução no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos práticos no prazo de 90 (noventa) dias. PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de outubro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

*** X X X ***